

Pedro Sisnando Leite



DESENVOLVIMENTO RURAL

Políticas, Programas e Resultados:
O CASO DO CEARÁ: 1995 — 2002



O Autor

Pedro Sisnando Leite é economista profissional pós-graduado, escritor e conferencista. Como professor titular de Teoria do Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Ceará, lecionou nos cursos de graduação e mestrado da Faculdade de Ciências Econômicas. Foi professor do Curso de mestrado em Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias, dessa Universidade, por dez anos. Ainda na vida acadêmica, foi Pró-Reitor de Planejamento em dois reitorados e pesquisador do CNPq durante vários anos, antes de se aposentar. No Banco do Nordeste do Brasil, foi do quadro de economistas do Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), onde ocupou várias funções de coordenação de planejamento, pesquisas econômicas e de direção, por mais de duas décadas. Como professor e executivo do BNB, publicou mais de trinta livros.

Das suas obras mais conhecidas, podem ser citadas: **O Desenvolvimento Harmônico do Espaço Rural**; **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**; e **Escandinávia: Modelo de Desenvolvimento, Democracia e Bem-Estar**.

Mais recentemente editou mais outras obras, valendo referir: **A Luta pelo Desenvolvimento Regional e Rural no Mundo**; **Questões Econômicas e Acadêmicas** e **Em Busca do Desenvolvimento Rural do Ceará**. A contribuição científica do professor Sisnando, através de jornais e revistas especializadas, é numerosa. Na vida política, mesmo sem ter filiação partidária, exerceu a função de secretário de Estado do Desenvolvimento Rural do Ceará, no período de 1995-2002. Colaborou, como consultor voluntário, com o Projeto de Combate à Pobreza do Estado, com o grupo de professores da Universidade de Ben-Gurion (Israel), até dezembro de 2006. É vice-presidente do Instituto do Ceará e da Academia de Ciências Sociais do Ceará, e efetivo da Academia Cearense de Ciências.

PEDRO SISNANDO LEITE

DESENVOLVIMENTO RURAL
Políticas, Programas e Resultados.
O CASO DO CEARÁ: 1995 — 2002

FORTALEZA — CEARÁ
2011

Copyright © 2011 – Pedro Sisnando Leite

Reservados todos os direitos.

Fica expressamente proibido reproduzir esta obra, total ou parcialmente, através de quaisquer meios, sem autorização expressa do autor.

Impresso no Brasil.

Printed in Brazil.

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Carlos Alberto Alexandre Dantas

REVISÃO DE ACORDO COM O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Regina Claudia da Costa Almeida

Pedro Sisnando Leite

L533d Leite, Pedro Sisnando

Desenvolvimento Rural: Políticas, Programas e Resultados. O Caso do Ceará — 1995-2002./ Pedro Sisnando Leite.
Fortaleza: LCR, 2011.

487p. ilust.

E-Book

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento agrícola. 3. Economia agrícola – Ceará. I. Título.

CDU: 338

*Feliz quem se lembra do
necessitado e do pobre, porque no
dia da desgraça o Senhor o salvará.*

Sl. 40, 2

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	13
----------------------	----

APRESENTAÇÃO

<i>Pedro Sisnando Leite</i>	21
-----------------------------------	----

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA CEARENSE	23
--	----

DESEMPENHO — 1995-2002

PRIMEIRA PARTE — 1995 — 1998

A VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	35
A QUEDA DA INFLAÇÃO	37
E ABERTURA DA ECONOMIA	37
OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA SECRETARIA.....	40
OUTRAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA	43

I — O NOVO PAPEL DO ESTADO NA AGRICULTURA

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA.....	49
REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	51
A NOVA EXTENSÃO RURAL.....	55
A CENTRAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR FOI MODERNIZADA	61
UM INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA MAIS EFICAZ	65
EXTINÇÃO DA EMPRESA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO	68

II — O AMBIENTE PRODUTIVO

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO	75
HORA DE PLANTAR	79
APOIO À PECUÁRIA	82

PROGRAMAS DE APOIO À PRODUÇÃO

EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	87
DEFESA AGROPECUÁRIA	89
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	94
INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	95
LABORATÓRIO DE PLANTAS MEDICINAIS FARMÁCIA VIVA	97
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES	99
LABORATÓRIO ANIMAL	101
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR.....	103

III — PROGRAMA DE AÇÃO FUNDIÁRIA

REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — PROJETO SÃO JOSÉ	107
REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — CÉDULA DA TERRA	109
ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO	112
TITULAÇÃO DE TERRA	116

IV — PROGRAMAS ESPECIAIS DE COMBATE À POBREZA RURAL

PROJETO SÃO JOSÉ	121
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	123
APOIO À PEQUENA AGRICULTURA E À PESCA ARTESANAL SUSTENTÁVEIS	127
CAPITAL INICIAL	129

SEGUNDA PARTE — 1999

I — BALANÇO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA —1999

OS AVANÇOS DA AGRICULTURA CEARENSE	137
--	-----

II — PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

COTONICULTURA	147
HORA DE PLANTAR E MILHO HÍBRIDO.....	154
BOVINOCULTURA.....	158

OVINOCAPRINOCULTURA	161
PESCA E AQUICULTURA.....	165

III — PROGRAMAS ESPECIAIS DE COMBATE À POBREZA RURAL

PROJETO SÃO JOSÉ	169
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF	172
PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL — PRORENDA	175
PROGRAMA DE EMERGÊNCIA.....	178

IV — PROGRAMAS DE AÇÃO FUNDIÁRIA

ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO	184
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (TITULAÇÃO).....	186

V — PROGRAMAS DE APOIO À PRODUÇÃO

EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS	189
DEFESA AGROPECUÁRIA	191
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.....	194
INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	196
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR.....	198
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES	200
LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA ANIMAL	202

VI — OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES

PLANO 1999 — 2002	207
AJUSTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SDR	211
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO	214
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	219

TERCEIRA PARTE — ANO 2000

RUMO AO DESENVOLVIMENTO	223
-------------------------------	-----

I — OS RESULTADOS DA SAFRA 2000

A PRODUÇÃO DE GRÃOS	227
---------------------------	-----

II — COMBATE À POBREZA RURAL

PROJETO SÃO JOSÉ	233
PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF	237
PRORENDIA RURAL	239
AÇÃO FUNDIÁRIA	241
Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra	241
Assentamento Rural	243
Reassentamento Rural Involuntário	244
Regularização Fundiária	244
Capacitação de Assentados	245

III — MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL

BALANÇO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2000	249
PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO	251
DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA	253
HORA DE PLANTAR	256
RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA	
DE SEQUEIRO	259
DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA	261
MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA	264
PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES	265

IV — SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA

DEFESA AGROPECUÁRIA	269
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	272
INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS	
DE ORIGEM ANIMAL	273
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	275
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	278

QUARTA PARTE — ANO 2001

OS RESULTADOS DE 2001	283
-----------------------------	-----

I — COMBATE À POBREZA RURAL

PROJETO SÃO JOSÉ	287
PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF	292
PRORENDA RURAL	294
AÇÃO FUNDIÁRIA	297
REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — BANCO DATERRA	298
Impactos	301
Capacitação	301
Parcerias	302
OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO À REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	303

II — MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL

PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO DE SEQUEIRO	307
DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA	309
HORA DE PLANTAR	312
RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA DE SEQUEIRO	314
DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA	316
MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA	318
PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES	319

III — SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA

DEFESA AGROPECUÁRIA	323
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	326
Ações Desenvolvidas Pela SDR	327
Classificação do Algodão em Pluma Produzido e Beneficiado no Estado	327
Classificação de Produtos Importados	327
Análises Laboratoriais	328
INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	329
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	331
PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS	333
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS ATINGIDOS PELA ESTIAGEM DE 2001	336

QUINTA PARTE — ANO 2002

DESEMPENHO DO SETOR RURAL — 2002	343
--	-----

I — COMBATE À POBREZA RURAL

PROJETO SÃO JOSÉ	347
PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF	355
PRORENDA RURAL	356
AÇÃO FUNDIÁRIA	358
REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — BANCO DATERRA	359
OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO À REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	362

II — MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL

PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO DE SEQUEIRO	365
DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA	367
HORA DE PLANTAR	369
RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA DE SEQUEIRO	371
DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA	374
MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA	376
PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES	378

III — SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA

DEFESA AGROPECUÁRIA	383
CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	385
INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	387
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR	389
PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS	391
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS ATINGIDOS PELA ESTIAGEM DE 2002	393
ICONOGRAFIA	395
ANEXO	441

AGRADECIMENTOS

O destino cruzou o meu caminho em dezembro de 1994. Sou agradecido à Divina Providência pelo que correu então. Estou feliz por isso e creio eu que os leitores irão descobrir à proporção que forem lendo este livro. Não se trata de uma novela, mas de uma coisa que abracei desde quando era adolescente e vivia em contato com o modesto homem do campo no interior do Estado, no Município de Santana do Cariri. O objetivo desta obra, entretanto, não é falar de minha vida, mas do trabalho de um abnegado grupo de com-

panheiros, proveniente de tantas outras histórias de vida, que semelhante a mim, queria fazer algo pelo próximo, notadamente pelos milhões de agricultores que, secularmente, trabalham de sol a sol no Ceará para viverem, ou, mais realisticamente, sobreviverem com suas famílias.

Minha primeira palavra de reconhecimento é para o Governador Tasso Jereissati, que, mesmo não me conhecendo pessoalmente, me convidou para ocupar a função de Secretário de Estado da Agricultura. A seguir, um agradecimento ao ex-reitor Antônio de Albuquerque Sousa Filho, que, num gesto de amizade e em atenção ao novo Governador, me liberou da condição de pró-reitor de Planejamento, da Universidade Federal do Ceará, no momento em que estávamos em plena campanha para a eleição do novo dirigente dessa Instituição.

Cabe uma palavra de carinho a minha esposa e aos meus dois filhos, Francisco José e Ana Maria, que me aconselharam a não entrar no mundo da política. Cumpri, porém, minha promessa de nunca me filiar a nenhuma sigla

partidária. Devo favores até aos amigos de minha comunidade religiosa Face de Cristo que, na ocasião, muito rezaram para que eu fosse iluminado na decisão que tive de tomar naquele momento de incerteza quanto à aceitação ou não de um novo chamamento para minha vida profissional.

Tenho muitas dívidas de gratidão a muitas pessoas que colaboraram com a minha gestão à frente da Secretaria e na elaboração do presente livro. Escrever um ensaio ou narrar fatos históricos sobre o trabalho dos outros é uma tarefa bem mais fácil do que relatar acontecimentos dos quais participamos e até influenciámos para que eles ocorressem. É justo registrar que, como Secretário de Agricultura do Ceará, tive a graça de contar com um grupo de colaboradores devotados, de formação acadêmica sólida, integridade ilibada e experiência prática de décadas no exercício profissional no Banco do Nordeste do Brasil, na Universidade Federal do Ceará e na própria Secretaria. Foi essa equipe que idealizou a criação, de modo pioneiro no País, do Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (inicialmente chamado de PROCAF), da Reforma Agrária Solidária (hoje com outra denominação), e do Fundo Seguro Safra (que acabou com a indústria da seca), e implantou no Ceará a nova revolução verde nos trópicos com a difusão do milho híbrido.

Não tenho condições de mencionar todas as pessoas que me ajudaram, sem as quais não teria sido possível escrever este livro ou mesmo executar os programas mencionados e outras importantes atividades que serão apresentadas e comentadas neste livro em caráter pessoal sem nenhuma conotação oficial. O objetivo é histórico e de inspiração científica, com o intuito de oferecer aos interessados em desenvolvimento rural uma fonte de consulta sobre resultados de uma experiência pouco usual na administração pública brasileira de exclusão clientelista e forte autonomia gerencial do Secretário da Pasta.

É um dever sentimental começar meus agradecimentos à referida equipe, com destaque “em memória” de dois grandes amigos e fiéis colaboradores, José Dircio Chaves de Lucena, meu sub-secretário durante oito anos, e

Dr. Juarez Novaes Pontes (superintendente), colega do Banco do Nordeste onde foi diretor de Crédito Rural. Sou igualmente grato ao colega Professor, Faustino de Albuquerque Sobrinho, que muito ajudou no campo da formação de recursos humanos da Secretaria, com base em sua experiência de ex-diretor do Centro de Ciências Agrária, pró-reitor de Planejamento e vice-reitor da Universidade Federal do Ceará. Com experiência profissional sólida e dedicada, por vários anos ao Banco do Nordeste, à Universidade Federal do Ceará e à própria Secretaria de Agricultura, agrada-me dedicar palavras de amizade, admiração e respeito aos técnicos colaboradores: José Luciano das Chagas Rabelo (presidente da EMATERCE) Antônio Jeová Pereira Lima (diretor da Ceasa) Antônio Bezerra Peixoto (presidente do IDACE), Aroldo Aguiar Holanda (diretor da Cedap e do Seguro Safra), Josias Farias Neto (gerente da Unidade Técnica do Projeto São José) Acúrcio Alencar Araújo (superintendente), José Ribeiro da Silva (secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR), Francisco Alves de Souza, Francisco Sátiro da Costa e Dr.

Marcos Vinícius (chefes de diretorias). Dedico referência especial ao ex-aluno do CAEN e chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Agricultura, Demartone Botelho, que, por certo, preparou praticamente todas as tabelas constantes deste livro. É justo lembrar a colaboração do competente programador gráfico Carlos Alberto A. Dantas, que tem me ajudado na preparação de muitos outros livros.

É necessário que fique esclarecido que as possíveis deficiências deste livro, quanto a assuntos tratados, pontos de vista referenciados, visão doutrinária eventualmente externada, e conclusões apresentadas, não podem ser atribuídas a nenhuma das pessoas mencionadas nestes agradecimentos. Para ficar claro, o conteúdo deste livro é de minha inteira responsabilidade técnica e jurídica.

APRESENTAÇÃO

O Projeto do Governo Tasso Jereissati era fazer do Ceará um Estado mais desenvolvido econômico e socialmente, tendo como objetivo principal a melhoria das condições de vida de toda a população da cidade e do campo.

Os grandes princípios que orientaram a ação do Estado durante o período de 1995-2002 tinham por base a descentralização e a sustentabilidade. Outro elemento basilar da nova política foi a parceria com os Governos Federal e Municipal, com o setor privado, com organizações não governamentais e outras instituições ligadas ao desenvolvimento do Estado.

O aspecto fundamental do modelo de desenvolvimento econômico do Governo cearense tem sido buscar resultados com menos custos. Em ou-

tras palavras, o crescimento mais acelerado, com melhor qualidade.

Para o alcance do Desenvolvimento Rural, foi enfatizada a estratégia de ação voltada para a aceleração da taxa de crescimento do setor com melhoria da produtividade da terra e da mão de obra. Outra estratégia pretendida foi buscar o desenvolvimento simultâneo da agricultura com os demais setores econômicos, principalmente agroindústrias e serviços de apoio ao setor primário.

A finalidade principal pretendida pelo Governador cearense era, enfim, a criação de emprego e renda numa economia sustentável onde a valorização do homem do campo e do seu trabalho fosse o principal alvo.

Conforme verão os leitores nas páginas seguintes, as realizações da Secretaria de Desenvolvimento Rural e de suas vinculadas foram numerosas e importantes para a agricultura do Ceará. As irregularidades das chuvas em 1997/98 e 2001 criaram sérias dificuldades na execução dos planos traçados. Todavia, também sabemos que a luta pelo desenvolvimento econômico da agricultura não tem êxito garantido no curto prazo. O ano de 2002, diferentemente do ano anterior, foi de excelente desempenho para a agricultura estadual. Com taxa de crescimento de 20% entre 2001/2002, tornou-se o setor de melhor resultado nesse período no Ceará.

A principal preocupação da equipe do Sistema Estadual de Agricultura foi trabalhar para que as coisas certas fossem feitas com eficácia. O avanço em direção ao novo modelo de administração pública sem clientelismo e paternalismo na agricultura é uma conquista dessa filosofia. O mesmo pode ser dito da redução de custos operacionais do sistema da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Sem prejuízo para o exercício de suas funções, foi reduzido 50% da força de trabalho do quadro de funcionários e técnicos no período de 1995-2002, com melhoria dos serviços prestados.

Este relato almeja oferecer um resumo das realizações do Governo do Estado para acelerar o desenvolvimento do quadro rural. Não se deve esquecer que todos os países desenvolvidos fizeram uma transformação da agricultura antes de iniciar o estágio da industrialização e do progresso econômico.

“Por mais bonita que seja a estratégia — diz Winston Churchill — de vez em quando é necessário olhar os resultados.”

Pedro Sisnando Leite
Secretário de Desenvolvimento Rural





A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA CEARENSE

A população do Ceará no corrente ano é de 7,6 milhões, com 5,3 milhões nas zonas urbanas, ou seja, 28% morando no campo. Em 1930, a população total do Ceará era de 1,7 milhão, da qual 80% vivia no quadro rural. Fato notório a registrar é que nos 71 anos entre 1930-2002, a população do Ceará aumentou quatro vezes, mas a população rural cresceu apenas 64%. Desse modo, a evolução populacional do Estado ocorreu ou convergiu para as zonas urbanas, consumidoras de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Devido ao lento crescimento da produção agropecuária local, coube ao comércio de importações de alimentos de outros estados e do exterior a responsabilidade por grande parte do abastecimento

de gêneros alimentícios e bebidas. A produção de carne e leite eram os principais artigos produzidos localmente, e suficientes para as necessidades do Estado. Esse descompasso entre produção agrícola e necessidades da população provém desde essa época até os dias atuais, para alguns produtos.

Observando-se a situação do início da década de 30, pode-se estimar que naquele ano estavam ocupadas no processo produtivo estadual cerca de 525 mil pessoas. Destas, 80% trabalhavam diretamente na agricultura ou em outra função relacionada a esse setor. Assim, as pequenas cidades, com alguns poucos serviços públicos e atividades artesanais, viviam na dependência da agricultura e da pecuária. Fortaleza, Crato, Juazeiro, Sobral, Icó, Iguatu e Crateús eram aglomerados urbanos mais representativos de verdadeiros núcleos urbanos.

Hoje, a região metropolitana de Fortaleza conta com 2,9 milhões, 40% da população total do Estado, seguida pelas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Sobral, Limoeiro do Norte, Missão Velha, Russas e Iguatu, com mais 20%.

O Censo Demográfico de 1960 apontava um emprego na agricultura de 688 mil pessoas com 10 anos e mais. Naquele ano a proporção desse setor era de 66% do total de emprego no Estado. De 1960 a 1980, o emprego da agricultura cresceu 10%, dando um salto de 20% na década seguinte. Assim,

mesmo com recuos nos anos de seca, quando as frentes de serviços passam a absorver os deslocados da atividade agrícola, o emprego na agricultura tem sido crescente em termos absolutos. Mas com redução em termos relativos, como ocorreu com o padrão clássico das mudanças estruturais do processo produtivo no desenvolvimento econômico.

De acordo com dados da SUDENE, a taxa de crescimento da agropecuária, silvicultura e pesca, de 1947-1975, foi de 1,7% ao ano, em comparação com 8,7% da economia como um todo. A partir de 1975-80 até os anos de 1990-95 passou a apresentar estagnação, segundo cálculos das médias móveis quinquenais, para eliminar os efeitos das variações da produção do setor primário do semiárido. Nesse último período, as taxas de crescimento do produto urbano foram muito elevadas, com patamar acima de 10% ao ano.

No período de 1995-2002, a taxa de aumento do setor agropecuário tem sido em média de 2% a 3% adotando os mesmos critérios das médias móveis. Vale lembrar que nesse interstício ocorreram as secas de 1998 e 2001 que afetaram a curva ascendente da produção rural.

Os dados retrospectivos da renda estadual somente foram calculados pela Fundação Getúlio Vargas após o ano de 1947, mas com muitas limitações em face dos dados primários serem de-

ficientes. Antes desse ano, inexistem informações pertinentes.

O que se sabe, no entanto, é que a produção agropecuária do Ceará evoluiu, lentamente, no período em análise, ou seja, de 1930 a 1947. Nessa etapa, a produção agrícola evoluiu extensivamente através de mais área cultivada, mais emprego e pouco ou nenhum aumento de produtividade. O desmatamento antecedia à ocupação com a pecuária que carecia de pastos naturais.

A renda per capita do Ceará, na década de 30, deveria ser por volta de US\$ 100 ou menos. Nessa época, nada menos de 70% da origem dessa renda provinha do setor agrícola. As poucas agroindústrias existentes estavam concentradas em algumas cidades próximas às matérias-primas extrativas ou de produção de carnes e padarias.

A estrutura do Produto Interno Bruto era, em 1970, de 19% da agropecuária, 17% da indústria e 64% dos serviços. A maior proporção da agricultura era de 43% no Maranhão, enquanto Pernambuco atingia 14%. Em 1980, essa relação no Ceará era de 15%; em 1990, 10%; e, atualmente, cerca de 6%-8%, conforme o ano de normalidade climática ou não.

Estima-se, a grosso modo, que atualmente a renda per capita dos habitantes das zonas rurais do Ceará seja de R\$ 180,00 e, nos centros urbanos, de R\$ 3.000,00. Essa disparidade pode ser ob-

servada também na distribuição de renda entre os setores econômicos. Enquanto a agropecuária, por exemplo, contribui com 6% da formação da renda total, o emprego desse setor alcança 40% da população ocupada. Esse dualismo econômico motiva um perfil de riqueza no Estado altamente encontrado. Assim, calcula-se que mais da metade dos pobres estão no quadro rural e que, das pessoas na agricultura, aproximadamente 60% estão abaixo da linha da pobreza.

A agropecuária do Ceará ocupava, em 1999, 2.277 pessoas, representando 40% de todo o emprego do Estado. Em 1995 esse número era de 1.170 e, em 1985, exatamente 943 mil. Portanto, um aumento nesse período de 234 mil pessoas, quase igual ao que ocupa a indústria de transformação. No Nordeste, entre 1995 e 1999, deu-se uma redução do emprego regional na agricultura. Segundo as somas de atividades das pessoas ocupadas, 36% dedicavam-se a lavouras temporárias, 22% à pecuária, 12% a lavouras permanentes, e 26% à produção mista.

Algumas comparações na produção de grãos, no período de 1947-2002, oferecem uma ideia das mudanças na estrutura produtiva do Estado. A área plantada com grão mais do que dobrou no período, enquanto a produção, que era de 354 mil toneladas, passou para cerca de um milhão de toneladas

atualmente. O aumento foi de 182% com melhoria da produtividade média de 554 kg/ha para 846 kg/ha. Em 1947 o principal produto era o milho, com 47% do total de grãos, seguido do algodão, com 23% de caroço; o milho continua na liderança, mas com 63% da produção, seguido do feijão e arroz. O algodão e a mamona, atualmente, têm modesta participação.

No período analisado, duas mudanças relevantes foram observadas. A área cultivada com algodão que era de 282 mil hectares, chegou a alcançar 1.330 mil no ano de 1972, decrescendo para 20 mil hectares atualmente. A mamona que mantinha uma posição mais ou menos de 1947 a 1976, a partir de então, com altas e baixas, perdeu posição continuada até o corrente ano, quando tem apenas 1.861 hectares e produção sem expressão.

Todas essas mudanças estão associadas às alterações nas políticas de preços, comercialização e condições climáticas, que foram conduzindo os agricultores para as atividades mais adequadas as suas realidades e necessidades. Certamente, a evolução do setor rural do Estado foi moldada em cada momento, com a influência da administração dos Secretários de Agricultura que atuaram ao longo desses 73 anos.

A evolução ocorrida na exploração e propriedade das terras nos últimos 45 anos pode oferecer

uma ideia da história agrária que o Estado passou desde 1930. Segundo o último Censo Agropecuário, existem no Ceará 340 mil estabelecimentos agropecuários que já foram de 86 mil em 1950. Em termos de área ocupada por esses estabelecimentos, a situação é peculiar, ou seja, entre esse ano e o ano de 1995, ocorreu uma diminuição na superfície total de 10 milhões de hectares para 8,6 milhões. Durante o período, deu-se também um grande fracionamento dos estabelecimentos, com crescimento das unidades com menos de 10 hectares, passando de 19 mil para 246 mil. Quanto à área, o incremento foi de 92 mil hectares para 633 mil. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares decresceram em 40%, que hoje representam apenas 835 declarantes. Esse processo de fragmentação das propriedades foi realizado de forma natural, pois os programas de reforma agrária governamentais somente tiveram início nos últimos 15 anos, e com pequena expressão.

Na condição de responsável pelas explorações, a maior proporção é dos proprietários, mas a maior expansão ocorreu nas unidades arrendadas e ocupadas em terras públicas ou privadas. A modalidade mais comum de exploração é individual ou familiar.





DESEMPENHO 1995 — 2002





PRIMEIRA PARTE

1995 — 1998

*O aumento da produção ocorre
fundamentalmente da incorporação de novos
fatores de produção antes ociosos; ou do aumento
da produtividade de uso dos recursos.*

ADAM SMITH





A VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

O setor agropecuário do Ceará gerou um Valor Bruto da Produção de R\$ 6,1 bilhões no período de 1995/98. Em termos reais, o ano de 1996 foi o de maior valor de produção da história da agricultura cearense, com R\$ 1,8 bilhão. Seguem em ordem de valores os anos de 1995 e 1997, este último com problemas localizados de estiagem e quebra da produção.

Os efeitos do fenômeno meteorológico El Niño em 1998 foram drásticos para a agricultura do Ceará. Com uma área plantada de 1,3 milhão de hectares de grãos no início do ano e uma produção estimada de 963 mil toneladas, mal chegou a 266 mil toneladas em dezembro de 1998. Em termos comparativos com o ano anterior, a quebra física

foi de 57%, em valor, deu-se uma quebra de 45%, mesmo com a elevação dos preços dos alimentos, devido à escassez dos produtos.

Considerando o total dos subsectores de grãos, pecuária, extrativa vegetal e atividade autônoma, o déficit da produção em 1998 foi de 26%, comparativamente com a de 1997. Tendo em vista que a agricultura contribui com 7% do Produto Interno Bruto do Estado do Ceará, o impacto negativo do setor rural na economia como um todo foi de menos 1,89%. Dizendo de outro modo, a economia do Ceará deixou de crescer 1,8% devido ao saldo negativo da agricultura.

No tocante à mão de obra, a agricultura do Ceará empregou, em 1995, um contingente de 1.170 mil trabalhadores, representando cerca de 40% de toda a população ocupada no Estado. Com base em estimativas a serem ainda comprovadas, é possível que a ocupação tenha crescido 6% em 1996, estabilizando-se em 1997 e decrescendo em 1998, nos níveis de 1996. Neste último ano com decréscimo substancial da produtividade média da mão de obra.

Exemplos dos efeitos desastrosos da seca neste ano podem ser oferecidos pela necessidade de o governo abrir frentes produtivas para 250 mil pessoas e distribuir cerca de 700 mil cestas alimentares para a população afetada com a chamada seca verde de 1998.



A QUEDA DA INFLAÇÃO E ABERTURA DA ECONOMIA

Não se pode avaliar adequadamente o desempenho da agricultura sem levar em conta os estímulos e freios que condicionam tradicionalmente o comportamento desse setor.

Embora muito conhecidas, é oportuno lembrar que as variações da produção agrícola, de modo geral, dependem das tendências da economia global, de influências climáticas, das oportunidades dos mercados agrícolas, das disponibilidades de crédito, etc. No nível dos Estados, as políticas agrícolas nacionais podem não se coadunar com os interesses dos agricultores locais, gerando desestímulos aos produtores.

No caso específico do Estado do Ceará, convém ressaltar alguns condicionantes que influen-

ciaram o comportamento da produção e emprego rural durante o período de 1995-98.

O horizonte temporal de quatro anos é demasiadamente curto para mostrar todos os fatores estruturais e históricos que moldam o atraso do quadro rural a economias na fase de demaragem do seu desenvolvimento econômico, como é o caso do Ceará.

Em 1995, ocorreu brusca queda na inflação com o Plano Real. Antes, o índice de preços estava em torno de 50% ao mês, caindo para 20% naquele ano, atingindo 5% em 1998. Como a inflação acelerada é o maior inimigo dos investimentos na agricultura, pode-se concluir que as novas condições de estabilização favoreceram o setor. Os preços médios das terras também caíram, estimulando os novos produtores carentes de terras para seus empreendimentos. Outro efeito positivo da estabilidade da moeda foi o aumento do poder aquisitivo dos assalariados, onde é alta a elasticidade-renda da demanda por alimentos.

Todas essas melhores condições para a agricultura parecem ter sido neutralizadas pelas políticas de abertura da economia brasileira para o MERCOSUL e outros blocos comerciais. Em consequência da taxa de câmbio supervalorizada, os preços dos produtos agrícolas dos países do Sul e

de outras origens entraram no mercado cearense como uma verdadeira ameaça.

Os financiamentos dos importadores cearenses por parte dos vendedores estrangeiros, com prazos e taxas de juros internacionais, induziram as aquisições de milho, produtos lácteos e algodão do exterior. Finalmente, as altas taxas de juros do crédito rural brasileiro tornaram a oferta de recursos produtivos dos bancos oficiais um negócio de alto risco. Mesmo os menores juros para os produtores da agricultura familiar, como o PRONAF, levaram a uma elevada percentagem de inadimplentes.

Sumariando essa discussão, pode-se concluir que o período de 1995-98 não foi favorável ao crescimento da agricultura. Pressão de preços dos insumos com estabilização das cotações dos produtos agrícolas desestimularam os produtores rurais do Ceará.



OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA SECRETARIA

Os recursos aplicados em benefício da agricultura são de várias origens e diferentes níveis governamentais. Podem ser fundos do Governo Federal, do Estado, Municípios e do setor privado. Neste último, como empreendimentos diretamente produtivos. No caso específico do próprio Estado do Ceará, as despesas podem estar sendo executadas pela própria Secretaria de Desenvolvimento Rural, ou pelas Secretarias de Recursos Hídricos, de Educação e Saúde, também objetivando atender às necessidades da população rural. Do mesmo modo, devem ser considerados os empréstimos de crédito rural do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, que naturalmente serão

destinados a custeio ou investimento dos produtores privados.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e suas vinculadas, portanto, atuam na prestação de serviços essenciais e apoio à produção agropecuária. Nos últimos anos, desenvolveram programas de combate à pobreza, como é o caso do Projeto São José, e de Reforma Agrária Solidária, com a assistência do Banco Mundial e do Governo Federal.

Considerando unicamente os recursos administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e suas vinculadas, foram aplicados em custeio e investimento R\$ 52,7 milhões em 1995. Quatro anos depois, 1998, deu-se uma aplicação de R\$ 89,6 milhões, significando um acréscimo de 70% no período. Estas mudanças no incremento dos recursos decorreram de transferência do Projeto São José, da Secretaria de Planejamento para a SDR e também do Governo Federal para o Projeto de Reforma Agrária Solidária.

Há de se registrar, como se pode deduzir do exposto, que o papel da Secretaria de Desenvolvimento Rural não se atrela unicamente ao comportamento dos índices de produção física expressa na renda agrícola. Merece destaque situações como a da central de abastecimento alimentar que, desde 1996, é autossuficiente em sua manutenção de despesas de pessoal, custeio e investimento, com

prestação de relevantes serviços à sociedade cearense. A manutenção da saúde dos estoques dos rebanhos é outra tarefa indiferente às flutuações ocasionais da produção.



OUTRAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

Merece destaque a realização de várias reuniões do Fórum Nordestino de Secretários de Agricultura, onde foram apresentadas propostas referentes às políticas de apoio a programas setoriais ou regionais de desenvolvimento da produção agropecuária, crédito rural, garantia de preços, agricultura familiar, comércio exterior, defesa sanitária, cooperativismo, entre outros. Nessa mesma ordem, foram elaborados, juntamente com as demais Secretarias de Agricultura da Região, o Plano de Safra para o Nordeste, a Lei dos Agrotóxicos, além de uma Proposta de Política Agrícola Nacional diferenciada pela observância das desigualdades regionais.

Objetivando discutir as ações desenvolvidas no setor primário, é fato relevante a participação da SDR no Fórum Permanente da Agropecuária do Ceará como coordenadora das ações do setor público.

Vale ressaltar o esforço da Secretaria de Desenvolvimento Rural no sentido de buscar parcerias, especialmente com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, visando alavancar recursos e operacionalizar esses créditos junto aos produtores rurais. Para isso, foram firmados protocolos de intenções, onde os recursos de crédito rural tiveram sua aplicação no Estado priorizada a partir dos planos e projetos da SDR.

Outro marco importante foi a elaboração do projeto arquitetônico do novo parque de exposições da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que será construído no município de Caucaia. A ideia é ter um parque de exposições de uso permanente, com utilização para vários tipos de eventos. Na primeira fase do projeto, serão investidos cerca de um milhão de reais do Governo do Estado. O novo parque será construído em terreno de 35 hectares, doado pela Prefeitura de Caucaia, na confluência da BR-020 com o anel viário. De acordo com o projeto, o Governo do Estado assumirá as obras de infraestrutura e as associações de criadores serão responsáveis pela construção dos pavilhões dos animais e de suas sedes.

Registra-se, ainda, a participação e promoção da SDR em Congressos, Simpósios e Seminários, destacando-se o I Congresso Brasileiro de Algodão, realizado em Fortaleza, que abordou, principalmente, a aplicação de novas tecnologias e os avanços da pesquisa para o aumento da área de algodão irrigado no País.

Outra promoção positiva foi o Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, onde se analisou e discutiu a reforma agrária no contexto do processo de desenvolvimento sustentável, oferecendo-se sugestões concretas para melhorar a eficácia e aumentar a eficiência, a velocidade e a abrangência da reforma agrária.

É oportuno lembrar que nos países desenvolvidos o sistema de apoio, constituído de educação, saúde, crédito, programas de extensão e comercialização foram os responsáveis pelo progresso do meio rural.





I
O NOVO PAPEL
DO ESTADO NA AGRICULTURA





MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA

Um grande esforço do Governo do Estado do Ceará esteve direcionado para a racionalização e reestruturação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e de todas as suas instituições vinculadas.

O objetivo principal desse projeto de modernização foi aumentar a eficiência da ação do Governo na agricultura através de uma administração pública orientada para alcançar resultados, particularmente no tocante ao desenvolvimento rural sustentável.

A reforma foi referendada pelo Sr. Governador Tasso Jereissati e aprovada pela Assembléia Legislativa. A mudança do enfoque de ação da Secretaria foi no sentido de realizar uma administra-

ção por objetivos, enfocando o planejamento, a coordenação e o controle das atividades a serem executadas pelas vinculadas.

As principais modificações realizadas no Sistema Estadual de Agricultura estão a seguir detalhadas, com destaque de algumas atividades do sistema. Segundo o eminente economista Vernon C. Johnson, a agricultura não pode se adaptar ao progresso tecnológico e às variáveis no mercado sem os programas do governo. Do mesmo modo, uma adequada organização dos produtores da agricultura é uma pré-condição para a modernização do setor.



REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Durante o ano de 1997, a Secretaria concluiu o documento Proposta de Modernização e Racionalização Administrativa para o Sistema Estadual de Agricultura e iniciou sua implantação. O processo de reestruturação teve por princípios norteadores o desenvolvimento rural sustentável, a interiorização das ações, a descentralização, os impactos socioeconômicos, a visão de agronegócios, o estabelecimento de parcerias e a profissionalização rural, com vistas à geração de emprego, renda e bem-estar social.

A antiga Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária passou a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Rural. Essa alteração teve por obje-

tivo a mudança do enfoque agrícola para ação em todo espaço rural, mais abrangente e intersetorial. As atividades de reforma agrária foram descentralizadas para o IDACE.

A nova estrutura organizacional da Secretaria passou a ser formada de cinco Diretorias e dez Gerências, compostas por Núcleos Finalísticos. Ao mesmo tempo, foram efetuadas obras de natureza física para adaptações ambientais e melhor conforto dos servidores, tudo isso objetivando uma ação por resultados.

Por haver sido consideradas desnecessárias, foram extintas oito Unidades da Secretaria, localizadas no interior, com transferência de seu papel para outros órgãos do Estado.

A informatização do Sistema Estadual de Agricultura foi outro marco importante nesse período. Em 1995, quando a nova administração do Governador Tasso Jereissati assumiu, praticamente não existia sistema de informática na instituição. Até o final de 1998 foram adquiridos e instalados 600 microcomputadores de última geração, com ligações em rede/instante/rigav/internet. Estes instrumentos, à disposição de gestores e técnicos, estão contribuindo para melhor qualidade dos serviços da instituição e avanço no processo de gestão, análise técnica e processamento de dados.

As atividades finalísticas da Secretaria de Desenvolvimento Rural e vinculadas foram sistematizadas por meio do Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará, para o período de 1995-98, que se baseava no princípio do crescimento sustentável da agricultura com desenvolvimento equilibrado.

Com o propósito de elevar a eficácia e excelência da qualidade de suas atividades, a Secretaria de Desenvolvimento Rural firmou convênio com o SEBRAE para implementação do Programa de Qualidade Total no sistema. Em 1997, foi implementada toda a primeira etapa do Programa, constituída das partes conceitual e de sensibilização. Em 1998, concluiu-se a fase prática com a participação de 1.500 servidores.

A capacitação de pessoal tem sido uma das preocupações do Governo do Estado para melhorar a qualidade do serviço público. Nesta perspectiva, foram realizados cursos, seminários e treinamentos, com destaque para o seminário sobre o Programa de Combate à Pobreza no Ceará, com 59 participantes. O objetivo era identificar entraves à implementação dos projetos dos diferentes níveis, sugerindo alternativas e soluções.

Foi realizado o primeiro curso de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, com a participação de 35 técnicos, principalmente da EMATER-CE, visando formar profissionais qualificados em

metodologia e técnicas de planejamento municipal. Outro treinamento básico de Defesa Sanitária Vegetal e Trânsito de Vegetais capacitou técnicos na área de trânsito de vegetais e de seus produtos para evitar disseminação de pragas e doenças.

Foram instalados três Laboratórios de Informática para treinamento, sendo um na própria Secretaria e dois no Centro de Treinamento de Extensão Rural. Somente no tocante à informática foram treinados 585 técnicos em 1998.



A NOVA EXTENSÃO RURAL

Com o apoio pleno do Sr. Governador Tasso Jereissati, foi realizada uma ampla re-estruturação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a celebração dos acordos trabalhistas e a implantação dessa reforma. O Governo do Estado garantiu a manutenção da assistência técnica e extensão rural pública, bem como o fortalecimento da empresa, com a modernização dos seus processos técnico-administrativos para melhor atendimento aos produtores.

Dentro dessa nova concepção, foi realizada a reconversão dos escritórios estaduais, regionais, municipais/distritais e dos centros de treinamento em Centro Gerencial, Centros de Atendimento aos Clientes e Centros de Treinamento a partir das

potencialidades e características de cada área de atuação.

Na nova estrutura, destacam-se dois níveis. O de direção e coordenação (Centro Gerencial) e o de execução (Centros de Atendimento aos Clientes e Centros de Treinamento). Isto levou a empresa a funcionar de forma descentralizada e participativa, com visão e atuação sistêmica, em que os processos são conhecidos e praticados por todos. Releve-se que os CEACs têm suas decisões compartilhadas com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a realidade e as necessidades específicas dos municípios e de seus clientes.

Dentro dessa visão, foram selecionados 82 municípios para sediarem os CEACs. Considerando-se a necessidade da empresa continuar atuando em todos os municípios do Estado, foi definido que cada CEAC teria uma área de abrangência em até três municípios, pela proximidade geográfica e vias de acesso.

Na atualidade, a empresa reformou os 82 prédios dos CEACs e o CETREX, dimensionando-os em função do número de servidores e da necessidade de ambientes favoráveis ao trabalho, dotando a maioria dos CEACs de salas de reuniões, biblioteca, videoteca e áreas de serviços.

Para dar suporte a esta estrutura, foram adquiridos e disponibilizados mobiliários padroniza-

dos, veículos utilitários (151 veículos 0 Km), três unidades móveis aparelhadas com equipamentos necessários à realização de treinamentos de servidores e profissionalização de produtores rurais, além de equipamentos de comunicação (TVs, videocassetes, retroprojetores, projetores de slides, minigravadores, telefones e fax) e de informática (mais de 350 microcomputadores Pentium, impressoras, hardwares e softwares). Todos estes equipamentos foram adquiridos em 1997/98, com apoio financeiro do Ministério de Agricultura através dos Programas Nacionais de Agricultura Familiar e Defesa Agropecuária.

Atualmente, os Centros de Atendimento aos Clientes, de Treinamento e Gerencial, aparelhados com microcomputadores e periféricos de última geração, estão sendo interligados em rede, inclusive com a SDR e outros órgãos do Estado. Está sendo implantado também o Sistema de Programas e Projetos, em todos os CEACs, objetivando um controle mais efetivo dos resultados alcançados, para disponibilizá-los, de forma mais rápida, aos clientes internos e externos.

O serviço de extensão rural do Ceará atua em programas de acordo com o Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural. Os extensionistas adotaram, como enfoque central de atuação, a organização dos produtores e de suas famílias, dentro das pers-

pectivas do agronegócio, objetivando a agregação de valor e consequente aumento do emprego e da renda da família rural.

Merece destaque o trabalho de apoio da EMATERCE ao programa de emergência. Em 1998, devido às adversidades climáticas, o Governo do Estado traçou diretrizes e critérios para o atendimento aos municípios atingidos pela seca, dando prioridade à implantação de obras hidroambientais e frentes de educação e de produção.

No tocante às obras hidroambientais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural buscou desenvolver uma mentalidade de conservação do meio ambiente, com vistas à melhoria das condições físicas dos solos, à maior retenção de água, e evitar o assoreamento dos mananciais d'água. Os 163 mil trabalhadores rurais, supervisionados pela EMATERCE, construíram 43.746 barragens sucessivas de base zero, 144 barragens subterrâneas, construção e preparação de 11.922 cacimbões, 578 cisternas, 180.000 metros de adutoras, 80.000 metros de canais de irrigação e 1.447 pequenos açudes, dentre outras.

Destacam-se, também, outras obras importantes para as comunidades rurais, tais como construção e recuperação de estradas, passagens molhadas, e fabricação de telhas, brita, tijolos e cal. Estas tarefas foram realizadas em estreita ar-

ticulação com o CEDEC, COMDECE e as Comissões Municipais de Defesa Civil nos 176 municípios, objeto de atuação da EMATERCE no Programa de Emergência.

Destaque-se, ainda, a performance da EMATERCE, em parceria com o Banco do Nordeste, no atendimento aos produtores rurais. Esse trabalho conjunto resultou na contratação de 4.322 planos de créditos, no montante de R\$ 27,7 milhões, com vistas à criação de infraestrutura nas propriedades rurais e a outras inversões necessárias, para exploração racional da agropecuária no período da seca de 1998.



PATRIMÔNIO
HUMANO



A CENTRAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR FOI MODERNIZADA

Para ampliar o abastecimento de produtos hortigranjeiros para mais de um milhão de pessoas da região metropolitana de Fortaleza, reduzindo os custos diretos de comercialização em nível de atacado, foram realizados, no período de 95/98, o reaparelhamento e a modernização da Central de Abastecimento S/A (CEASA). Esta empresa é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Vale destacar ainda que o setor administrativo da CEASA foi Aprimorado, reduziu-se a intermediação, aperfeiçoando o mecanismo de formação de preços, para diminuir os riscos de aviltamento. Foi instalado também um novo sistema de segurança, tranquilizando os usuários da Central de Abasteci-

mento, que, anteriormente, se viam ameaçados de assaltos.

Para assegurar as mudanças programadas, adotou-se novo regulamento de mercado da CEA-SA como sociedade de economia mista, de acordo com as normas do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento.

A setorização das frutas e hortaliças, em áreas distintas, foi uma das medidas que possibilitou o acesso dos pequenos produtores aos varejistas dos mercados populares e mercearias que se abastecem na CEASA.

Outra medida racionalizadora ocorreu com o equacionamento do problema da embalagem sem aumento de custos significativos aos agentes de comercialização. Este modelo, adotado com sucesso nas hortaliças, deu margem à redução nos custos de comercialização, uma vez que a ocupação verticalizada minimiza a utilização de áreas modulares.

A construção do Galpão do Produtor de Hortaliças, com 2.880 m², inaugurado em janeiro/96, somada à obra em execução do Galpão do Produtor de Frutas, com cerca de 3.000 m², com início de operação previsto para Janeiro/99, totalizam uma oferta adicional de quase 6.000 metros quadrados, representando um incremento de 80% na área para comercialização, que antes contava com apenas 7.200 metros quadrados.

Tal como ocorreu com as hortaliças, a implantação do novo Galpão para frutas trará mais qualidade ao comércio de frutas, permitindo uma melhor orientação técnica e o estabelecimento de novos padrões de comercialização, onde também se incluem a setorização por grupos e a utilização de embalagens.

Quer pela ampliação da área de comercialização, que agora conta com 13.200 m², quer pela natureza e condições dos produtos comercializados, a limpeza sempre se constituiu no ponto de maior fragilidade da imagem da CEASA.

Antes de 1995, o sistema empregado contava apenas com um trator para recolher lixo de latões, coletado por servidores da área e, posteriormente, conduzido a uma “rampa de lixo” na própria empresa. Hoje, o salto de qualidade no serviço é notável. Os antigos latões servem apenas para uso intermediário do lixo, que é depositado em “containers”, com retirada feita por poliguindaste adaptado a um caminhão de dez toneladas. Em termos de equipamentos, o serviço conta hoje com 22 “containers”, 2 tratores, 1 caminhão com poliguindaste, e passou-se a utilizar o aterro sanitário do Município de Maracanaú, extinguindo-se a “rampa do lixo” da CEASA.

Até então, a CEASA dispunha apenas de uma bateria de banheiros, atendendo todo o público

frequentador da empresa. Em face da construção do Galpão de Hortaliças e a próxima implantação do Galpão de Frutas, foi construída uma segunda bateria de banheiros, onde fica patente o conforto e a satisfação dos usuários do serviço.

O intenso tráfego de veículos de todas as categorias na empresa concorre para o desgaste natural das pistas de rolamento, mormente quando estas não contam com manutenção adequada. Em 1997, foi feito um levantamento geral das necessidades e executada a recuperação de cerca de 45% da área pavimentada com revestimento asfáltico.

Uma das mais importantes melhorias obtidas pela administração da CEASA foi, contudo, a eliminação do papel danoso de intermediários especuladores que prejudicavam a comercialização dos pequenos produtores.



UM INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA MAIS EFICAZ

No início da nova administração, em 1995, verificou-se que a estrutura organizacional do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará precisava ser reorganizada. Operacionalmente pulverizado pelo interior do Estado, o IDACE encontrava-se sem funções bem definidas e sem rotinas capazes de dar a eficiência e a qualidade desejadas à implementação das suas ações.

Os servidores estavam desmotivados e sem perspectivas, e espalhados pelos diferentes órgãos da administração pública estadual. Quase a metade dos 350 servidores do Instituto encontravam-se à disposição de outros Órgãos. O grande desafio era motivar o quadro funcional para tirar o IDACE

do marasmo, e propor uma re-estruturação organizacional que pudesse prepará-lo para o regime de contrato de gestão, visando dar a ele maior autonomia e agilidade administrativa.

Uma nova estrutura organizacional foi aprovada e implantada em 1997/98, trazendo a extinção das estruturas localizadas no interior e tornando o Órgão mais apto para desenvolver suas atribuições.

O Governo do Estado desenvolveu um grande esforço para dotar o IDACE de uma estrutura de equipamentos condizente com a nova realidade de trabalho a cargo do Órgão, que dispunha, no início de 1995, apenas de dois microcomputadores XT, uma mesa digitalizadora e um plotter a pena. No período de 1995/98, foram adquiridos 59 microcomputadores Pentium, 33 impressoras, 3 mesas digitalizadoras e vários equipamentos de rede (5 Hubs com 13 portas, 1 Switch 3 com 12 portas).

Diante da necessidade de gerenciar as informações disponíveis e da constatação de que a informática é uma ferramenta essencial no gerenciamento de todas as suas atividades, foram elaborados um Plano Diretor de Informática e um Plano Diretor de Geoprocessamento, que pudessem disponibilizar prontamente as informações necessárias no nível de gerenciamento.

O reaparelhamento envolve “hardwares” e “softwares” adequados e necessários ao proces-

samento dos dados existentes, à implantação da rede de computadores, à implantação do banco de dados, ao acesso às diversas informações, bem como aos sistemas gerenciais de acompanhamento das diversas atividades.

Para melhor desempenho das inúmeras responsabilidades assumidas pelo IDACE e a ele conferidas pelo Governo do Estado, foram treinados 197 servidores em diversos cursos de informática, supletivos, convênios e contratos, prestação de contas, licitação, pedologia, geoprocessamento, relações humanas, metodologia participativa, gestão da qualidade total, além de outros.



EXTINÇÃO DA EMPRESA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO

A função principal da Companhia Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da pesca — CEDAP era a venda de equipamentos e insumos agrícolas e comercialização de pescado continental e marítimo. As atividades da CEDAP eram executadas através de escritórios municipais e, na Capital, por meio de postos localizados em mercearias e instalações próprias.

Estudos cuidadosos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural mostraram que as funções da Companhia deixaram muito a desejar. Elevados custos operacionais superavam em muito os benefícios esperados. As vendas de materiais de insumos não resistiam à concorrência do comér-

cio privado, espalhado hoje por todo o Estado. As quantidades de pescados e materiais de uso na agricultura eram de pequena expressão em relação aos volumes transacionados no mercado.

Com a reorganização da EMATERCE e melhoramento da capacidade operacional da CEASA, tornou-se evidente que a CEDAP não tinha mais sustentabilidade e justificativa para manter-se operando. Em face disso, foi extinta em 1997.





II

O AMBIENTE PRODUTIVO





PROGRAMAS PRIORITÁRIOS





DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Rural organizou um programa de desenvolvimento da cotonicultura cearense, usando tecnologias modernas de produção, objetivando alcançar a autossuficiência no atendimento à demanda do parque têxtil do Estado e geração de emprego e renda na zona rural.

Os produtores de algodão do Estado do Ceará que utilizaram sementes desse programa obtiveram uma produtividade média anual de 1.200 kg de algodão em caroço por hectare, em culturas de sequeiro, e 3.000 kg/ha em cultura irrigada.

Pode-se observar que a produtividade média do Estado passou de 458 kg/ha em 1995 para 670 kg/ha em 1998, mesmo considerando que houve

uma redução, em 1998, motivada pela ação da estiagem prolongada.

O programa foi pioneiro no incentivo à produção de algodão irrigado no Estado do Ceará dadas as condições edafoclimáticas favoráveis a essa modalidade de cultivo. Com a coordenação e acompanhamento da Secretaria e assistência técnica da EMATERCE, chegou-se a um dos mais baixos custos de produção do mundo, cerca de R\$ 1,1 mil/ha.

A expansão das áreas irrigadas passou de 1.200 hectares em 1995 para 3.323 hectares em 1997, gerando um incremento de 276%. Mesmo assim, em 1998, observou-se uma frustração na área plantada de algodão, em virtude do bom preço obtido pelo feijão no mercado, levando os agricultores a plantarem essa leguminosa.

Foi introduzida também no Estado uma nova variedade de algodão de sequeiro, criada pelo Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, a CNPA 7MH, que produz por até três anos, com média de 1.350 kg/ha. Este plantio se comportou bem, e, pela inexistência de semente selecionada, toda produção obtida destinou-se para produção de sementes visando à safra de 1999. Utilizando essa variedade, o programa teve uma atuação especial junto ao Projeto Canindé, atuando em cooperação com o Programa Comunidade Solidária, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, CONAB, Secretaria

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO IRRIGADO



de Setembro a 3 de Outubro de 1997 - Imperial Othon Palace - Fortaleza - Ceará



de Trabalho e Ação Social, EMATERCE e Prefeitura Municipal de Canindé. Foram instaladas 14 Unidades Técnicas Demonstrativas, cada uma com três hectares, com a participação de 464 produtores.

Em relação à capacitação, técnicos e produtores tiveram uma atenção especial do programa em virtude dos elevados custos de produção ocasionados pela presença da mosca branca. Foram treinados 280 técnicos da EMATERCE, 90 de outros órgãos do Estado e 3.560 produtores rurais. Destacaram-se também os programas com treinamentos sobre fitossanidade em diversas prefeituras do Estado e cooperativas.

Visando à safra de 1999, o programa iniciou, em 1998, uma campanha estadual para melhoria da qualidade do algodão colhido no Estado, com elaboração de folders e cartazes, palestras e treinamentos para técnicos e produtores e divulgação de modernas técnicas de produção e colheita, cujo objetivo era melhorar a competitividade do produto interno frente ao importado.

A cultura do algodão é a que mais emprega mão de obra por superfície plantada. Observou-se que nas áreas com plantio intensivo de algodão houve geração de emprego na faixa de 0,67 ocupações/hectare nos quatro meses do ciclo da cultura. No caso do algodão irrigado, esta faixa subiu para 1,27. O algodão arbóreo ofereceu apenas 0,50 ocupações/hectare.



HORA DE PLANTAR

No período de 95/98, este programa distribuiu 7.678,4 toneladas de sementes fiscalizadas, com recursos de R\$ 11 milhões, beneficiando entre 100 a 120 mil produtores/ano. São sementes de milho, algodão, feijão vigna e phaseolus e arroz de sequeiro e irrigado. Este último, no segundo semestre.

Foram distribuídos 2.949 m³ de manivasemente, em 1997 e 1998, para 48 comunidades rurais, muitas delas em áreas de assentamento, beneficiando 1.615 produtores.

Com o apoio da Associação Cearense de Avicultura e Federação da Agricultura do Estado do Ceará, a Secretaria de Desenvolvimento Rural distribuiu, através do Hora de Plantar, 75 toneladas de milho híbrido em 1997, com excelentes resulta-

dos tanto em sistemas de cultivo de sequeiro quanto de irrigado. Devido à seca de 1998, o programa do milho foi prejudicado.

A distribuição de sementes selecionadas, vinculada à assistência técnica, possibilitou um aumento da produtividade de cerca de 30% dos pequenos produtores, em consequência da qualidade genética desse insumo e das tecnologias de produção empregadas. No caso específico do milho híbrido, o aumento de produtividade em relação às variedades tem sido excepcional.

Enquanto as culturas de variedades produzem cerca de 800 kg/ha, o milho híbrido rende até 8.000 kg/ha, como foi observado em unidades de produção comercial do município de Porteiras, no Cariri. A grande importância deste programa está em proporcionar uma substituição gradual de cultivares de baixa produtividade por material de maior expressão genética para produção, contribuindo simultaneamente para mudança de postura do produtor, com relação às inovações tecnológicas, e para o aumento de sua produção.

O programa para a safra de 1998/99 envolve uma disponibilidade de 2.641 mil toneladas com um dispêndio do Governo do Estado de R\$ 4 milhões. São 1.090 toneladas de algodão herbáceo CNPA 7H, do Centro Nacional de Algodão, 601 toneladas de milho variedade e 170 toneladas de mi-

lho híbrido de alta produtividade. Neste caso, a semente será plantada quase totalmente no Cariri, segundo zoneamento da EMBRAPA. O feijão vigna, ou de corda, terá 350 toneladas; o feijão phaseolus, para as regiões serranas, mantém 180 toneladas; o arroz de sequeiro, 250 toneladas.

Estão sendo pleiteadas mais sementes do Ministério da Agricultura, que está lançando um programa com essa finalidade.

Um aspecto inovador no Programa Hora de Plantar de 1998/99 foi o treinamento de 90 técnicos da EMATERCE para melhor entender a interpretação dos dados meteorológicos e pluviométricos e orientar os agricultores. Com a informatização de todos os Centros de Atendimento aos Clientes da EMATERCE, doravante as informações climáticas serão disponibilizadas também pela internet.

A distribuição de sementes fiscalizadas era anteriormente realizada pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Agropecuário – CEDAP. Com a extinção deste órgão, a EMATERCE assumiu tal responsabilidade, agora com a vantagem de, simultaneamente, oferecer assistência técnica.



APOIO À PECUÁRIA

O segmento de produção animal e derivados representa cerca de 50% do Produto Interno Bruto da agricultura cearense.

O apoio ao desenvolvimento da pecuária revela que houve alguma melhoria com a adoção de práticas orientadas pela EMATERCE. Comparando-se o perfil tecnológico de um criador que recebeu assistência técnica oficial com outro que não recebeu, observa-se que o pecuarista é compensado pela mudança da situação constatada em 1996, quando foi assistido um rebanho de 380.075 cabeças. Já em 1997 foram 325.950 animais e, em 1998, 386.577, beneficiando 19.788 criadores.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural elaborou um detalhado programa de desenvolvimento da

pecuária de leite que, com as sucessivas secas de 1997 e de 1998, deixou de ser implementado.

Objetivando capacitar o sistema produtivo, permitindo o desenvolvimento autossustentável da ovinocaprinocultura do Estado do Ceará, foi implantado, em 1997, um projeto com o financiamento do Banco Nordeste prevendo o funcionamento de 400 unidades produtivas de ovinos e 400 unidades de caprinos. Cada uma seria composta por 100 matrizes e quatro reprodutores, com utilização de tecnologias consideradas essenciais para o aumento da oferta de carne e leite e melhoria da qualidade da pele.

Em 1997, foram implantados 168 núcleos e financiados 46 projetos, para o desenvolvimento da atividade, no valor de R\$ 1 milhão. Em 1998, foram implantados 396 núcleos e financiados 85 projetos no valor de R\$ 1,8 milhão. No final do período, foram alcançadas 70% das metas, percentual considerado satisfatório, pois alguns fatores concorreram de modo negativo para obtenção das metas, principalmente as condições climáticas desfavoráveis.

O Programa de Repovoamento de Açudes realizou 641 peixamentos com um total de 6,7 milhões de alevinos. Somente no ano de 98 a EMATERCE peixou 159 açudes, em 40 municípios, com 4,0 milhões de alevinos, que proporcionarão uma produção de cerca de 803 toneladas de peixes.

A CEASA absorveu a fábrica de gelo em barras, localizada no município de Camocim, anteriormente operada pela CEDAP. Em 1998, foram produzidos e comercializados 270,6 toneladas de gelo, proporcionando apoio decisivo às comunidades de pescadores da região.

Nos capítulos posteriores serão relatadas outras atividades de interesse da pecuária. Trata-se, por exemplo, do programa de defesa agropecuária que, nos últimos dois anos, teve grande avanço com a participação da EMATERCE. Além disso, as exposições agropecuárias são iniciativas de apoio ao desenvolvimento do setor que despertam muito interesse.



PROGRAMAS DE APOIO À PRODUÇÃO





EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS

De forma geral, as exposições atingiram os seus objetivos, promovendo o desenvolvimento do setor agropecuário, por meio da difusão e adoção de tecnologias pelos produtores, e pela aquisição de animais de qualidade superior comprovada, aumentando a produção e produtividade dos rebanhos.

No período de 95/98, foram realizadas 44 exposições com 50.968 animais expostos e 7.046 animais julgados. Merecem destaque as exposições de Crato e Fortaleza, que envolveram recursos na ordem de R\$ 9,5 milhões.

Em 1998, em virtude da estiagem, foram realizadas somente seis exposições agropecuárias com 7.026 animais expostos e 457 animais julgados.

Mesmo com as dificuldades ocasionadas pela seca, os eventos realizados, no Crato e em Fortaleza, envolveram recursos na ordem de R\$ 2,8 milhões e contribuíram para o melhoramento dos rebanhos regionais e o consequente desenvolvimento da agropecuária estadual.



DEFESA AGROPECUÁRIA

Foi elaborado em 1997 o Projeto de Defesa Animal e Vegetal em convênio com o Ministério da Agricultura. Com este projeto, foi implantado no Estado o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal, que visa controlar as enfermidades, pragas e doenças nos animais e vegetais.

Para melhor detectar ocorrências de pragas e doenças, foram implantadas dezoito Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV). A finalidade é controlar surtos epidêmicos e, consequentemente, reduzir os prejuízos à economia. Ao mesmo tempo, em parcerias com a iniciativa privada, tais unidades promoverão campanhas educativas e de profilaxia nas áreas de risco de pragas e enfermidades.





As ULSAVs abrangem atualmente 40 municípios de maior expressão agropecuária, pretendendo-se, até o ano 2.000, atingir todos os municípios cearenses.

A partir de 1998, o controle de doenças e pragas nos animais e vegetais passou a ser realizado nas ULSAVs. Assim, foram vacinados 141.982 animais contra febre aftosa, 218.380 animais contra raiva dos herbívoros, 372 bezerras vacinadas contra brucelose bovina e 14.312 animais contra peste suína.

Graças ao redirecionamento e intensificação das ações para a sanidade animal é que, no ano de 1998, foi possível reduzir o número de focos de febre aftosa de 30, em 1995, com 375 animais, para nenhum foco em 1998. Isso se deve ainda a um maior controle da movimentação de animais vivos, oriundos de outras unidades da federação, e a inspeção destes em nossas fronteiras interestaduais.

No Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal, foram implantados quatro Postos de Fiscalização Zoofitossanitária visando controlar e fiscalizar a movimentação de animais vivos, vegetais, seus produtos, subprodutos e insumos destinados à agropecuária. Tais postos encontram-se instalados nas fronteiras do Estado do Ceará com Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí, precisamente em Aracati, Jati, Crato e Parambu.

Para o controle da “mosca branca”, foram capacitados 259 técnicos da EMATERCE e da Iniciativa Privada, bem como realizado o tratamento preventivo contra a mosca em 275 toneladas de sementes ofertadas pelo Programa Hora do Algodão.

Durante o exercício de 1998, foi realizado o monitoramento de armadilhas para identificação das espécies das “moscas das frutas” predominantes no Estado do Ceará, em 34 municípios, objetivando o estabelecimento de estratégias para o seu controle.



CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

O Serviço de Classificação de Produtos de Origem Vegetal é um significativo instrumento auxiliar da comercialização administrado diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento Rural. Desenvolveu ações que promoveram a melhoria na qualidade dos produtos vegetais produzidos e comercializados no Estado do Ceará. Os produtos classificados obedecem à pauta de prioridade estabelecida pelo Ministério da Agricultura, com destaque para o algodão em pluma, arroz, feijão, milho, trigo, castanha de caju, farinha de mandioca e cera de carnaúba.

No ano de 1998, foram classificadas 1,2 milhão de toneladas de produtos, com uma arrecadação de R\$ 1,2 milhão destinada à utilização no custeio do próprio serviço.



INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Para melhor proteger a saúde do consumidor cearense, a Secretaria de Desenvolvimento Rural realiza inspeções diárias em onze dos treze estabelecimentos de abate animal e/ou processamento, com inspeção oficial instaladas no Estado.

No ano de 98, foram inspecionados 85 mil bovinos, 11 mil suínos, 3 mil ovinos, 1,3 mil caprinos e 72 mil aves.

No que se refere aos estabelecimentos de leite e derivados, dos 33 oficialmente inspecionados, 26 são inspecionados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, que no ano de 1998 certificou a qualidade de, aproximadamente, 5 milhões de litros de leite pasteurizado e aromatizado.

Através de Portaria da Secretaria de Desenvolvimento Rural, foi regulamentada, em 1998, a comercialização do leite de cabra no Ceará. Esta iniciativa foi considerada muito oportuna pelos setores produtivos do Estado, que há muitos anos pleiteavam referida regulamentação.



LABORATÓRIO DE PLANTAS MEDICINAIS FARMÁCIA VIVA

O Laboratório da Secretaria de Desenvolvimento Rural manipula plantas medicinais, cientificamente comprovadas para produção de fitoterápicos, visando atender à demanda de instituições filantrópicas vinculadas à FEBEMCE, à FAS e aos Presídios.

Hoje, o laboratório de plantas medicinais assiste, por mês, a vinte e oito creches gerenciadas pela FEBEMCE, atendendo cerca de 1.500 crianças com os seguintes fitoterápicos: expectorantes, alecrim pimenta, hortelã rasteira e sabão antisséptico. Também atende, sob forma de doação, outras entidades carentes não governamentais, como associações de bairros e grupos comunitários, e, de

maneira especial, ao quadro de servidores públicos e a população em geral. Para atender esta demanda, foram produzidas, no período de 95/98, 147,5 mil frascos, potes e cápsulas de fitoterápicos. Deste total, 35,3% foram produzidos em 1998.

Vale salientar também que está sendo articulado, sob forma de convênio de cooperação técnica, projeto de recuperação e manutenção do horto de plantas medicinais do parque botânico de Caucaia, assim como orientação técnica das atividades de produção de mudas florestais.



LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES

O Setor de Análise de Sementes é importantíssimo para a cadeia produtiva do Estado. Em vista disso, a Secretaria de Desenvolvimento Rural instalou, em suas próprias dependências, um Laboratório de Análise de Sementes – LAS, o que trouxe uma grande melhoria para os produtores de sementes e para o Programa Hora de Plantar. No período de 96/98, foram analisadas 10 toneladas de sementes atendendo à demanda da Secretaria e dos produtores do Estado do Ceará.

Na realidade, um dos motivos importantes para instalação desse Laboratório foi permitir uma maior segurança na aquisição de sementes por parte da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Consequentemente, o agricultor também ganhou porque

se tornou possível um maior controle sobre o real grau de germinação das sementes plantadas. É precisamente essa espécie de preocupação que tem levado o agricultor a respeitar o Programa Hora de Plantar, que dia a dia obtém melhores resultados.



LABORATÓRIO ANIMAL

O Laboratório Animal é administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e é o único existente no Ceará.

O substancial quantitativo de oitenta mil análises físico-químicas, microbiológicas e bacteriológicas, realizadas no período de 95/98, demonstra a importância da atividade laboratorial efetuada pela UNILAN, que visa apoiar a melhoria da saúde e o aumento da produtividade dos rebanhos do Ceará.

No controle da anemia infecciosa equina no Ceará, a UNILAN é o único que, juntamente com o trânsito interestadual, visa impedir a propagação desta virose. O Laboratório realizou neste período de 1995/98 quase 7 mil exames entre os equídeos.

Em 1998, foram realizados 22 mil exames bacteriológicos, físico-químicos, microbiológicos, parasitológicos e diagnósticos. As referidas atividades contribuíram significativamente, para a defesa agropecuária do Estado do Ceará, principalmente com o advento das importações de animais e de seus produtos e derivados, face aos acordos firmados e decorrentes do Mercosul e de outros mercados.



COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A comercialização hortigranjeira registrou um total de 348 mil toneladas de produtos comercializados no ano de 1998, envolvendo recursos na ordem de R\$ 173,6 milhões. Os Mercados do Produtor, localizados em Tianguá, Uruburetama e Baturité, participaram com 48.619,1 toneladas de produtos e recursos na ordem de R\$ 18 milhões.

Analisando o período de 95/98, observa-se que o volume de hortigranjeiros comercializado, em 1998, apresentou um incremento de 35,33% sobre o total movimentado em 1995. Vale ressaltar o ano de 1997, em que o volume comercializado alcançou 41% comparado àquele ano.

O Estado do Ceará, para o período de 1995 a 1998, teve uma participação média de 43,2% no volume total comercializado, registrando um máximo de 46,2% em 1996 e um mínimo de 41,4% em 1998.

Dentre os produtos comercializados, destacam-se, com maior volume, a laranja, o abacaxi e a batatinha, oriundos de outros Estados da Federação, e a banana e as hortícolas — tomate, pimentão, chuchu e cenoura — procedentes do Ceará.

A baixa estação invernal não trouxe prejuízos efetivos ao abastecimento de hortícolas do Estado, visto que, em contrapartida, o fortalecimento das interações com o Mercosul facilitou as aquisições de frutas de clima temperado e de cebola, quer por via direta, quer por reexportação do Sudeste/Sul do país.

A participação de outros Estados foi da ordem de 56,8% no volume total comercializado. Como principal ofertante de hortigranjeiros, figura o Estado de Sergipe, que tem a laranja pera como único produto exportado para o Ceará. Contudo, esse cultivo responde por quase 25% da comercialização registrada na CEASA/CE, evidenciando-se sua importância no contexto do abastecimento cearense.

Em seguida, destaca-se o Estado de São Paulo, oferecendo principalmente batata inglesa e frutas de clima temperado a partir de produção própria, de reexportação de Estados do Sul do país e de reexportação de países do CONESUL.



III

PROGRAMA DE AÇÃO FUNDIÁRIA





REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — PROJETO SÃO JOSÉ —

A concepção da Reforma Agrária Solidária através do Projeto São José se baseia em um novo modelo de reestruturação agrária. Os trabalhadores sem-terra e minifundiários negociam a aquisição de terras diretamente com os proprietários rurais, cujos imóveis são financiados às associações de forma reembolsável, sendo os investimentos produtivos e comunitários implantados a fundo perdido para os beneficiários.

O projeto piloto, no período de julho de 96 a setembro de 97, atendeu a 694 famílias de trabalhadores rurais, através do financiamento de 24 mil hectares de terras, incluídos em 44 imóveis rurais, no valor total de R\$3,9 milhões.

É parte do programa, ainda, o financiamento a fundo perdido e com recursos do Projeto São José de projetos produtivos e de infraestrutura para que os imóveis rurais adquiridos possam ser viabilizados como unidades produtivas. Estes investimentos se referem basicamente à energia elétrica, habitação e recursos hídricos, além de projetos produtivos.

Todas as 44 propriedades financiadas apresentaram demanda por residências. O IDACE elaborou propostas para construção de 592 unidades.

O volume total de recursos para esse programa foi de R\$ 10 milhões, 60% dos quais não reembolsáveis destinados a benfeitorias e fins produtivos da comunidade.

Participaram do Projeto Piloto o governo do Estado, com contrapartida de 40% dos recursos, e o Banco Mundial, com financiamento ao governo estadual de 60% dos recursos. O Banco do Nordeste foi o agente financeiro de um Fundo Rotativo de Terra, criado especialmente com essa finalidade e administrado pelo IDACE.

Este programa notabilizou-se rapidamente, tornando-se motivo de curiosidade de outros países que passaram a visitá-lo periodicamente. Estudos e avaliação que estão sendo realizados por consultores indicam que o programa está sendo um sucesso.



REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — CÉDULA DA TERRA —

Esse projeto é como uma continuação do projeto piloto cearense. Caracteriza-se pelos financiamentos para aquisição de terras e pelos aportes de infraestruturas produtivas e sociais. A execução do projeto conta com recursos financeiros alocados pelo Governo Federal e com empréstimos feitos pela União junto ao BIRD, na ordem de US\$ 30 milhões para o Estado aplicar no período de 1997/99. São 50% para financiamento reembolsável da terra e 50% a fundo perdido para os investimentos necessários. A meta é atingir, até o final do ano de 1999, cerca de 3.000 famílias rurais, com uma área de 120 mil hectares e implantar cerca de 400 obras de investimentos.

REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ

DESCRIÇÃO	Nº IMÓVEIS RURAIS	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
1. Assentamentos Federais	285	674.258	19.678
2. Assentamentos Estaduais	32	25.805	818
Reforma Agrária São José	14	23.624	694
Reforma Agrária São Cédula da Terra		75.197	2.00*
Reforma Agrária São Banco da Terra		26.178	597
		825.062	



Para se alcançar esta meta, cerca de 216 propostas estão sendo trabalhadas visando beneficiar 4.065 famílias de pequenos produtores rurais sem-terra. Deste total, já foram contratadas 92 propostas, beneficiando 1.681 famílias, com o valor dos financiamentos de R\$ 9,0 milhões. Vale ressaltar o custo médio, considerando a terra e as benfeitorias, que alcança, neste Programa, o valor de R\$ 140/hectare, considerado bem inferior ao preço médio das áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária na forma convencional.

Foram elaborados 69 investimentos comunitários de moradias, resultando em uma demanda de 1.051 casas a construir, mediante a execução conjunta IDACE/EMATERCE, além da elaboração, pela EMATERCE, de 55 projetos de investimentos comunitários e de 69 cartas-consultas para novos investimentos.

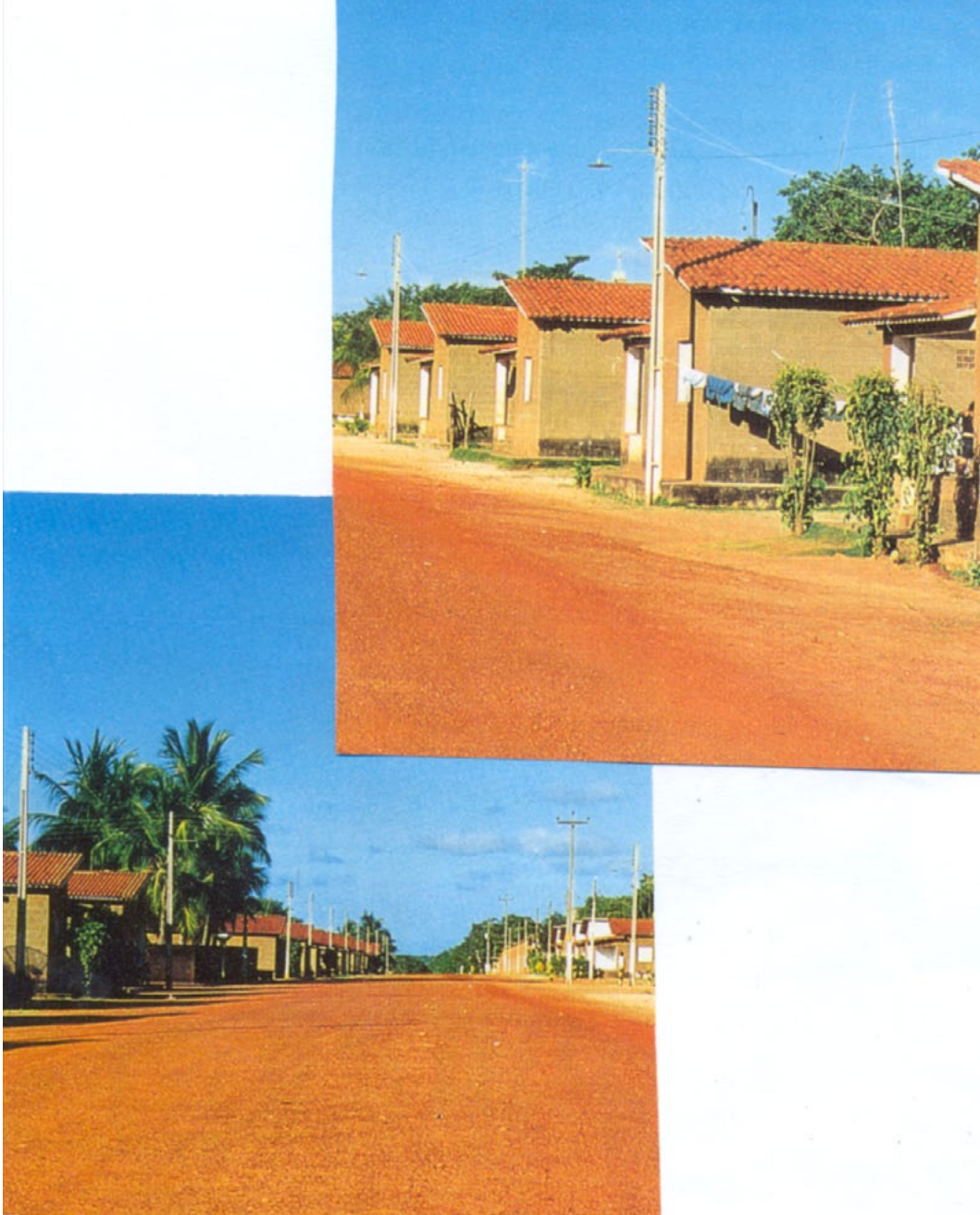


ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO

O Governo do Ceará tem procurado dar apoio às ações de Reforma Agrária, complementando ou suplementando a ação do INCRA, desapropriando áreas que por força da legislação não podem ser desapropriadas pelo INCRA.

Foram criados dez Projetos Estaduais de Assentamento nos municípios de Beberibe, Canindé, Itapipoca, Itapiúna, Jaguaratama, Morada Nova, Quixeramobim e Tauá, em uma área de 9 mil hectares, beneficiando 231 famílias.

Como instrumento de gestão dos assentamentos, está sendo priorizada a elaboração participativa de Planos de Ação, que incluem a capacitação dos assentados, sendo que eles próprios identificam os problemas e apontam as soluções. Assim, foram



elaborados Planos de Ação em 31 áreas de Reforma Agrária e, especificamente em 1998, elaboraram 26 planos de ação, beneficiando 584 famílias.

A capacitação dos assentados é condição fundamental para o sucesso da Reforma Agrária. O IDACE tem desenvolvido esforços neste sentido e firmou contrato com a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SAS e o SINE, com recursos oriundos do FAT no valor de R\$ 345 mil, realizando nove cursos de capacitação com 3.820 participantes em 1998.

Destaque-se, ainda, a construção do açude Castanhão envolvendo várias ações distintas, sendo a intervenção fundiária uma das mais complexas. Pela magnitude da obra, faz-se necessário que o planejamento da ação fundiária contemple os reflexos que, direta ou indiretamente, incidem sobre a população residente na região. Um desses reflexos, de grande impacto, é a remoção da população residente na área a ser inundada pelo lago que será formado.

Na primeira etapa do projeto, foram identificados e cadastrados 1.266 imóveis, numa área de 98 mil hectares com 832 imóveis avaliados. Os planos de reassentamento elaborados beneficiaram 1.665 famílias, sendo 31% em 98. Da nova cidade de Jaguaribara, foram avaliados 69 imóveis numa área de 336,82 hectares. Em Jaguaretama, 140 mil hectares foram identificados e cadastrados, sendo que, desse total, 19 mil hectares são decorrentes do ano de 98.

À semelhança do Projeto Castanhão, o Projeto Pecém representa um dos grandes empreendimentos que vêm sendo desenvolvidos pela atual administração estadual, visando propiciar à população melhores condições de vida.

Foram identificados, cadastrados e avaliados 250 imóveis, numa área de 22 mil hectares, e elaborados planos de reassentamento de 218 famílias atingidas pela construção do Complexo Industrial. Para o reassentamento destas famílias, foram contratados seis projetos para a construção dos núcleos residenciais.

No reassentamento rural do Projeto Pecém, já estão implantados quatro módulos denominados Cambeba I, Cambeba II, Forquilha e Mufumbo, sendo que o Cambeba I já está com toda a documentação encaminhada para sua criação. São 117 famílias que estão sendo beneficiadas com as ações de reassentamento rural.



TITULAÇÃO DE TERRA

Em 1996, foi instituída a Comissão de Titulação de Terras, com a finalidade básica de organizar, através de processos informatizados, a titulação de terras devolutas. Promovida pela SDR/IDACE, proporciona a formação de um Banco de Dados, permitindo ao Governo do Estado informações atualizadas sobre as terras devolutas apuradas por meio de Processos Discriminatórios Administrativos e Arrecadação Sumária.

No período 95/98 foram titulados 142 mil hectares, expedidos 14.490 títulos, beneficiando 16.862 famílias. Em 98, foram beneficiadas 1.196 famílias com 1.029 títulos expedidos em uma área de 11 mil hectares.

Ressalta-se o início dos trabalhos nos municípios de Fortim (Fazenda Chapéu) e Jijoca de Jericoacoara, com o objetivo de promover a regularização fundiária, tendo como produto final a titulação de forma definitiva dessas áreas tão expostas à especulação imobiliária e a tensões sociais.

No município de Porteiras, tiveram início os trabalhos de revisão cadastral e de identificação para possibilitar a elaboração de plantas e memoriais descritivos, permitindo, assim, a expedição de 418 títulos de propriedade.





IV
PROGRAMAS ESPECIAIS
DE COMBATE À POBREZA RURAL





PROJETO SÃO JOSÉ

Com apoio do Banco Mundial, o Governo do Estado executou, a partir de 1995, o Projeto São José, para combater a pobreza rural, e vem, a cada ano, ampliando o seu raio de atuação e melhorando as condições de vida de milhares de famílias. São financiadas obras comunitárias em três segmentos: produtivas, infraestrutura e sociais. As obras produtivas contemplam engenho de rapadura, unidade de raspa de mandioca, fábrica de gelo, trator e implementos. As de infraestrutura incluem sistema de abastecimento de água comunitário, eletrificação rural, passagem molhada e pontes em estradas vicinais. A parte social é atendida com reforma ou ampliação de escolas, postos de saúde e maternidades, creches e casas de cultura.

O projeto começou a ser executado pela Secretaria de Planejamento e, em 1998, foi transferido para a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR com um desempenho crescente. De 1995 a 1998, foram atendidos 4.921 subprojetos, totalizando recursos de R\$ 123,7 milhões. Os subprojetos atenderam a 4.850 comunidades, beneficiando 300 mil famílias em 176 municípios.

Com base no Plano Operativo para o ano de 1998, a meta era atender 53 mil famílias com o fim de melhorar a vida do homem no campo mediante várias ações voltadas à geração de emprego e renda. Efetivamente, no referido ano, foram beneficiadas com o projeto 106 mil famílias em 1.406 projetos contratados, no valor de R\$ 33,5 milhões, distribuídos em 166 municípios.

No desempenho físico, relativo às três linhas de ação, evidenciaram-se os subprojetos de infraestrutura (88,0%), com destaque para eletrificação rural (75,5%), seguidos de abastecimento de água (7,5%) e de habitação rural (4,7%).



PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PRONAF tem por objetivo oferecer o apoio técnico e financeiro aos agricultores e aos municípios, propiciando o desenvolvimento rural sustentável com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Em 1996, foram selecionados 20 municípios que compuseram a área de ação integrada para infraestrutura e serviços, sendo esta área acrescida de mais 40 municípios para 1997/98, perfazendo um total de 60 municípios beneficiados com ação integrada.

Ressalte-se que as linhas de ação de crédito rural e capacitação/profissionalização rural estendem-se a todo o Estado do Ceará.

Destaque-se, ainda, como apoio às ações deste programa no Estado, nos dois últimos anos, a assinatura de convênios entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/CE), visando fortalecer a estrutura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), para melhor atender aos produtores familiares e suas representações.

Ao longo do período (1996/98), foram realizados esforços conjuntos entre os governos federal e estadual, através dos bancos oficiais — Banco do Nordeste (BN) e Banco de Brasil (BB) — da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), para alavancar recursos com vistas à operacionalização deste programa na linha de ação Crédito Rural. Sendo assim, ao longo desses três anos, foram aplicados, no Estado, recursos financeiros no montante de R\$107,6 milhões, destacando-se o BN como o Banco que mais aplicou estes recursos para os agricultores familiares, ou seja, liberou R\$ 92,9 milhões, sendo R\$ 26,2 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, que beneficiou 10 mil famílias, e R\$ 66,7 milhões de outras fontes, como o Fundo Constitucional do Nordeste — FNE e Banco Nacional de Desenvolvimento e Social — BNDES. O restante, R\$ 14,7 milhões, representando 13,47% do valor global,

foram financiados pelo BB, beneficiando 9.905 produtores familiares.

Em 1998, o valor financiado para o PRONAF, através do FAT, pelo BN foi de R\$ 15,6 milhões, beneficiando 6.852 famílias; e o valor financiado pelo BB foi de R\$ 5,2 milhões, com 2.478 famílias beneficiadas. Com todo este esforço realizado, a demanda de crédito ainda foi superior à oferta, haja vista um número bastante significativo de produtores familiares não ter sido atendido com crédito rural.

Quanto aos recursos financeiros transferidos aos municípios na área de ação integrada, para as obras de infraestrutura e serviços, foram elaborados diversos projetos no período 1996/98, no montante de R\$ 11,6 milhões, beneficiando 60 municípios. Destacam-se, como principais obras, a construção de miniadutoras, de açudes, de passagens molhadas, de mercados do produtor; recuperação de estradas vicinais, perfuração de poços profundos; e instalação de estações de piscicultura.

Some-se a isso, o esforço desenvolvido pelo Governo do Estado, colocando os seus órgãos setoriais e suas vinculadas, para oportunizarem a operacionalização dessa linha de ação nesses municípios.

Ressalte-se, também, os recursos financeiros, transferidos para o Estado pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e do Abasteci-

mento (MA)/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), com vistas ao fortalecimento da estrutura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE). Esses recursos, no período 1996/98, foram da ordem de R\$ 4,4 milhões, tendo como contrapartida do Governo Estadual o valor de R\$ 891,2 mil, perfazendo um total de R\$ 5,3 milhões.



APOIO À PEQUENA AGRICULTURA E À PESCA ARTESANAL SUSTENTÁVEIS

O Prorenda Rural CE é um dos projetos do Sistema Estadual de Agricultura que atua na linha de combate à pobreza. Faz parte do Programa de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha, sendo sua execução feita através da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

O objetivo do Projeto é dinamizar os processos do desenvolvimento sustentável da pequena produção rural em sua área de atuação, o litoral do Ceará, através da identificação, teste, adaptação e proposição de métodos de trabalho que possam ser utilizados especialmente pelas instituições públicas do Estado.

Para tanto, são utilizados como instrumentos de ação, estudos e análises, publicações disponíveis, capacitação e treinamento de técnicos e produtores, acompanhamento técnico, introdução de inovações tecnológicas e crédito rural para financiamentos de atividades produtivas com fins educativos.

No período de 1995 a 1998, diversas ações foram realizadas durante o desenvolvimento das metodologias utilizadas pelo PRORENDA Rural CE, beneficiando diretamente 900 famílias, especialmente no que diz respeito à capacitação do público-alvo.

Os financiamentos aos produtores através do crédito especial do Prorenda Rural, foram realizados para os setores de pesca marítima artesanal (32%), pecuária de pequeno porte (25%) e agricultura irrigada (43%), especialmente para culturas de alta elasticidade-renda da demanda.



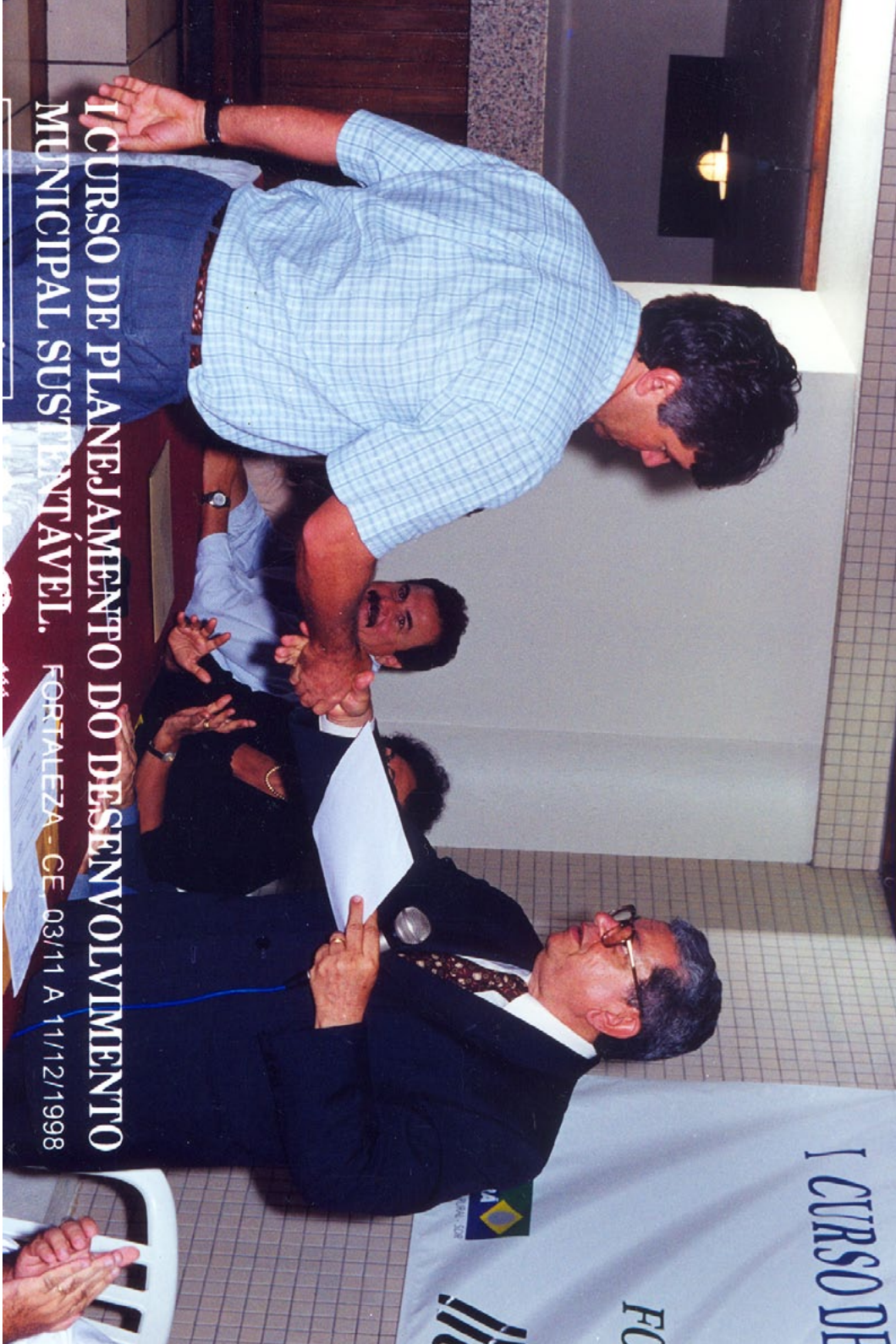
CAPITAL INICIAL

Este Programa foi lançado em 1996 com o objetivo de dar apoio financeiro aos pequenos e microempresários, criando alternativas produtivas para a absorção de grandes contingentes de mão de obra, além de promover sua capacitação.

O convênio foi celebrado entre o Governo do Estado, Banco do Nordeste, Ministério do Trabalho e GTZ para o período de 1996/2000, envolvendo recursos na ordem de R\$ 4 milhões. Deste total, já foram aplicados 25% dos recursos, gerando 872 empregos diretos.

No Programa, os microempresários foram selecionados com maior rigor, sendo obrigados a de capacitarem mediante cursos de Gerenciamento Empresarial Básico.

A maior parte do público atendido foi de usuários e permissionários da CEASA que, com os recursos necessários, adquiriram suas embalagens padronizadas para acondicionarem seus produtos dentro dos padrões modernos definidos pela administração daquela Empresa.



1º CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL.

FORTALEZA - CE, 03/11 A 11/12/1998

1º CURSO DE

FC



BNDES







SEGUNDA PARTE

1999

A experiência de crescimento econômico do Nordeste, com elevado custo social, indica que há necessidade da adoção de um novo estilo de desenvolvimento mais equilibrado.





I
BALANÇO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA
1999





OS AVANÇOS DA AGRICULTURA CEARENSE

A agricultura contribuiu, de modo significativo, para o crescimento econômico do Ceará em 1999. Com 56% de incremento da renda entre 1998-99, foi o setor que teve o melhor desempenho nesse período em comparação com a indústria e os serviços.

Pelas estimativas do Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, a agropecuária respondeu pelo crescimento da economia cearense em 1999. Na verdade, a real contribuição do setor rural poderia ter sido de 3,9% na taxa de incremento da renda estadual, se não fosse o efeito negativo motivado pelo setor industrial.

Neste ano, o total de grãos produzido no Estado foi de 793 mil toneladas. Neste item, estão mi-

lho, feijão, arroz e sementes oleaginosas. Em comparação com o ano anterior, essa cifra representa um acréscimo de quase 200% devido a diversos fatores, além da ocorrência de um período chuvoso regular. Ver, a propósito, Gráfico-1 e Mapas-1 a 4.

A área total plantada com lavouras foi de 1,3 milhão de hectares no corrente ano agrícola. Com esse resultado, o ano de 1999 e as safras mais recentes de 1994-96 tornaram-se destaque do atual século. Nos últimos 20 anos, o recorde de safras foi a de 1996, com mais de um milhão de toneladas de grãos.

Em termo de renda gerada, o setor de grãos representa 40% de toda a produção da agropecuária cearense. A pecuária, fruticultura, extrativismo vegetal são os outros componentes do setor. A soma de todos esses itens da produção rural resultou em uma renda de R\$ 1,3 bilhão em 1999. Corresponde a um incremento de 50% em confronto com 1998.

A notoriedade que a Secretaria de Desenvolvimento Rural está atribuindo ao desempenho da safra de 1999 decorre de alguns fatores diferenciadores em relação ao passado. Um dos destaques nesse sentido foi a introdução comercial do milho híbrido em escala comercial no Estado do Ceará. Esta inovação resultou no aumento da produtividade e competitividade desse cereal como jamais ocorreu. Enquanto a área cultivada aumentou 21%

entre 1998/99, a produção saltou para 376%, passando de 93 mil toneladas para 443 mil toneladas. A produtividade média do Estado cresceu de 293% no último ano. Enquanto em ano de normalidade climática a produtividade média do Estado gira em torno de 600-700 quilos por hectare, nas áreas onde foram introduzidas as novas variedades, a produtividade elevou-se a mais de 2.000 quilos por hectare. Em alguns municípios, como no caso de Porteiras, no Cariri, foram obtidos 6.000 quilos por hectare, em culturas conduzidas com moderna tecnologia. Mesmo em culturas comerciais de produção familiar, há registros de resultados excepcionais em confronto com os desempenhos tradicionais da cultura do milho no Estado.

Outro destaque na safra do ano de 1999 foi o avanço do plantio das novas variedades de algodão herbáceo CNPA-7H e semiperene CNPA-7MH. A produção total de algodão foi de 40 mil toneladas, superior aos anos de 1995 a 1998. Em relação a este último ano, a produção de algodão aumentou 329%. Foi também a mais alta produtividade nos últimos 40 anos. Isto considerando uma média onde pesa negativamente a baixa produtividade de algodão arbóreo. Segundo a publicação “Os Indicadores da Agropecuária”, da CONAB, a produtividade média do algodão em caroço do Ceará aumentou de 338 kg/ha em 1998 para 619 kg/ha em 1999.

Ou seja, um acréscimo de 183% na produtividade entre as duas mencionadas safras.

Fato especial a destacar na safra de algodão de 1999, no Brasil, foi que o Ceará posicionou-se em 4º lugar em área plantada em todo o País. Em ordem decrescente, destacaram-se acima do Ceará os Estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo. A área plantada com algodão no Ceará foi superior a soma das áreas do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que atingiram, conjuntamente, apenas 46 mil hectares. A Bahia, que foi o segundo Estado do Nordeste, plantou, 45 mil hectares.

No tocante ainda ao algodão, o destaque inovador da safra de 1999 foi a introdução em base comercial da variedade CNPA-7MH, adaptada ao semiárido do Nordeste e desenvolvida pelo Centro Nacional de Pesquisa de Algodão da EMBRAPA, localizado em Campina Grande (PB). O CNPA-7MH foi introduzido pela EMATERCE no Município de Boa Viagem em duas Unidades de Teste e Demonstração, em parceria com a EMBRAPA-CNPA, em 1997. Posteriormente, esta variedade foi levada a Canindé pelo Projeto Canindé, coordenado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado, e executada, no pertinente à produção agrícola, pela Secretaria de Desenvolvimento Rural/EMATERCE, com a participação da Comunidade Solidária, Mi-

nistério de Agricultura e Prefeitura Municipal de Canindé. Este projeto foi iniciado em 1998, com a instalação de 14 Unidades de Teste e Demonstração (UTD's) e o plantio de 270 hectares, envolvendo 404 agricultores. Em 1999, o projeto evoluiu para 45 UTD's, abrangendo 1.397 produtores, com uma área plantada de 1.485 hectares.

Com produtividade de até 1.700 quilogramas por hectare, a variedade CNPA-7MH, própria para regiões secas, mostrou sua resistência aos veranicos ocorridos no município de Canindé nos meses de março e abril, que não influenciaram significativamente o processo produtivo, apenas confirmaram a resistência dessa cultura à deficiência hídrica do solo. O apoio dado pelo Governo do Estado se verificou na seleção, capacitação e assistência técnica aos produtores, bem como na aquisição e distribuição de sementes e na comercialização. Já a fonte de financiamento veio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os agentes financeiros foram o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil.

Deve ser mencionada também, ao se analisar a safra agrícola de 1999, a produção de castanha de caju. São 78 mil toneladas do produto, com aumento de 458% em relação ao ano de 1998. Só há notícia de outra safra maior no Ceará no ano de 1996, com 9 mil toneladas acima do obtido agora.





O coco da baía aumentou 58%, a banana, 15% e a mandioca 8%. Esta última terá uma produção de 518 mil toneladas. A produção de cana-de-açúcar será de aproximadamente 1,9 milhão de toneladas, 2% acima de 1998.

As estimativas da produção de animais e derivados, como carne, leite e outros produtos desse item, indicam um crescimento preliminar de 6% em relação a 1998. Sabe-se que a atividade avícola terá aumento de 11%. De qualquer modo, é bom lembrar que esse segmento foi beneficiado por chuvas bem distribuídas, excelentes para as pastagens. As imagens de satélites mostraram o Ceará em maio com 90% de cobertura vegetal.



II PROGRAMAS PRIORITÁRIOS





COTONICULTURA

A cultura do algodão já logrou em sua história neste Estado uma posição de destaque por sua importância socioeconômica, manifestada por sua participação de 24% do PIB da agricultura cearense, com uma área plantada de 1,3 milhão de hectares, produção de 100 mil toneladas de pluma, geração de renda e emprego no meio rural e exportação de matéria-prima. Das 141 mil toneladas de algodão em caroço produzidas no Estado em 1980, caiu para 37 mil toneladas em 1995.

A crise algodoeira desencadeou sérios problemas, tanto sociais como econômicos, gerando um forte êxodo rural e a desativação de um numeroso parque descaroador e industrial de óleo de algodão. A escassez de oferta de matéria-prima, em

nível interno, obrigou o governo a facilitar a importação de fibra de algodão de diversos países. Este problema vem gerando, a curto e médio prazos, uma dependência para a sustentabilidade de um parque têxtil já consolidado, pois, apesar da significativa redução da oferta de matéria-prima, o parque têxtil, representado pelas indústrias de fiação e tecelagem, expandiu-se e modernizou-se, criando uma demanda de pluma anual em torno de 150 mil toneladas.

Visando solucionar esses problemas, o Governo do Estado elaborou o Programa de Cotonicultura, contando com o apoio de diferentes segmentos da agropecuária e indústria do Ceará. Para tanto, foi firmada uma parceria com o Banco do Nordeste, Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, Sindicato da Indústria de Extração de Fibras Vegetais e Descaroçamento do Algodão do Estado do Ceará, Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará, Federação da Agricultura do Estado do Ceará e Organização das Cooperativas do Estado do Ceará.

O presente programa interinstitucional visa implantar um trabalho de desenvolvimento sustentado da cultura do algodão para o Estado do Ceará, tendo como base o envolvimento de todos os setores na cadeia produtiva algodoeira. Nesse contexto, atividades interligadas de suprimento de

sementes básicas e fiscalizadas, assistência técnica sistemática, concessão de financiamento agrícola, comercialização do produto e de ações conjuntas e harmônicas do setor produtivo, industrial e governamental, promoverão uma melhoria gradativa da cotonicultura do Ceará. Em outras palavras, maiores índices de produção e produtividade e, conseqüentemente, melhor padrão de vida do produtor rural e aumento da arrecadação de impostos.

O Programa tem como metas para os próximos cinco anos criar mecanismos no setor público e de apoio ao setor privado para que o Estado do Ceará atinja a produção de 108 mil toneladas de plumas de algodão, a fim de que possa atender a 72% da demanda de fibra do seu parque têxtil.

Com o propósito de atingir estes objetivos, o Programa de Cotonicultura trabalha em várias frentes que se interagem dentro do agronegócio algodão: melhoria da tecnologia utilizada pelo produtor visando o aumento da produtividade e da qualidade do produto final; garantia da justa remuneração ao cotonicultor através da assinatura de um protocolo de intenções entre beneficiadores, indústrias e governo; distribuição de sacaria de algodão; apoio à pesquisa através de convênio com o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão — Embrapa; incentivo às prefeituras de municípios com potencial para aumento da área plantada e

criação de comissões municipais de cotonicultura; realização de seminários nos principais pólos algodoeiros do Estado; difusão de novas tecnologias através da instalação de campos de produção, com tecnologia para realização de treinamentos, visitas e dias de campo, e promoção de treinamentos sobre qualidade na colheita e controle do bicudo e da mosca branca para técnicos e produtores.

No tocante ao ano de 1999, em articulação com o Programa Hora de Plantar, foram distribuídas mais de 1.000 toneladas de sementes selecionadas de algodão CNPA 7H; a maior parte produzida no próprio Estado com apoio do Núcleo de Cotonicultura. O número de produtores atendidos foi de 17.213, 63% acima do total de produtores atendidos em 1998.

Em relação ao algodão CNPA 7MH (semipere-ne), cabe destacar que essa cultivar beneficiou, em 1999, 1.352 produtores rurais e possibilitou a oferta de 209 toneladas de sementes.

A área plantada em sequeiro no ano de 1999 foi de 57,5 mil hectares, representando um acréscimo de 84,2% em relação ao ano de 1998, enquanto a sua produção registrou um expressivo crescimento de mais de 360%. No que diz respeito ao algodão irrigado, a área colhida acusou uma elevação da ordem de 37,5%, e a produção obtida apresentou um incremento de mais de 197%.

Dentre os oito municípios maiores produtores de algodão, Ibaretama, Crateús, Mombaça, Mauriti, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Quixadá e Quixeramobim, seis se localizam na região do Sertão Central, que hoje se configura como a região maior produtora de algodão do Estado. Destaca-se também a produção de Mauriti, município da região do Cariri.

O Programa de Cotonicultura organizou e a EMATERCE instalou e conduziu 20 campos de produção para difusão de tecnologia da cultura, sendo 16 campos com CNPA 7H e quatro campos com CNPA 7MH, com a finalidade de ministrar treinamentos para produtores interessados em conhecer as novas tecnologias para o algodoeiro, onde foram realizados oito dias especiais com a presença de 1.441 participantes. Além disso, convém registrar que o Programa de Cotonicultura efetivou quatro treinamentos, sendo dois para técnicos e dois para produtores rurais, com 39 e 50 participantes, respectivamente. Adicionalmente, o citado Programa propiciou a realização de oito seminários com a presença de 1.137 participantes.

Finalmente, no que diz respeito ao Programa de Cotonicultura, cabe frisar que o Serviço de Extensão Rural da SDR atendeu 15.886 produtores de algodão em sequeiro, em uma área de 41.275 hectares e 273 produtores de algodão irrigado em 595 hectares. Realizou um curso para técnicos

com oito participantes e 24 cursos para produtores com 476 participantes, que propiciou a produção de 1.056,6 toneladas de sementes fiscalizadas de algodão, sendo 146,0 toneladas da cultivar CNPA 7MH e 910,5 toneladas da cultivar CNPA 7H.

No que diz respeito aos dias de campo, cabe registrar que no ano de 1999 foram realizados oito eventos nos Municípios de Ocara, Canindé, Iguatu, Tamboril, Boa Viagem, Crateús e Santa Quitéria com a participação de 1.441 visitantes.

O montante investido na compra de sementes fiscalizadas de algodão do tipo CNPA-7H foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão, correspondendo a 1.090 toneladas. Este total de semente adquirida em relação ao ano de 1998 representou um acréscimo da ordem de 49%.

Quanto ao crédito bancário, cabe informar que o Banco do Nordeste foi o principal agente financeiro do Programa de Cotonicultura intermediado pelo Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar — PRONAF. Quanto ao Banco do Brasil, este agente de financiamento praticamente não demonstrou interesse nessa cultura, principalmente em regime de sequeiro. No entanto, na fase de oferecer crédito de custeio à comercialização, o Banco do Brasil deu oportuno apoio, com recursos de R\$ 15 milhões, para adquirir o produto por parte da indústria.

Por último, convém ressaltar que foi produzido no ano de 1999 um total de 36.335 toneladas de algodão em caroço do tipo herbáceo de sequeiro, além de 2.430 toneladas do tipo herbáceo irrigado e 1.636 toneladas de algodão 7MH (semiperene) perfazendo um total de 40.401 toneladas de algodão em caroço. Em termos de pluma, a produção foi de 14 mil toneladas.



HORA DE PLANTAR E MILHO HÍBRIDO

O Governo do Estado do Ceará, por meio do Programa Hora de Plantar, vem, nos últimos anos, conscientizando os agricultores no sentido de substituírem o uso indiscriminado de grãos de baixa qualidade por sementes de alto potencial genético. O Programa Hora de Plantar divulga e distribui as sementes aos pequenos agricultores nas sedes municipais, distritos e comunidades.

O público beneficiário deste Programa é o pequeno produtor rural, que recebe sementes para o plantio de até dois hectares, proprietário ou não de imóvel rural, meeiro, parceiro ou arrendatário. É necessário que tenha na agricultura sua principal fonte de renda, cadastrado na EMATERCE com aval dos sindicatos ou associações rurais e que esteja em dia com o Programa.

Esse Programa tem como objetivo geral distribuir sementes de elevado potencial genético, visando incrementar a produção e produtividade das culturas de milho, feijão e arroz e, consequentemente, melhorar o nível de renda dos pequenos agricultores do Estado.

Essas ações têm propiciado um aumento de produção e de produtividade das principais culturas. Nos últimos cinco anos, foram distribuídas sementes suficientes para a implantação, em média, de 104.000 ha/ano das culturas de arroz, feijão e milho. Ademais, no ano de 1999, a área total colhida de grãos no Estado, segundo dados do GCEA/IBGE, foi de 1,3 milhão de hectares, donde se conclui que o Programa contribuiu com 8% para a implantação da mencionada área. Mesmo assim, o Programa é uma marca referencial para os produtores do Estado. Em comparação com outros Estados do Nordeste, o Programa Hora de Plantar é, certamente, o mais importante.

Entre as sementes distribuídas, a que mereceu maior destaque em 1999, pelo seu caráter inovador, foi a de milho híbrido. Com distribuição de 170 toneladas, propiciam o plantio de 8,5 mil hectares desta cultura, beneficiando 10 mil produtores. Devido ao seu alto padrão genético, a produtividade média no Estado cresceu 52% em relação aos últimos dez anos. Cabe ressaltar que o Município de

Porteiras foi o de maior expressão desta atividade, obtendo, em campo comercial, mais de seis toneladas por hectare em condições de sequeiro.

Os recursos aplicados no ano de 1999 foram da ordem de R\$ 2,4 milhões, beneficiando mais de 181,5 mil produtores, e com área plantada de 129,3 mil hectares, sendo distribuídas 2,6 mil toneladas de sementes.

O Programa Hora de Plantar, na passagem do ano agrícola de 1998 para sua versão em 1999, possibilitou o acréscimo à área plantada e ao número de agricultores beneficiados, respectivamente, de 44% e 47%. O ano de 1999 se caracterizou também por uma maior assistência técnica ao distribuir as sementes e no processo produtivo.

Finalmente, é importante destacar que a FUNCEME, através dos modelos de umidade do solo para fins agrícolas e do deficit hídrico, informa as condições de umidade do solo e o número de dias para o deficit hídrico, orientando, deste modo, qual o período ideal para distribuição de sementes em cada município.

Mediante o percentual de umidade de solo, o número de dias para o déficit hídrico e as informações de campo dos técnicos da EMATERCE, a Secretaria de Desenvolvimento Rural distribui as sementes de algodão, milho, feijão e arroz para os pequenos produtores do Estado.



José Ramos Torres de Melo Filho e Pedro Sisanando Leite.
Reunião no Fórum Permanente da Agropecuária (Agropacto) sobre os programas de milho híbrido e algodão.



BOVINOCULTURA

O Programa de Bovinocultura tem como objetivo estimular e apoiar a modernização do agronegócio do leite no Estado do Ceará, através de ações que aumentam sua produção, elevem sua eficiência, competitividade e sustentabilidade, com ou sem utilização do crédito rural, mediante a adoção de modernas tecnologias de exploração leiteira e melhor capacidade gerencial.

No que diz respeito às realizações do citado Programa em 1999, podemos destacar: a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Banco do Nordeste, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e os demais parceiros (SECITECE, FAEC, Sindicato dos Produtores de Leite, Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados e EMATERCE).

Foi criado o Comitê do Leite do Estado do Ceará — COMLEITE, com representações da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Banco do Nordeste, Secretaria da Ciência e Tecnologia, Federação da Agricultura do Estado do Ceará, Sindicato dos Produtores de Leite do Estado do Ceará, Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Ceará, Delegacia Federal da Agricultura do Ceará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, Organização das Cooperativas do Estado do Ceará — OCEC e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará — EMATERCE. Foi elaborado e aprovado o Regimento Interno do Comitê do Leite e o Manual de Normas e Padrões Técnicos do PROMOLEITE, com parceiros do Programa e representante convidado da UFC.

Para implementação desse Programa, o Banco do Nordeste disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões com o propósito de atender as bacias leiteiras de Alto Salgado, Baixo Curu, Cariri, Fortaleza, Crateús, Médio Jaguaribe, Quixeramobim e Sobral. Entre as principais metas desse financiamento, podemos destacar a aquisição de 40 mil matrizes e 700 reprodutores de elevado potencial leiteiro, a melhoria genética do rebanho existente mediante inseminação artificial de duas mil matrizes, a melhoria da qualidade do leite através da instalação de 100 tanques de resfriamento em pon-

tos estratégicos e a distribuição de 240 toneladas de sementes de forrageiras exóticas para formação de 24 mil hectares de pastagens.

Com vistas a elevar a capacidade de suporte de nossas pastagens, onde há larga predominância de pastagens nativas, sendo a grande maioria constituída de espécies anuais (não rebrotam após o pastejo) e de ciclo curto, a SDR desenvolveu um Programa de distribuição de sementes de forrageiras exóticas (cultivadas) adaptadas à nossa região. Com essa finalidade, foram distribuídas: 17 toneladas de Capim Buffel Grass para o plantio de 1,7 mil hectares; 13 toneladas de sementes de Capim Braquiarão para o plantio de 1,3 mil hectares e 11 toneladas de semente de sorgo para o plantio de 1,1 mil hectares destinados à produção de silagem.



OVINOCAPRINOCULTURA

O Programa de Ovinocaprinocultura é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará que tem como objetivo aumentar a produtividade dos rebanhos ovinos e caprinos e melhorar as qualidades de seus produtos.

Para execução deste Programa, foi celebrado um Protocolo de Intenções com a participação dos seguintes signatários: Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Federação da Agricultura do Estado do Ceará – FAEC e Secretaria da Ciência e Tecnologias do Ceará – SECITECE

Este Programa tem como objetivo principal capacitar o sistema produtivo para permitir o de-

envolvimento autossustentável da ovinocaprino-cultura do Estado do Ceará, dotando os criadores de condições para aumentar a produtividade dos rebanhos e melhoria da qualidade dos produtos ofertados (animais, carne, leite, pele e derivados) bem como a integração da cadeia produtiva com a indústria e o mercado.

No tocante às metas programadas para o ano de 1999, vale mencionar a organização de 800 produtores, motivando-os no processo produtivo; a implantação e modernização de 400 unidades produtivas de ovinos e 400 de caprinos, compostas cada uma por 100 matrizes e quatro reprodutores.

Em relação às metas alcançadas no presente ano, podemos destacar: a implantação de 334 unidades produtivas de ovinos e 151 de caprinos; a realização de 17 cursos com 192 técnicos participantes e de 22 cursos com 421 produtores presentes, respectivamente; a aprovação de 298 projetos de financiamento para ovinos, no valor de R\$ 1,7 milhão, e de 288 projetos para caprinos no mesmo valor.

Foram assistidos 6.621 criadores de caprinos e 8.321 criadores de ovinos, com um rebanho de 151.545 e 224.458 cabeças, respectivamente, gerando um total de 8.783 empregos diretos e indiretos.

Dentre às dificuldades encontradas para implementação deste Programa, podemos conside-

rar, principalmente: as exigências sanitárias para o financiamento de animais que são de difícil operacionalização, pois não dispomos no interior de laboratórios em condições de realização destes exames com agilidade suficiente para atendimento dos beneficiários do crédito rural. A desorganização da cadeia produtiva que é muito acentuada, não permitindo que haja uma oferta constante de animais ao mercado. O custo elevado da inseminação artificial que vem inibindo o uso desta prática. Por último, os juros para financiamentos sem fixação prévia são fundamentados em TJLP e IGP-DI, inibindo os possíveis tomadores de empréstimo, principalmente entre os empresários rurais.

Dos resultados alcançados neste Programa, vale destacar: a assinatura do Protocolo de Intenções para Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura pelo Governo do Estado e Banco do Nordeste; os treinamentos tecnológicos, tanto para técnicos como para produtores, superou todas as expectativas. Para obtenção deste resultado, concorreu, em muito, a indexação da liberação do crédito, para um treinamento prévio, e a visita realizada à EMEPA — PB, para acompanhar trabalhos de melhoramento genético, confinamento de caprinos, inseminação artificial e transferência de embrião.

Os resultados positivos deste Programa, cabe destacar que atualmente a UFC está conduzindo,

junto com a coordenação do Programa, um experimento sobre confinamento de ovinos, cujos resultados serão de fundamental importância para o desenvolvimento dessa atividade. Além do mais, vale mencionar que está sendo iniciado, em Morada Nova, um trabalho com 21 produtores para preservação da raça de mesmo nome, originada naquele Município, e que hoje, apesar de sua importância, representa apenas 3% de nosso rebanho.



PESCA E AQUICULTURA

O Programa de Pesca e Aquicultura contempla ações de apoio à pesca extrativista continental e marítima, tais como: repovoamento de açudes, armazenamento e comercialização; e ações de controle da pesca predatória da lagosta. No que concerne à aquicultura, este Programa contempla o apoio e a organização dos piscicultores do Estado do Ceará, a fim de elaborar projetos de piscicultura comunitários e regulamentar a utilização da aquicultura em águas públicas.

As ações previstas para 1999, em quase toda sua plenitude, seriam realizadas em parceria com órgãos federais. Entretanto, a reestruturação do setor, com o Ministério de Agricultura e do Abastecimento passando a ser responsável por algumas

ações antes de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, ainda não concluídas, impossibilitou a realização destas no corrente ano.

Vale salientar que está em fase final de elaboração um projeto piloto para a pesca marítima, a ser executado a partir do ano 2000 no Estado do Ceará, em convênio com o Ministério da Agricultura e em parceria com outros órgãos.

Das realizações no ano de 1999, destacam-se: o repovoamento de 41 açudes em sete municípios com um total de 206.000 alevinos; o levantamento, em conjunto com a EMATERCE, das disponibilidades de águas existentes em açudes públicos, comunitários e de áreas reformadas no Estado; a realização de operações de fiscalização no período de defeso da lagosta; a elaboração de projeto de cultivo intensivo de peixes em viveiros, no Município de Itapiúna, e a elaboração de um projeto de cultivo superintensivo de peixes em gaiolas flutuantes no Município de Tejuçuoca; a participação na elaboração do Protocolo de Intenções para implementar o Programa de Desenvolvimento da Piscicultura do Estado do Ceará, a ser firmado entre a SDR, SECITECE, DNOCS e BNB; o apoio aos CEACs da EMATERCE, para elaboração de projetos aquícolas, e a elaboração de Projeto Piloto para o setor pesqueiro marítimo, em parceria com outras entidades estaduais, a ser executado a partir do ano 2000.



III

PROGRAMAS ESPECIAIS DE COMBATE À POBREZA RURAL





PROJETO SÃO JOSÉ

O Projeto São José tem por objetivo: melhorar as condições de vida da população rural em estado mais acentuado de carência e pobreza; descentralizar os processos de tomadas de decisões, para instâncias municipais e comunitárias; oferecer apoio financeiro, não reembolsável, às comunidades rurais organizadas; e estimular a participação dos municípios e comunidades beneficiárias.

Observa-se que já foram aplicados mais de R\$ 150 milhões em obras do Projeto São José, sendo somente neste ano aplicados R\$ 26,8 milhões e outros R\$ 123,2 milhões no período de 1995 a 1998, incluindo-se R\$ 66,8 milhões do contrato anterior com o BIRD. Foram atendidas 5.017 comunidades rurais em todos os 176 municípios da área de atu-

ação do Projeto no Estado, beneficiando um total de 309,4 mil famílias rurais. Ainda com relação ao ano de 1999, cabe afirmar que foram aplicados recursos no montante de R\$ 2,02 milhões em treinamento, consultoria, administração e avaliação do Projeto.

No Plano Operativo Anual para 1999, foi previsto o atendimento de 25.710 famílias. Efetivamente foram beneficiadas com o Projeto um total de 82.033 famílias, sendo 21.071 com novos projetos e 60.962 famílias por decorrência da liberação da segunda parcela. Neste ano, foram liberados 314 subprojetos novos, distribuídos em 285 comunidades rurais de 88 municípios cearenses.

No primeiro semestre, foi dada prioridade ao acompanhamento da implantação do elevado número de subprojetos financiados em 1998 (1.406), daí a concentração de esforços na liberação de recursos referentes às segundas parcelas. No segundo semestre, em virtude do agravamento do problema da falta de água em muitos municípios, pela repetição de mais um ano de chuvas irregulares, foi dada ênfase aos subprojetos de abastecimento d'água. Demonstrou-se, portanto, neste ano de 1999, uma maior seletividade na liberação de recursos do que nos anos anteriores, o que contribuiu para a melhoria qualitativa do Projeto.

Este Programa tem implementado uma ampla ação de capacitação, envolvendo presidentes,

membros de associações beneficiadas, técnicos de Secretarias coparticipantes do Projeto, agentes de desenvolvimento social da EMATERCE, chefes de CEACs da EMATERCE, técnicos da SDR e membros dos CMDs. Ao todo foram 18 eventos de capacitação, envolvendo 1.190 participantes, que foram treinados no processo de aquisição de bens e serviços pelas comunidades beneficiadas, prestação de contas, procedimentos de instalação e acompanhamento de subprojetos, filosofia e estratégia de implementação do Projeto Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra e gerenciamento de subprojetos.

A EMATERCE, por meio dos CEACs e em face da grande capilaridade na área de abrangência do Projeto, tem dado uma contribuição importante no processo de acompanhamento e articulação com as demais estruturas locais e regionais das secretarias coparticipantes, diante das demandas das entidades representativas dos beneficiários.

Assim como o Programa de Reforma Agrária Solidária, o Projeto São José foi alvo de várias missões nacionais e do exterior que vieram este ano ao Estado conhecer a experiência do Projeto.



PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF

O PRONAF foi criado através do Decreto N.º 1946, de 28 de junho de 1996, da Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda.

A grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão de obra a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade.

Este Programa visa proporcionar condições para o aumento da integração entre o produtor e o consumidor, com a verticalização e descentralização da produção, com a democratização de informações de mercado, tecnológicas e gerenciais, e com a melhoria de vida rural e suporte à expansão da economia rural.

Dentre às linhas de ação do PRONAF, destacam-se: a negociação de políticas públicas que objetiva articular os órgãos dos governos federal, estadual e municipal para que medidas sejam adotadas em apoio à agricultura familiar, isto é, o financiamento de infraestrutura e serviços, a implantação e a racionalização de empreendimentos necessários ao desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios.

Em relação à área de ação do PRONAF, o financiamento da infraestrutura vem sendo implementado em 60 municípios do Estado. Em 1999 foram elaborados 60 Planos de Trabalho – PT, para apoio ao financiamento desse setor básico municipal, com recursos da ordem de R\$ 8,4 milhões. Estes recursos são transferidos aos municípios pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento através da Caixa Econômica Federal, conforme instrumentos normativos que disciplinam as transferências de recursos da União.

No que diz respeito ao financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural), este

tem por objetivo fornecer apoio financeiro para que os agricultores e suas organizações (associações e cooperativas) desenvolvam suas atividades produtivas. O crédito rural financia o custeio e investimentos relacionados às atividades agropecuárias, de pesca, de aquicultura e de extrativismo.

Em 1999 foram realizados esforços conjuntos entre os Governos Federal e Estadual, com a interveniência dos Bancos do Nordeste (BNB), Banco do Brasil (BB), da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, para alocar recursos com vistas à operacionalização desse Programa no segmento crédito rural. No presente exercício, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 37,7 milhões através de 9.847 operações de crédito.



PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL — PRORENDA —

O Prorenda Rural ou Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda é resultante de um convênio bilateral entre os Governos Brasileiro e Alemão ,através do Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação — ABC e do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento — BMZ/Agência Alemã de Cooperação Técnica — GTZ. Este Programa tem como objetivo capacitar comunidades de pequenos produtores rurais e pescadores artesanais para um melhor planejamento e gestão das atividades socioeconômicas com vistas a um desenvolvimento sustentado.

No período de 95/98, o projeto evoluiu para atuação desde suas duas áreas pilotos (Acará e Canindé), passando por uma terceira na região metropolitana de Fortaleza (Guaiuba), e iniciando a ampliação para CEACs do litoral, tendo maior intensidade nos municípios de Camocim, Aracati, Cascavel e Acará, onde inclusive se concretizou a elaboração de um planejamento estratégico.

O ano de 1999 representou para o Prorenda Rural o terceiro ano da fase de expansão, onde estava prevista a ampliação da área eleita como prioritária, ou seja, todo litoral cearense, e a desativação das áreas dos Sertões e região metropolitana. Neste ano, foram envolvidos os CEACs de Acará, Aquiraz, Aracati, Camocim, Cascavel, Caucaia, Granja, Beberibe, Itapipoca, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante.

O Projeto teve como uma das principais preocupações neste ano a preparação das equipes de extensionistas da EMATERCE, bem como os novos membros que estão sendo incorporados à equipe do Prorenda, para o trabalho com metodologias participativas, desempenho e gerenciamento, onde foram realizados 11 treinamentos para extensionistas da EMATERCE e para a equipe técnica do Prorenda, contando com a presença dos 25 participantes da equipe técnica envolvida.

No tocante às metas programadas, cabe ressaltar que, no geral, elas foram realizadas. Por

outro lado, convém mencionar que as metas não alcançadas deveram-se, principalmente; às dificuldades que os técnicos encontraram na obtenção dos dados que compõem a real renda da família rural.

Ainda no que diz respeito às metas não alcançadas, cabe ressaltar que a não liberação dos recursos programados (do PEQ) impediu, em sua plenitude, a profissionalização dos produtores rurais, sendo atendida somente uma pequena parcela (27,14%), fruto de parcerias dos CEACs com outros órgãos. Finalmente, portanto, o baixo número de oficinas realizadas deveu-se, sobretudo, as comunidades indicadas não se encontrarem com o nível de organização para tal ação.



PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

O Programa de Emergência do Governo do Estado, no ano de 1999, atuou em 56 municípios, atendendo um total de 163 mil produtores. Em relação às ações executadas por este Programa, vale salientar que foram construídas 47 mil barragens sucessivas, 220 barragens subterrâneas, 17 mil cacimbas, 1.156 cisternas e 404 passagens molhadas.

Ainda, no ano de 1999, o Programa de Emergência recuperou 3.444 barragens de terra, construiu 245 mil metros de adutoras, implantou 232 hortas comunitárias e propiciou a implantação de 1.097 hectares de culturas irrigadas, como também o plantio de 3.010 hectares em vazantes.



IV
PROGRAMAS
DE AÇÃO FUNDIÁRIA





REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — CÉDULA DA TERRA —

O Projeto Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra tem como finalidade desenvolver um novo modelo de reestruturação agrária, no qual os trabalhadores sem-terra, através de suas associações, negociem a aquisição de terras diretamente com os proprietários rurais, obtendo financiamento reembosável para aquisição de terra e de investimentos a fundo perdido (não reembosável).

Para o Plano Operativo Anual (POA), relativo ao ano de 1999, foi prevista a aquisição de 94 imóveis para conclusão do Programa Reforma Agrária Solidária/Cédula da Terra e transição da Cédula da Terra/Banco da Terra. Foram, assim, contempladas na programação 1.516 famílias no total. Em

virtude da liberação dos recursos da fase de transição do Programa para Banco da Terra ainda não ter sido iniciada, temos, até dezembro de 1999, 19 Subprojetos de Aquisição de Terras liberados, atendendo a 278 famílias, conforme Tabela-8. Para a contratação de 94 imóveis, foram previstos 234 Subprojetos de Investimentos Comunitários. Mas, tendo em vista o exposto acima, apenas foram atendidos 24 subprojetos. Os recursos da transição foram descontingenciados somente no mês de outubro e sua aplicação foi reprogramada para o período de dezembro/99 a março/2000.

No que diz respeito ao Subprojeto de Aquisição de Terras, vale mencionar que foram contemplados, no ano de 1999, 19 municípios. No entanto, desde o início do Programa Reforma Agrária Solidária já foram atendidos 65 municípios, representando 35% do Estado do Ceará no período de dois anos. Também foram liberados, através do Banco do Brasil, 162 subprojetos de investimentos comunitários, com um montante de R\$ 12 milhões, estando outros 32 subprojetos em carteira, totalizando R\$ 774 mil, aguardando recursos para liberação.

Vale acrescentar que o Programa Reforma Agrária Solidária, no âmbito do Projeto São José (Ação Fundiária), atendeu a 688 famílias beneficiárias do Programa, através de 44 imóveis adquiridos em 25 municípios do Estado, com área de 23,6 mil

hectares, totalizando o valor de R\$ 3,9 milhões. Foram atendidos, através do Banco do Brasil, 129 Subprojetos de Investimentos Comunitários com financiamento do montante de R\$ 5,3 milhões.

Em função do êxito que o referido Programa vem propiciando à questão agrária, este também despertou o interesse da Revista *The Economist*, da Inglaterra, de circulação internacional que fez matéria sobre o Programa, captando dos beneficiários visitados as mais diversas fases do processo. Outro destaque da mídia internacional dado pelo jornalista Chris Kraul, do *Los Angeles Times*, que visitou vários projetos de Reforma Agrária Solidária e divulgou opiniões altamente positivas do que observou *in loco*. Este Programa tem sido referência para outros Estados e Países, transmitindo a experiência positiva do Ceará. Para conhecer o trabalho, Missões de Governo de Estados, como Santa Catarina, Sergipe, e Missões Internacionais, como os Países de Angola, Suíça e Filipinas, já visitaram os projetos de aquisição de terras.



ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO

O Programa de Assentamento consiste na aquisição de imóveis rurais, através de Decretos de desapropriação por interesse social, e são pagos com recursos do Tesouro do Estado, destinando-se ao assentamento de famílias rurais sem-terra, geralmente com fins de equacionar conflitos estabelecidos.

Em 1999 foram adquiridos 2 (dois) imóveis rurais, com área de 453 hectares e assentadas 50 famílias, com aplicação de R\$ 255,0 mil. Cabe salientar que as metas não são programadas, tendo em vista que os imóveis vão sendo adquiridos à medida que surgem conflitos sociais no campo.

As ações realizadas pelo Reassentamento Rural são localizadas nas áreas atingidas pelos Pro-

jetos Castanhão e Pecém, visando minimizar as repercussões socioeconômicas negativas para as famílias rurais residentes nas áreas dos referidos projetos. Vale destacar que no Projeto Castanhão foram assentadas 424 famílias e realizado o restante da avaliação de 84 hectares da nova cidade de Jaguaribara. Quanto ao Projeto Pecém, vale mencionar que foram assentados, em 1999, um total de 219 famílias rurais, com identificação e cadastro de 4,6 mil hectares de terras e com avaliação de 250 imóveis rurais. Foram aplicados nestes 2 (dois) projetos recursos da ordem de R\$ 1,63 milhão, atendendo a 643 famílias.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (TITULAÇÃO)

O Programa de Regularização Fundiária tem por finalidade a titulação de terras devolutas no Estado do Ceará. Este Programa propicia ao Governo do Estado informações atualizadas sobre as terras devolutas, apuradas através de Processos Discriminatórios Administrativos e de Arrecadação Sumária.

No ano de 1999, no que diz respeito às realizações, este Programa efetivou a arrecadação de 150 mil hectares de terra: e no que se refere à titulação de imóveis rurais, foram titulados 1.106 imóveis, beneficiando 1.272 famílias com 30 mil hectares. Além disso, foram emitidos 507 Pareceres em Ação de Usucapião.



V
PROGRAMAS
DE APOIO À PRODUÇÃO





EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS

A Secretaria de Desenvolvimento Rural — SDR programou para o ano de 1999 a realização de dezoito exposições e seis feiras agropecuárias. Desses eventos planejados, foram efetivadas treze exposições e três feiras com a coordenação e execução da SDR em parceria com associações de criadores e o Rotary Club. A não realização das cinco exposições nos Municípios de Morada Nova, Solonópole, Boa Viagem, Crateús e Santa Quitéria, e das três feiras, nos Municípios de Barbalha, Canindé e Quixeramobim, ocorreu em virtude, principalmente, da estiagem que atingiu estes municípios.

Participaram dos eventos realizados neste ano 843 expositores, com 31.955 animais, tendo sido inscritos 2.265 para julgamento; e os negócios efe-

tuados na comercialização de animais, máquinas e implementos agrícolas envolveram recursos financeiros no valor de R\$ 7,7 milhões. Esses números expressam o sucesso alcançado neste Programa, o que favorece o desenvolvimento da agropecuária cearense, contribuindo para a modernização dos segmentos produtivo, reprodutivo, alimentar e de defesa sanitária animal.

Constatamos que em 1999 os resultados apresentados foram excelentes quanto a comercialização de reprodutores de alta linhagem produtiva, de máquinas e implementos agrícolas. O total negociado foi superior a 80% ao ano de 1995, um incentivo à modernização da atividade agropecuária em todos os segmentos, para se obter, assim, o êxito desejado.

Cabe destacar a grande elevação do número de animais que participaram das exposições agropecuárias realizadas no Ceará, no período de 1995 a 1999, tendo passado de 13 mil animais para 23 mil.



DEFESA AGROPECUÁRIA

O Projeto de Defesa Agropecuária data de 1997, quando foi celebrado Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, e tem como objetivo principal controlar as enfermidades, pragas e doenças nos animais e vegetais.

Atualmente, o Estado do Ceará conta com 18 Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV), atendendo 40 municípios da maior relevância na agropecuária, e cinco Postos de Fiscalização localizados nos Municípios de Aracati, Jati, Crato, Parambu e Tianguá.

No tocante às atividades realizadas que atingiram e superaram as metas programadas, destacam-se as seguintes: manutenção de ULSAV's

(100%), manutenção de Postos de Fiscalização (100%), cursos para produtores rurais (150%), produtores treinados (112%), criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Defesa Agropecuária (100%), fiscalização dos eventos agropecuários (195%), vacinação de animais contra a raiva (103%) e exames de brucelose (167%).

Por outro lado, as atividades realizadas que não alcançaram as metas previstas foram: vacinação contra febre aftosa (33% do previsto), aplicação de vampiricida em animais (23%), vacinação de bezerra (24%), diagnóstico de tuberculose (55%), exames laboratoriais (24%), vacinação contra Newcastle (32%) e fiscalização do uso de agrotóxicos (80%).

O não atendimento das metas decorreu de vários fatores, entre eles destacam-se: falta de hábito dos produtores de vacinar os animais duas vezes ao ano; não ocorrência da febre aftosa a quase três anos; estrutura deficiente e inexistente em alguns municípios de revenda de insumos agropecuários.

De fato, a continuidade deste Programa contribuiu para a não ocorrência da febre aftosa, a quase três anos no Estado do Ceará, através do trabalho realizado nos Postos de Fiscalização Zootossanitária, com a exigência da Guia de Trânsito de Animais – GTA, das medianas quadras invernosas nos últimos anos e da ampla divulgação das campanhas em que se utilizaram todos os meios de

comunicação para sua concretização, desde a farta distribuição de material de informação e orientação, com a colaboração dos agentes de saúde do Estado, até os mais esclarecedores debates e entrevistas pelas rádios municipais.

No que diz respeito à área de agricultura, este Programa desenvolve ações junto aos hortigranjeiros da Região da Ibiapaba para o uso correto de agrotóxicos. Ações estas que se baseiam em uma nova estratégia coordenada de educação, controle e fiscalização do uso de inseticidas, objetivando mudar o quadro atual para uma situação plenamente satisfatória do ponto de vista da qualidade na produção vegetal das áreas contempladas, por meio do uso de tecnologias apropriadas, da sustentabilidade do meio ambiente e da prevenção da saúde do trabalhador e das comunidades.



CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

O Serviço de Classificação de Produtos de Origem Vegetal é executado diretamente pela SDR desde seu início no ano de 1937. A atividade de classificação vegetal é uma obrigação do Estado segundo a Lei nº 6.305/75 e o Decreto 82.110/78.

Atualmente, a pauta de prioridade é composta por 20 produtos, sendo obrigatória a sua classificação para comercialização interna. No tocante às principais atividades deste Programa, vale destacar: a classificação do algodão em pluma produzido e/ou beneficiado no Ceará; a classificação no cais do porto de produtos importados; a classificação de castanha de caju; a classificação de arroz, feijão e milho nos postos do interior; as análises

químicas da cera de carnaúba, pó cerífero e farinha de mandioca.

No ano de 1999, até a primeira quinzena de novembro, foram classificadas 997,8 mil toneladas, representando 94% do programado (1.060 mil toneladas) para este ano. Sendo assim, a previsão até o final deste ano é que o serviço de classificação alcançará a meta programada. Em relação ao ano de 1998, o total classificado no presente exercício será um pouco inferior em relação ao ano passado. Este fato decorreu em função do fechamento de muitas empresas de empacotamento e beneficiamento de grãos no interior e Capital.

Podemos verificar que o total realizado de produtos classificados mediante a importação superou a meta programada em 29% até a primeira quinzena de novembro. No que diz respeito ao número de navios com grãos, este alcançou a meta prevista em 94%, devendo chegar, até ao final do ano, à meta programada. Merece destaque o número de navios com algodão em pluma, que já ultrapassou a meta programada em 76%.

No que se refere à certificação de produtos, observa-se que o total programado foi de 18 mil toneladas, tendo atingido até a primeira quinzena de novembro 13,9 mil toneladas, representando 77%.



INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual (SIE), instituído pela Lei Estadual n.º 11.988 de 10 de Julho de 1992, tem como objetivo examinar todos os produtos de origem animal, processados em estabelecimentos registrados na SDR, que façam comércio intermunicipal, propiciando a oferta de produtos sanitariamente compatíveis com o consumo da população.

Ainda no tocante às atribuições do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, vale salientar que este inspeciona 10 abatedouros de animais e 38 estabelecimentos que processam produtos de laticínios.

Em relação ao ano de 1999, ocorreu um incremento na quantidade de bovinos inspecionados em

11%; e, em aves, uma expressiva elevação de mais de 380% em comparação ao mesmo período do ano de 1998. O total de bovinos inspecionados foi de 94 mil cabeças; suínos, 11 mil cabeças; ovinos, mil cabeças; caprinos, 874 cabeças; e aves, em quase 350 mil cabeças.

No que se refere à produção láctea inspecionada, vale registrar que ocorreu um incremento de mais de 60% no quantitativo deste produto em relação ao ano passado, sendo, no ano de 1999, inspecionados mais de 8 milhões de litros de leite.

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal desenvolve suas atividades em decorrência de demanda.



COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A Central de Abastecimento do Ceará S.A — CEASA, empresa de economia mista, inaugurada em 1972, integrante do então Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, foi dirigida pela antiga Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL que funcionava como gestora das CEASAS e detinha, em quase todas, o controle acionário, inclusive no Ceará.

Na década de 80, em setembro de 1987, a Empresa foi estadualizada mediante Termo de Doação, no qual foram transferidas as ações da esfera federal para o Governo do Estado do Ceará, que hoje detém mais de 99% do Capital Social.

No que diz respeito aos principais objetivos da CEASA, vale destacar: a promoção do abastecimento alimentar da Capital cearense e de municípios do interior do Estado; a oferta de produtos hortigranjeiros em regime competitivo, favorecendo a formação justa dos preços; a criação de facilidades aos pequenos produtores, com reserva de áreas específicas para a comercialização de seus produtos; e o controle das origens e dos volumes comercializados, formando bancos de dados que permitam decisões seguras quanto à ação governamental no setor hortigranjeiro.

Em relação ao abastecimento alimentar no ano de 1999, cabe mencionar que o volume total e o valor total comercializados, até a primeira quinzena de novembro, foram de 339,8 mil toneladas e de R\$ 192,3 milhões, representando um acréscimo de 5,8 mil toneladas e de R\$8,4 milhões, respectivamente, em relação ao total do ano de 1998.



LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES

O trabalho do Laboratório de Análise de Sementes reveste-se de grande importância para as atividades das diversas cadeias produtivas. As análises realizadas conferem maior segurança na aquisição de sementes tanto para o Programa Hora de Plantar, executado pela SDR, quanto para os produtores de semente que desejam colocar seu produto no mercado.

No tocante ao presente ano, as metas programadas, relacionadas às análises de sementes de algodão, arroz, feijão e milho, estão sendo alcançadas visto que dezembro é o mês em que há uma maior demanda para realização de análise de amostras. Até a primeira quinzena de novembro, o

total de amostras analisadas alcançou o equivalente a 54% do programado em 1999.

Tem-se constatado um aumento significativo no número de amostras de sementes analisadas por esse Laboratório, destacando-se a cultura do algodão devido ao grande incentivo por parte do Governo do Estado do Ceará por meio do Programa de Cotonicultura.



LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA ANIMAL

O Laboratório de Análise Clínica Animal tem por objetivo realizar exames e análises físico-químicas em produtos de origem animal.

No ano de 1999, o citado Laboratório realizou 743 identificações de bactérias patogênicas, 1.356 provas de brucelose, 64 exames micológicos, 1.614 exames de raiva humana e animal e 2.773 análises de anemia infecciosa equina.

No que diz respeito à análise parasitológica e patológica, o Laboratório de Análise Clínica Animal realizou 369 exames de endoparasitoses, 42 de hemoparasitoses, 23 de ectoparasitose, 181 anatomopatológicos, 800 histopatológicos e 284 de patologia clínica.

Em relação à análise físico-química, cabe mencionar que o referido Laboratório efetivou 267 exames em carne e derivados, 6.611 em leite e derivados, 1.787 em pescado e derivados, 366 em mel de abelha e 733 em água.





VI

OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES





PLANO 1999 – 2002

A estratégia de ação do Governo do Ceará em busca do desenvolvimento da economia e do combate à pobreza rural no Estado tem natureza multissetorial. Esta orientação toma por base as evidências de que a agropecuária faz parte do desenvolvimento mais abrangente de todo o espaço rural, o qual, por sua vez, está interligado a todo o processo de desenvolvimento econômico.

As intervenções governamentais serão concentradas em programas integrados e nas localidades prioritárias. Tal enfoque decorre da experiência de que a expansão da agropecuária deve ocorrer simultaneamente com a evolução dos setores industrial e de serviços.

O objetivo referencial para o desenvolvimento rural do Estado e dos programas prioritários será

transformar e resolver os problemas econômicos e sociais das comunidades do interior, segundo padrões de justiça social e equidade econômica. Outra preocupação fundamental será o aumento acentuado nos índices de produtividade e a diminuição das flutuações anuais da produção agropecuária.

O êxito desta estratégia de desenvolvimento sustentável e equilibrado com mudança social está relacionado com a participação efetiva de técnicos, servidores públicos e, principalmente, dos agricultores e empresários, que serão os seus efetivos executores e beneficiários. Além das ações destacadas, a Secretaria de Desenvolvimento Rural desenvolverá, em parceria com outras Secretarias, trabalhos relativos à geração, adaptação, transferência de tecnologias, beneficiamento de produtos agropecuários e criação de empregos não agrícolas no quadro rural. Produtos e atividades como mandiocultura, cana de açúcar, hortigranjeiros e suinocultura serão atendidos através de programas especiais.

Um plano para o desenvolvimento econômico do Ceará não pode deixar de priorizar um projeto de combate direto à pobreza. O custo da desigualdade existente é inaceitável do ponto de vista econômico, social e ético. Manter o atual continente rural representa um custo elevado ao setor e ao

restante da economia. Essa população demanda uma substancial parcela dos serviços sociais proporcionados pelo Estado e oferece uma contribuição, embora estratégica, precária face aos baixos níveis de produtividade.

Uma das certezas do Governo no que se refere ao desenvolvimento econômico sustentável é a necessidade de manter o homem do campo em sua terra. Para isso, é preciso dar a ele condições para trabalhar e exercer uma atividade perto de onde vive, e de lá retirar o sustento de sua família. Dentro desse contexto, a Secretaria de Desenvolvimento Rural atuará através de seis projetos específicos, são eles: o Projeto São José, Projeto de Ação Fundiária, Prorenda Rural, Agricultura Familiar, Hora de Plantar e Organização e Capacitação do Agricultor.

Tendo isso em vista, o Governo oferece, através desses projetos, oportunidades de trabalho que vão beneficiar àqueles que acreditam no esforço próprio e da comunidade. Com esses projetos, a comunidade pode desenvolver, em sua localidade, uma grande variedade de negócios no setor produtivo, na oferta de serviços essenciais básicos e na construção de infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento.

O objetivo síntese do presente Plano é realizar o crescimento da agricultura com melhor dis-

tribuição da riqueza, redução da pobreza e criação de novas oportunidades de emprego com dignidade, de forma a proporcionar o desenvolvimento rural com equidade.

São diretrizes: elevar a taxa de crescimento da produção agropecuária do Estado do Ceará para uma média anual de 3% – 5%, no período de 1999-2002, com vistas a transformar a agricultura num acelerador e não num freio do desenvolvimento, como tem ocorrido nas últimas décadas; melhorar substancialmente a produtividade do setor no tocante ao uso da terra, mão de obra e capital, para tornar a agricultura competitiva e fator de melhoria das condições de vida do quadro rural; integrar produção agrícola e agroindústria com visão de agronegócio, objetivando criar mercado para a produção do setor e oferecer novas oportunidades de renda e trabalho não agrícolas no quadro rural; adotar tecnologias agrícolas que permitam alcançar a sustentabilidade da agricultura sem destruir o meio ambiente, adaptando-a à convivência com os fenômenos climáticos adversos à produção agrícola; viabilizar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem-terra ou minifundiários, juntamente com outros investimentos que lhes assegure um desenvolvimento rural sustentável e emancipado.



AJUSTE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SDR

Para a execução do programa de desenvolvimento rural, há necessidade de organização administrativa eficaz e equipes bem preparadas e motivadas.

A experiência dos últimos quatro anos mostra que a estrutura administrativa atual precisa de alguns ajustes para se enquadrar, ou seja, propiciar mais velocidade e qualidade na execução do plano proposto para o setor.

O novo sistema administrativo da SDR será direcionado para atuar nos objetivos ou funções com agilidade e para resolver, na prática, as propostas de política econômica para a agricultura.

Diante desse quadro, evidenciou-se urgente a necessidade de uma atualização na sua estrutura organizacional, visando alcançar maior agilidade executiva, minimizando custos, liderando as ações descentralizadas e possibilitando a parceria com outros organismos do Estado, dos Municípios e dos agentes da sociedade.

É premente a necessidade de implantação de um processo de supervisão, acompanhamento e efetivo controle das ações do Sistema Estadual da Agricultura, com uso de instrumentais ágeis, simplificados e informatizados, que possibilitem informações oportunas e confiáveis para o processo decisório, evitando superposição de atividades nos próprios organismos que compõem esse Sistema.

Os principais ajustes administrativos e organizacionais em relação ao modelo atual referem-se à criação de 4 (quatro) Superintendências Operacionais e à instalação do Conselho de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Será criado também o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural — CEDR, presidido pelo Secretário de Desenvolvimento Rural, que coordenará os programas PRONAF e Reforma Agrária/Banco da Terra, mediante sua Secretaria Executiva.

Com estes ajustes, as unidades que compõem a Diretoria de Programação, Estudos e Projetos Especiais tiveram o seguinte destino: o Núcleo de Orçamento foi transferido para a Diretoria Adminis-

trativa e Financeira como Divisão de Programação e Controle Orçamentário; a Biblioteca, que incorporou a biblioteca da EMATERCE, e a Gerência de Informática, que foi transformada em Assessoria de Informática, passaram para a nova Secretaria Geral; o Núcleo de Sustentabilidade de Comunidades (Prorenda Rural) foi para a Diretoria de Coordenação Técnica como Gerência de Projeto; a Gerência de Projetos Especiais, bem como a Gerência de Estudos e Programação, foi absorvida por outras Diretorias.

Com base no princípio do crescimento e modernização da agricultura com foco no combate à pobreza, na melhoria da distribuição de renda e na geração de empregos no quadro rural, pretende-se concentrar as ações da SDR em três linhas básicas: o combate à pobreza, a modernização da agropecuária tradicional e novas oportunidades de empregos não agrícolas no setor rural.

Serão priorizadas ações de cunhos finalísticos, gerenciadas por um “Líder do Projeto” (Gerente Executivo), responsável direto pela obtenção dos resultados pré-estabelecidos em suas metas, para obter de forma mais rápida, o desenvolvimento agrícola e rural sustentável, com redução da pobreza absoluta.

Nesse processo, é imprescindível definir uma nova sistemática de ação compatível com as reais necessidades das unidades operativas da Secretaria a partir da definição da missão, dos objetivos e das metas de cada uma delas.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO

A estratégia de ação da SDR, na busca de crescimento da economia rural, caracteriza-se por intervenções concentradas em programas integrados e localidades prioritárias, de forma a possibilitar que a expansão da agropecuária ocorra simultaneamente com evolução dos setores industriais e de serviços. Para tanto, é de fundamental importância uma instituição capaz de executar tais políticas. E quem realiza essas tarefas é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará — EMATERCE.

A EMATERCE conta atualmente com 82 Centros de Atendimento ao Cliente — CEAC's — em igual número de municípios, atendendo todo o Estado

do Ceará, sendo todos eles reformados, padronizados e interligados a redes de microcomputadores, onde todos os técnicos foram treinados em cursos básicos de informática.

Para o aumento da produtividade e qualidade dos produtos foram implantadas soluções que permitam acompanhar com rapidez as ações desenvolvidas. Dessa forma, foi elaborado um Projeto de Tecnologia da Informação, tendo como objetivo interligar a SDR com a EMATERCE, incluindo todos os CEAC's distribuídos no Estado, e buscar como solução para o trabalho em grupo e a criação de banco de dados para a SDR e vinculadas.

Como executora da política agrícola do Governo, a EMATERCE atendeu, no ano de 1999, a 9,8 mil projetos do PRONAF, no valor de R\$ 37,7 milhões; distribuiu 1.534,6 toneladas de sementes selecionadas com orientação técnica a quase 100 mil produtores rurais, realizou o monitoramento semanal da safra agrícola por sede de distrito; atendeu a 163 mil trabalhadores rurais no Programa de Emergência e realizou, entre outras obras, a construção de 47 mil barragens sucessivas, 220 barragens subterrâneas, construção de 17,2 mil cacimbas e 1,1 mil cisternas.

Outras atividades importantes realizadas pela EMATERCE consta da realização de seminários e cursos para produtores rurais e técnicos, elabora-





ção de programas de rádio com frequência semanal, que são veiculados em 48 emissoras do interior do Estado, elaboração de 48 vídeos, instalação de 71 videotecas, realização de nove Dias Especiais, informações semanais de preços de produtos agrícolas produzidos no município e informações mensais de preços de produtos e serviços para a FUNGEVAR.

Além disso, a Empresa conta com um Centro de Treinamento – CETREX, no qual foram realizados, no ano de 1999, 85 eventos entre cursos e treinamentos para o público em geral, consumindo uma carga horária de 2.448 horas, com a presença de 7.285 participantes, tendo uma taxa média de ocupação em 42,9% nas dependências deste Centro.



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Com o objetivo de melhorar a vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumentar a capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda, propiciar o acesso à terra a trabalhadores rurais carentes e aprimorar a integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública que atuam no Estado na condução do processo de desenvolvimento rural, foi instituído, na estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Rural, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR.

Integram o CEDR: o Secretário de Desenvolvimento Rural, como presidente, os Secretários de Estados ou seus representantes (Trabalho e Ação

Social, Agricultura Irrigada, Recursos Hídricos, Educação Básica, Planejamento e Coordenação e Turismo), Superintendente do INCRA-CE, Delegado Federal de Agricultura do Ceará, Superintendente Regional do Banco do Nordeste, Superintendente Regional do Banco do Brasil, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, dois representantes da CNBB, dois representantes da FETRAECE, dois representantes da APRECE, dois representantes das cooperativas de pequenos agricultores do Estado do Ceará, dois representantes de organizações não governamentais de desenvolvimento rural e dois representantes dos CMDS.



TERCEIRA PARTE

Ano 2000

*Não é função do governo fazer um pouco melhor,
ou um pouco pior, o que os outros podem fazer, e
sim fazer o que ninguém pode fazer.*

MAYNARD KEYNES





RUMO AO DESENVOLVIMENTO

O Plano de Ação da Secretaria de Desenvolvimento Rural para o Ceará, para o período de 1998-2002, objetiva acelerar a taxa de incremento da agropecuária do Estado, aumentar a produtividade do setor e integrar as atividades agrícolas em benefício da preservação do meio ambiente.

Para o alcance desses propósitos, foram delineadas várias frentes de atuação. Destacam-se nesse particular o combate à pobreza, modernização da agricultura tradicional e atividades governamentais de apoio à agropecuária.

A seguir estão indicados os principais resultados alcançados no ano de 2000, obtidos com a parceria com as demais secretarias que atuam no meio rural e da contribuição dos agentes finan-

ceiros (Banco do Nordeste e Banco do Brasil). A participação e o trabalho dedicado dos produtores rurais, tanto da agricultura familiar como do setor patronal, foram os maiores responsáveis pelos bons resultados obtidos no ano de 2000 que constam de uma quadra invernosa normal.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR atua através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE, do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE e das Centrais de Abastecimento do Ceará – CEASA.



I

OS RESULTADOS DA SAFRA 2000





A PRODUÇÃO DE GRÃOS

A renda agrícola do ano 2000 está estimada em R\$ 1,5 milhão, dos quais cerca de 60% são originários da produção das lavouras, 34% da produção de animais e derivados e o restante do extrativismo vegetal.

O aumento da renda total em relação ao ano anterior deverá ser de 12,4% em termos reais, bem superior à meta de 5% estipulado no II Plano Indicativo da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Não se trata de ano de recuperação, como foi o ano de 1998/99, quando tal desempenho alcançou 56%, superando naquele ano a todos os demais setores da economia cearense.

Estiveram ocupados durante o ano agrícola de 2000 nada menos que 1.277 mil pessoas, das quais

cerca de 350-400 mil trabalharam somente na produção de grãos.

O desempenho da produção de grãos do ano 2000 também supera a meta estipulada no Plano de Safra, que era de um milhão de toneladas. Segundo os últimos levantamentos do IBGE, a produção de grãos do Ceará, no ano de 2000, foi de 1.039 mil toneladas. Isto significou um aumento de 31% em relação ao ano de 1999. No atual século, somente o ano de 1996 teve a safra um pouco maior do que a registrada no corrente ano.

A grande meta perseguida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, desde 1995, tem sido a melhoria da produtividade da terra para aumentar a renda média do trabalhador sem provocar a emigração rural pelo desemprego tecnológico.

Neste particular, os resultados são ainda mais animadores. Basta destacar que o aumento da produção mencionado foi obtido com evolução apenas de 5,4% da área cultivada, motivando o alcance de uma produtividade média de grãos de 764 kg/ha. Mais 25% em relação ao ano de 1999 e a maior de todos os tempos no Ceará. Mesmo em relação à produtividade média de 1996, o ano de 2000 é superior em 11% ao obtido naquela safra recorde, em termos de volume de produção.

O maior destaque da safra de grãos do ano 2000 foi a produção excepcional de milho. São 635

mil toneladas, com aumento de 43% em confronto com 1999, que já tinha sido uma grande safra. A introdução generalizada do milho híbrido no Cariri e a adoção de novas tecnologias nas melhores áreas de cultivo do produto respondem por esses resultados. O acréscimo de produtividade média do Estado foi de 37%, mas, isoladamente, no Cariri, esses níveis foram mais de 50%. A revolução verde no México necessitou de dez anos para alcançar essa performance.

Nos municípios de Porteiras, Brejo Santo e Missão Velha, há registro de muitos agricultores com produtividade maior do que a média dos maiores produtores do Brasil e mesmo de outros países, como a Argentina e Paraguai. Vale destacar, aliás, que a produção de milho do Ceará, no ano 2000, foi maior do que a soma registrada no Paraguai e Uruguai. No Nordeste, o Ceará foi o segundo maior produtor, superado apenas pelas duas safras da Bahia, mas superior ao Piauí e ao Maranhão, reconhecidos por terem áreas vocacionadas para a produção de grãos da Região Nordeste.

O Ceará tem também motivos para comemorar, no tocante ao algodão. O plantio de mais de 100 mil hectares no ano 2000, com produção de 74 mil toneladas de algodão em caroço. Em comparação com o ano anterior, representou um aumento de 85% na produção. Poderia ter sido maior se não

fosse o ataque do bicudo, que está sendo combatido com todas as tecnologias conhecidas.

Mesmo assim, a produtividade do ano 2000 avançou 11% em relação ao ano anterior e 126% comparado a 1995. Os melhores resultados foram obtidos com a introdução de novas variedades de CNPA-7MH do Centro Nacional de Algodão de Campina Grande. No caso do algodão semiperene (em substituição ao arbóreo do tipo mocó), o acréscimo foi de 233% na produtividade. Convém registrar, entretanto, que até o ano 2000 foram plantados dessa variedade apenas 7 mil hectares.

Quanto às outras culturas, a produção de arroz teve aumento de 14,5%, com produção de 148,4 mil toneladas, destacando-se o produto de sequeiro com incremento de 40%. Quanto à produção de feijão, a safra foi de 197 mil toneladas, com aumento de 3,7%.

Ainda na categoria de grãos, mesmo em se tratando de produtos de pequena expressão, os maiores saltos de produção foram do sorgo granífero, com 591,7% de incremento, e da mamona, com 460%.



II

COMBATE À POBREZA RURAL





PROJETO SÃO JOSÉ

O PROJETO SÃO JOSÉ vem se constituindo em importante instrumento de ação para a melhoria das condições de vida do meio rural, especialmente no semiárido do Estado do Ceará, mediante investimento em infraestrutura socioeconômica básica, apoio aos pequenos produtores e grupos comunitários, através de suas associações e criando oportunidades de geração de emprego e renda no meio rural.

Concebido como uma estratégia de combate à pobreza rural, esse Projeto contabilizou, nos últimos seis anos importantes resultados, notadamente no que se refere à ativa participação do seu público-alvo no planejamento e implementação dos subprojetos selecionados em suas comunida-

des. Assim, desde o seu início em 1995 até 2000, foram aplicados aproximadamente R\$ 186 milhões, com recursos provenientes de empréstimos junto ao Banco Mundial e de contrapartida estadual e das comunidades beneficiárias permitindo o acesso das populações mais pobres às atividades produtivas, assim como aos benefícios da infraestrutura básica (eletrificação e abastecimento d'água).

Quanto à eletrificação rural, segundo dados do IBGE, em 1995 apenas 25% dos domicílios rurais estavam eletrificados; com as ações do Projeto São José, em 2000, o percentual de domicílios rurais com eletrificação atingiu aproximadamente 63% do total de domicílios. No caso de abastecimento de água, foram financiados 621 subprojetos. Vale ressaltar que a maioria é com rede de distribuição e ligação domiciliar, localizados especialmente na Rota dos Carros-Pipa, solucionando definitivamente o problema de abastecimento d'água para consumo humano, além de contar com um bom gerenciamento das próprias comunidades.

Em 1998 foi assinado Convênio entre o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural — SDR, e o Ministério de Desenvolvimento Agrário — MDA, representado pelo INCRA, no âmbito do Projeto São José. O citado Convênio teve como objetivo a implantação de infraestrutura (eletrificação rural, abastecimento

de água e construção de açudes) em assentamentos federais no Estado. Foram aplicados recursos financeiros da ordem de R\$ 4,86 milhões (incluindo rendimentos), com financiamento de 108 subprojetos, beneficiando 6.517 famílias.

Em função do sucesso obtido, foi assinado em 2000 um segundo Convênio no valor de R\$ 4,02 milhões. Até o final do ano 2000, foram financiados 64 subprojetos, beneficiando 1.901 novas famílias, com o investimento de R\$ 2,58 milhões. Portanto, mediante esta parceria entre o Governo Estadual e Federal, no período de 1998-2000, o Projeto São José atendeu, nas áreas de assentamento federais, 172 empreendimentos de infraestrutura (eletrificação ou abastecimento d'água), beneficiando 8.418 famílias, atingindo a soma de recursos financiados da ordem de R\$ 7,44 milhões.

Neste período (1995-2000), as ações do Projeto atenderam 5.382 comunidades, localizadas em 176 municípios, beneficiando diretamente 268.726 famílias rurais, atingindo 67% do total da população rural.

Em 2000 foram financiados 577 subprojetos, dos quais 488 novos e 89 financiadas a segunda parcela. Implementados em 573 comunidades rurais, localizadas em 147 municípios cearenses, beneficiaram 36.229 famílias, aplicando-se recursos da ordem de R\$ 28,4 milhões. Também foi desenvol-

vida uma ampla ação de capacitação, envolvendo presidentes, membros de associações beneficiadas, técnicos de Secretarias coparticipantes do Projeto e agentes de desenvolvimento social da EMATER-CE. No total, foram realizados 71 eventos (cursos, workshops, seminários e reuniões), beneficiando 2.239 participantes, os quais foram treinados e capacitados para o uso de técnicas e ferramentas para aquisição de bens e contratação de serviços, elaboração de prestação de contas e procedimentos gerenciais na instalação e manutenção dos sub-projetos, dentre outros.



PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF

O PRONAF promove o financiamento do segmento rural constituído de agricultores familiares e suas organizações, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e melhoria de renda. Especificamente, apoia a construção da infraestrutura pública e privada (saneamento, abastecimento de água, estradas, armazenagem, habitações e agroindústrias) e os serviços nos municípios de ação integrada.

O financiamento de infraestrutura e serviços aos municípios é implementada através da Caixa Econômica Federal, atualmente em 60 municípios do Estado que compõem a área de ação integrada do programa. Ao longo do período 1997/2000,

essa linha de ação vem apoiando o financiamento, a implementação, a modernização, a ampliação, a racionalização e a alocação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da agricultura familiar nesses municípios.

Os cursos, demandados das comunidades e das associações de produtores, são previstos nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural — PMDRs — e ministrados por técnicos da EMATERCE, tendo sido realizados 413 cursos de profissionalização, beneficiando 5.454 produtores, além de 46 cursos de especialização.



PRORENDIA RURAL

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda, resultante de um convênio bilateral entre os Governos Brasileiro e Alemão, através do Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)/Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), vem capacitando comunidades de pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, em municípios do litoral cearense, para um melhor planejamento e gestão das suas atividades.

Iniciado em 1993 como experiência piloto em dois municípios, esse Programa expandiu suas atividades para mais 21 municípios, com a sua área de abrangência englobando os CEACs nos municí-

prios de Acaraú, Aquiraz, Aracati, Camocim, Casca-
vel, Caucaia, Granja, Beberibe, Marco, Itapipoca,
Paraipaba e São Gonçalo do Amarante.

As principais realizações em 2002 foram pau-
tadas em três grandes linhas de atividades:

a) Apoio direto ao desenvolvimento integrado
e sustentável de comunidades rurais e pesqueiras
piloto em 23 municípios.

b) Assessoria aos CEACs da EMATERCE, no ge-
renciamento participativo de suas atividades e em
novos métodos de extensão rural, com a realização
de três estudos e onze oficinas.

c) Atividades de Treinamento e Capacitação,
através de onze eventos de capacitação dirigido a
38 técnicos da EMATERCE e a 101 beneficiários do
Programa.



AÇÃO FUNDIÁRIA

O Governo do Estado vem atuando no encaminhamento das questões agrárias através do Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra, Titulação de Terras, Assentamentos Rurais Estaduais; e, como parceiro, na execução de trabalho para a melhoria e viabilização dos Assentamentos Rurais implantados pelo INCRA.

O objetivo maior dessas ações é democratizar a posse e otimizar o uso da terra implementando um conjunto de atividades voltadas para a reestruturação fundiária do Estado do Ceará.

Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra

O Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra é a continuidade de uma experi-

ência bem sucedida, desenvolvida em caráter pioneiro pelo Governo do Estado do Ceará, através do Projeto Piloto de Reforma Agrária Solidária, no âmbito do Projeto São José em 1997. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará em 44 imóveis na esfera deste Programa constatou que o índice médio de qualidade de vida das 700 famílias beneficiadas alcançou a taxa de 70%. A experiência ensejou que o Governo Federal criasse, a partir de 1998, com a mesma estratégia, um novo Programa, denominado inicialmente Cédula da Terra, em cinco (5) Estados; e, atualmente, com expansão para vinte (20) Estados através do Banco da Terra.

O Programa tem como finalidade desenvolver novo modelo de reestruturação agrária, possibilitando a aquisição de imóveis através de apoio financeiro reembolsável por parte das organizações comunitárias compostas por trabalhadores sem-terra ou minifundiários, no qual os próprios trabalhadores negociam a aquisição da terra diretamente com os proprietários rurais. É também objetivo do Programa dotar as áreas adquiridas ou assentamentos com condições de infraestrutura através do financiamento de investimentos não reembolsáveis, por meio das associações comunitárias dos próprios beneficiários, para que o imóvel se torne autossustentável. Um dos aspectos mais importan-

tes do Programa é a estratégia de descentralização com as decisões ficando a cargo dos beneficiários.

No período de 1997 a 2000, foram adquiridos 203 imóveis em 124 municípios do Estado do Ceará. Para que esses imóveis se tornassem produtivos e autossustentáveis, foram investidos recursos não reembolsáveis da ordem de R\$ 44,4 milhões em 778 subprojetos, nas seguintes atividades tais como: agricultura irrigada, infraestrutura pecuária, habitação rural, mecanização agrícola, eletrificação rural, abastecimento de água e outros projetos produtivos.

Para que as famílias se adaptassem à nova realidade e trabalhassem exclusivamente no imóvel, foi criado um critério de instalação ou ajuda de custo, onde cada família recebeu a importância de R\$1,69 mil dividido em dez parcelas iguais. Para tal, foram empregados R\$ 4,17 milhões.

Vale salientar que foram beneficiadas 2.590 famílias no âmbito do Programa Reforma Agrária Solidária, sendo empregado o valor médio por família de R\$ 5,6 mil, calculando-se que cada uma recebeu em média 38,67 hectares ao custo de R\$ 145,00 por hectare.

Assentamento Rural

O assentamento de famílias de produtores rurais sem-terra é feito atualmente no Estado de

duas formas: a primeira e mais importante é através do Programa Reforma Agrária Solidária/Cédula da Terra, coordenado pela SDR e executado pelo IDACE e EMATERCE, tendo assentado em 2000 um total de 1.320 famílias, com uma redistribuição de terras de 57 mil hectares. A segunda forma de assentamento é aquela realizada para a solução de conflitos sociais que surgem no campo, através de Decretos Estaduais de desapropriação por interesse social, com recursos do Tesouro Estadual. No ano de 2000 não houve assentamento de famílias rurais por essa modalidade.

Reassentamento Rural Involuntário

Consiste na transferência de famílias rurais atingidas por grandes Projetos Governamentais. Ou seja, as famílias da zona rural, residentes nas áreas de influência de grandes empreendimentos são deslocadas para novas áreas rurais adquiridas para o reassentamento delas. Atualmente o IDACE está promovendo o reassentamento rural do Projeto Castanhão e do Projeto Pecém, com um total de famílias trabalhadas de 2.394 e 459, respectivamente.

Regularização Fundiária

As ações desenvolvidas no campo, referentes à situação de posse precária das terras e à consequente titulação dos imóveis rurais levantados,

caracterizam a Regularização Fundiária. No ano de 2000, foram expedidos 769 títulos de propriedade, estando prontos 1.504 para expedição, dependendo somente do equacionamento de pequenas pendências legais.

Capacitação de Assentados

A realização de eventos de treinamento e reciclagem de trabalhadores rurais assentados vem sendo executado pelo IDACE, com recursos do FAT, através de Contratos firmados entre IDACE e PEQ/SINE/SETAS. Em 2000 foram treinados 600 trabalhadores assentados, com ênfase para Gestão dos Assentamentos e elaboração de Planos de Ação para Assentamentos.





III

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL





BALANÇO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2000

A agropecuária contribuiu para o crescimento econômico do Ceará no ano 2000, registrando um desempenho em relação ao ano de 1999 de 12,4%.

A produção de grãos obtida no Estado do Ceará em 2000 foi uma das maiores do século, com um total de 1,039 milhão de toneladas (milho, feijão, arroz e sementes oleaginosas), sendo superada apenas pelas produções de 1971 (1,046 milhão toneladas) e 1996 (1,048 milhão toneladas), algo inferior a 1%.

Os programas voltados à produção de grãos, tais como: Hora de Plantar, milho híbrido de sequeiro e o da cotonicultura, representaram 10% de toda a produção da agropecuária cearense. A

pecuária, fruticultura e a extrativa vegetal são os outros segmentos que compõem este setor o que contribuíram, significativamente, para a formação de renda e o aproveitamento da ocupação da mão de obra e das potencialidades edafoclimáticas do semiárido cearense.



PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO

O Programa de Produção de Milho Híbrido de Sequeiro, em seu segundo ano de execução e agora com a área de atuação ampliada para as regiões de Crateús e Baturité, vem experimentando alentadores resultados. Além da aplicação e difusão de novas tecnologias nas unidades produtivas localizadas nas áreas de sequeiro, contribuiu para o aumento da produtividade média da cultura e para o incremento da oferta de grãos, tanto no mercado interno como na exportação para os Estados vizinhos. Em alguns dos municípios localizados na região do Cariri, como Missão Velha, Porteiras e Brejo Santo, a produtividade chegou a alcançar 6.000 mil kg/ha para muitos produtores.

Em relação aos resultados alcançados em 2000, de acordo com as linhas de ações do Programa, fo-

ram distribuídas 262 toneladas de sementes. Foram implantadas áreas tecnicamente orientadas pelas equipes que compõem os 15 Ceacs da EMATERCE localizados na área produtora de milho híbrido. O aumento foi de 54% em relação ao ano de 1999.

O esforço conjunto da ação do governo com os produtores rurais, prefeituras municipais e entidades ligadas ao setor resultou numa produção total de 120 mil toneladas de milho híbrido. Ressalte-se ainda, o atendimento com crédito rural, mediante repasse de recursos pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil, e a assistência técnica a 8.574 produtores rurais através da EMATERCE, superando em 39% a meta prevista no Plano Operativo 2000.



DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA

Esse Programa vem incrementando, nos últimos anos, a produção sustentável e competitiva da cultura do algodão, envolvendo todos os setores da cadeia produtiva, com vistas a reduzir o déficit das importações do produto para abastecer o parque têxtil cearense, que atualmente ocupa a segunda posição no ranking nacional. A meta de produção prevista no Plano Plurianual (PPA) estimada para o período de 1999-2002, visa ao atendimento de cerca de 50% da demanda de pluma de algodão do Parque Têxtil cearense, que em 2002 deverá estar situada na casa das 150 mil toneladas de pluma/ano.

Em 2000, a SDR propiciou as condições objetivas para o fortalecimento da cultura do algodão,

integrando os principais parceiros dessa cadeia produtiva (agentes creditícios, produtores, usineiros e industriais) e incentivando o plantio das novas variedades do algodão herbáceo CNPA-7H e do semiperene CNPA-7MH. Com essa finalidade, foram distribuídas 1.113 toneladas de sementes selecionadas e realizada a capacitação de 659 produtores através da EMATERCE. A produção total de pluma de algodão foi de 25.614 toneladas, 85% superior ao observado no ano anterior, mesmo com a infestação da praga do bicudo, principal responsável por 20% da perda da produção estimada de algodão em caroço. A produção de algodão em caroço foi de 73,6 mil toneladas no ano 2000 em comparação com 39,8 mil toneladas em 1999.

Para evitar a infestação do bicudo na próxima safra, a SDR, no período de julho a dezembro de 2000, implementou uma ampla ação de combate à essa praga, alocando recursos da ordem de R\$ 1,7 milhão. As ações integradas buscaram reduzir drasticamente a infestação do bicudo, especialmente nos 34 municípios maiores produtores de algodão (com área superior a 1.000 ha/município), cobrindo uma área total de cerca de 70 mil hectares, correspondendo a 65% da área atual dessa cultura no Estado do Ceará. Nesses municípios (localizados principalmente nas regiões do Sertão Central, Igatu e Baixo Jaguaribe), foram difundidas téc-

nicas adequadas à catação dos botões florais, à prática do arranquio e queima dos restos culturais remanescentes.

Para aumentar a eficácia do combate à praga, foram disponibilizados 70 mil Tubos Mata Bicu-do (TMB), distribuídos estrategicamente nas áreas colhidas (1 TMB/ha). As ações massificadas, por sua vez, abrangeram 105 municípios (com área inferior a 1.000 ha/município) e atingiram cerca de 37 mil hectares, realizando-se um amplo trabalho de divulgação ao combate da praga, através do rádio, além da demonstração de práticas culturais adequadas (arranquio, queima e poda), distribuição de folders e cartazes, informes técnicos e fitas de vídeo.



HORA DE PLANTAR

O Governo do Estado do Ceará, com a execução do Programa Hora de Plantar, vem conscientizando os agricultores para substituírem o uso indiscriminado de grãos de baixa qualidade por sementes de alto potencial genético.

Esse Programa, ao longo dos últimos cinco anos, vem beneficiando a pequena produção, de forma integrada, com a distribuição de sementes fiscalizadas (arroz, feijão e milho), assistência técnica e crédito rural, por intermédio da EMATERCE e com o apoio do Ministério de Agricultura e dos agentes creditícios (BB e BNB). Com esse propósito, no período 1996/2000, foram implantados, cerca de 364 mil hectares com as culturas de arroz, milho e feijão, e distribuídas anualmente 1.706 to-

neladas de sementes, atendendo em média 92 mil produtores rurais.

O monitoramento permanente dos dados climáticos, através da FUNCEME, vem contribuindo para a obtenção dos atuais níveis de produtividade e produção de grãos no Estado.

O Hora de Plantar tem como público-alvo o pequeno produtor rural (proprietário, parceiro, meeiro ou arrendatário), o qual recebe sementes para o plantio de até dois hectares, podendo ser cadastrado aquele que tiver na agricultura a sua principal fonte de renda, indicado pela EMATERCE (com aval do Sindicato ou Associação rural) e que atenda às normas do Programa.

Os recursos aplicados em 2000 foram da ordem de R\$ 2,5 milhões, beneficiando 85 mil produtores e com área plantada de 69.354 hectares, sendo distribuídos 1.530 toneladas de sementes.

Parte deste incremento de 87% na alocação de recursos se deve à compra e distribuição de 40.000 plantadeiras manuais ou matracas que propiciou o atendimento de 84% dos produtores deste Programa, possibilitando a utilização deste instrumento para as culturas de arroz, feijão e milho.

A garantia de produção deste Programa para os produtores que se enquadram como agricultura familiar, tem o financiamento do Banco do Nordeste, mediante Programa Fundo de Aval que, no

período de 2000-2001, disponibiliza o montante de R\$ 50 milhões. Além do mais, cabe mencionar que o Programa Hora de Plantar, para a safra de 2000-2001, recebeu cerca de 1.200 silos para armazenamento de sementes produzidas pelos agricultores do citado Programa.

Finalmente, é importante destacar que este Programa vem propiciando a produção de sementes, em comunidades rurais, para produção de milho. Nessas comunidades, como por exemplo, em Livramento, no Município de Abaiara, a produtividade do milho foi de 3.500 quilos por hectare, enquanto a média no citado Município foi de 2.700, ou seja, a produtividade observada nesta Comunidade foi aproximadamente 30% superior à média municipal. Esta tendência se observa para as demais Comunidades envolvidas nesta programação.



RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA DE SEQUEIRO

A cultura do caju merece destaque entre a fruticultura de sequeiro não somente pela sua importância como supridora de matérias-primas para as pequenas, médias e grandes unidades industriais instaladas no Estado mas também pelo que representa na ocupação da mão de obra no meio rural e urbano, na geração de renda e no que representa a castanha para a economia estadual.

A operação de substituição de copas não pôde seguir o seu curso normal devido à coincidência com o início da floração dos cajueirais, como também devido à falta das definições entre os agentes creditícios no que se refere aos encargos financeiros, prazos e carências da linha de crédito em apoio a

essa atividade. Esse projeto será retomado a partir dos meses de março e abril de 2001, época propícia para a instalação dos pomares e às operações de enxertia.

Mencione-se, ainda, a assistência técnica prestada pela EMATERCE a 3.349 produtores, o que contribuirá para um aumento da produtividade das novas áreas de cajueirais instaladas. No que se refere à produção de castanha, apesar do excesso de chuvas no período da floração, as estatísticas oficiais registraram ainda uma colheita da ordem de 46 mil toneladas de castanha de caju, 40,8% abaixo daquela obtida em 1999, que foi de 78 mil toneladas. Esta redução foi causada pela ocorrência de chuvas extemporâneas que provocaram a praga da antracnose.



DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA

O Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprino-cultura do Estado do Ceará vem difundindo e disseminando tecnologias modernas – utilização da inseminação artificial, monta controlada e demais práticas de manejo, dotando os criadores de condições para aumentar a produtividade dos rebanhos, a melhoria dos produtos ofertados e a integração da cadeia produtiva com a indústria e o mercado.

Em 2000, os principais pontos a destacar em favor do desenvolvimento dessa atividade referem-se:

- assinatura do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e o Banco do Nordeste,

que disponibilizou cerca de R\$ 20,0 milhões para aplicação na cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura do Estado do Ceará; e criação do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Ovinocaprinocultura na Região Nordeste — PRODECAP pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento — MA, disponibilizando R\$ 70,0 milhões para serem aplicados no Nordeste através do BNDES.

- trabalho de marketing, coordenado pela SDR e realizado com o apoio dos demais parceiros (Associações de Criadores, EMATERCE, EMBRAPA, Universidade e FAEC) junto aos produtores, consumidores, supermercados e proprietários de restaurantes, visando ao fortalecimento de toda a cadeia produtiva, resultando no aumento da oferta de ovinos e caprinos de melhor qualidade para o atendimento do mercado interno.

O resultado do trabalho de integração da SDR junto aos demais parceiros que compõem o PRODECAP possibilitou que, em 2000, fossem assistidos 6.621 criadores de caprinos e 8.231 criadores de ovinos, beneficiando um rebanho de 151 mil e 224 mil de cabeças, respectivamente, gerando um total de 8.783 empregos diretos e indiretos. Com recursos repassados pelo Banco do Nordeste, foram

financiados 476 projetos de investimentos (ovinos e caprinos) no valor de R\$ 3,6 milhões. Foram implantadas e modernizadas 800 unidades produtivas, que contribuíram para o aumento da taxa de desfrute dos rebanhos caprino e ovino dos produtores orientados pela EMATERCE, passando da média atual de 42,80% para 52%, considerando-se a média de desfrute dos dois rebanhos. Essa média de desfrute foi alcançada pelos 800 produtores das unidades produtivas.



MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA

Em apoio ao setor da pecuária, a SDR fomentou também a realização de 18 exposições e feiras agropecuárias, atraindo 635 expositores com 18.743 animais expostos, possibilitando a aplicação de R\$ 4,12 milhões. Esses recursos foram repassados pelos agentes creditícios BB, BNB, e pelos próprios criadores, financiando a aquisição de 3.161 animais das raças bovina de leite e de corte, 5.294 cabeças de caprinos e ovinos, incluindo matrizes leiteiras especializadas e reprodutores puros de origem (PO). Além disso, esses eventos facilitaram a aquisição de máquinas e equipamentos, modernizando, principalmente, as unidades de produção especializadas na exploração da pecuária de leite e naquelas voltadas para o criatório intensivo e semiextensivo de ovinos e caprinos.



PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES —

O Programa de Pesca e Aquicultura visa apoiar a atividade pesqueira extrativista e o cultivo aquícola, tanto continental como marítima. Objetiva-se assim, aumentar a oferta do pescado com vistas a reduzir o déficit existente, gerar renda e oferecer novas oportunidades econômicas sustentáveis para investidores de maneira em geral.

Dentre as ações desenvolvidas no ano 2000, destaca-se o Programa de Repovoamento de Açudes Públicos, Comunitários e de Áreas Reformadas, que realizou o repovoamento em 110 açudes, com 1.250 mil alevinos de tilápia, carpa e curimatã, estimando-se uma oferta de cerca de 180 toneladas de pescado para a população.

No âmbito da aquicultura continental, foi implantado um projeto de cultivo superintensivo de peixes em gaiolas flutuantes junto à entidade comunitária, localizada no Município de Jaguaribe.



IV

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA





DEFESA AGROPECUÁRIA

Esse Programa tem como objetivo controlar as enfermidades dos animais, pragas e doenças dos vegetais, introduzidas pelo trânsito de animais vivos, vegetais, materiais vegetais (mudas, gêmulas, estacas e sementes), de seus produtos e subprodutos, que circulam através das fronteiras do território cearense e entre as diversas regiões do Estado.

O trabalho que recebe apoio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura e Abastecimento, com recursos financeiros, é realizado através de cinco Postos de Fiscalização Zoofitossanitária, localizados nos Municípios de Aracati, Jati, Crato, Parambu e Penaforte, mantendo em rodízio equipes de fiscalização durante 24 horas/dia. As ações de Defesa Agropecuária são realiza-

das pelas Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV) e Centros de Atendimento ao Cliente (CEAC) da EMATERCE, com atuação em todo Estado do Ceará.

Em 2000, o controle de doenças dos animais realizado resultou na aplicação de 931 mil doses de vacinas contra febre aftosa, 243 mil contra a raiva dos herbívoros, 787 bezerras contra brucelose bovina e 334 mil em aves contra a doença de newcastle.

A continuidade do Programa contribuiu para a não ocorrência da febre aftosa, há quase quatro anos no Estado do Ceará, graças ao trabalho realizado nos Postos de Fiscalização Zoofitossanitária, com exigência da Guia de Trânsito de Animais-GTA. E o que influenciou também para a não instalação e disseminação da febre aftosa foi a ampla divulgação que vem sendo feita através de ações continuadas e de campanhas realizadas pela SDR, através de sua vinculada, EMATERCE, utilizando-se dos principais meios de comunicação, de farta distribuição de material informativo e de orientação, envolvendo, inclusive, os agentes de saúde da rede estadual.

No que se refere ao segmento da agricultura, o Programa desenvolveu ações junto aos hortigranjeiros da Região da Ibiapaba para o uso correto de agrotóxicos, objetivando mudar a qualidade na produção vegetal das áreas contempladas com o

uso de tecnologias apropriadas. A agricultura orgânica, bastante difundida entre os agricultores, foi utilizada como tecnologia alternativa para reduzir os efeitos deletérios do mau uso dos agrotóxicos e para garantir produtos com qualidade, sem riscos para a saúde dos consumidores.

Ainda sob a coordenação da SDR e com a execução da EMATERCE, foram desenvolvidas várias ações de profilaxia e controle de pragas das culturas de expressão econômica para o Estado, a exemplo do Bicudo do Algodoeiro, da Mosca Branca, que atacam vários hospedeiros, e da Mosca das Frutas, com ação bastante danosa às fruteiras.

Técnicos e produtores foram treinados sobre os mais variados assuntos do segmento da defesa agropecuária, destacando-se o uso correto de agrotóxicos, manejo integrado de pragas em hortaliças, fertirrigação, agricultura orgânica, técnicas de compostagem, vacinação de bovinos, ovinos, caprinos e vermifugação.

Por fim, vale destacar que o Governo do Estado sancionou as Leis N^os 13.066 e 13.067, de 17/10/2000, referentes à defesa sanitária vegetal e defesa sanitária animal, respectivamente. Com as citadas Leis, o Governo do Estado pode estabelecer normas mediante Portarias no sentido de controlar as pragas, doenças e endemias dos animais e vegetais.



CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

O Serviço de Classificação de Produtos de Origem Vegetal é executado pela SDR, por delegação do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através de convênio.

Em 2000, foram classificados 1,2 milhão de toneladas de produtos, representando 108% do total programado, com destaque para os produtos importados e algodão em pluma produzidos no Estado do Ceará.

O Serviço de Classificação também mantém uma equipe de instrutores técnicos, composta de engenheiros agrônomos, que elaboram e promovem cursos de classificação de produtos de origem vegetal em nível estadual e nacional.



INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tem como objetivo examinar todos os produtos de origem animal, processados em estabelecimentos registrados na SDR, que façam comércio intermunicipal, propiciando a oferta de produtos sanitariamente compatíveis com o consumo da população.

Em 2000, foram inspecionados permanentemente 11 abatedouros frigoríficos e 49 miniusinas que processam leite e outros produtos correlatos, examinando-se mais de 973 mil bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves, registrando-se um incremento de 8,13% na quantidade de bovinos inspecionados, e, em aves, uma expressiva elevação de

mais 234,8% em comparação ao mesmo período do ano de 1999.

O Serviço de Inspeção Estadual conta com o apoio do Laboratório Animal (UNILAN), administrado pela SDR (Convênio MA/SDR), que presta serviços à Defesa Sanitária Animal com o diagnóstico de doenças infectocontagiosas e parasitárias, tendo sido realizado 25 mil análises no ano de 2000.



COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A Central de Abastecimento do Ceará — CEASA é uma organização autossuficiente de recursos para operacionalização de suas despesas de custeio e investimento. O Tesouro estadual não necessita aportar recursos para esta Instituição.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições para o suprimento alimentar de hortigranjeiros da Região Metropolitana de Fortaleza — RMF, o Programa teve como meta para 2000 comercializar 360 mil ton/ano, sendo comercializado um volume total de 367,2 mil toneladas, superando o previsto. No corrente ano, a CEASA deu pleno aproveitamento ao Galpão do Produtor de Frutas (GPF), com a de área 3.000 m², registrando um vo-

lume comercializado da ordem de 50.360 toneladas, e reorganizou o Galpão de não Permanentes (GNP), com uma área 7.200 m², racionalizando a setorização e facilitando a comercialização.

Outras iniciativas modernizadoras, implementadas pela CEASA com recursos próprios e do Banco do Nordeste — Finep, foram concluídas, tais como: 1) Informatização dos procedimentos operacionais, administrativos e financeiros, que possibilitou a confecção de relatórios gerenciais, colocação em rede das estatísticas de produção e comercialização interligando a CEASA à SDR/vinculadas e às demais congêneres do país. Essa rede de informações conectadas permite, em tempo real, dar visibilidade ao mercado, facilitando o escoamento onde há excesso de produção para os mercados onde existe escassez, de modo a beneficiar produtores, atacadistas, varejistas e o consumidor final; 2) Modernização da rede telefônica, com capacidade para operacionalizar 150 troncos e 448 ramais, e da rede elétrica, garantindo o funcionamento do sistema de refrigeração; 3) Instalação de um circuito fechado de televisão no GNP, para permitir maior controle dos usuários, facilitar a vigilância e oferecer maior segurança aos frequentadores da CEASA; 4) Recuperação da rede elétrica de alta tensão, com instalação de banco — capacitores em todas as subestações.

Ressalte-se que apenas o Mercado do Produtor da Ibiapaba está sendo revitalizado com a implantação de informática até junho/2001. O Mercado de Baturité conta apenas com uma pequena área de comercialização, vez que o restante foi permissionada pelas Secretarias da Saúde e Educação. Quanto ao Mercado de Uruburetama está sendo negociada sua cessão para a Prefeitura Municipal, mediante Termo de Comodato.

No que diz respeito às barracas nas alamedas, foram eliminadas todas as barracas de lanches/refeições e de comercialização de carnes. As barracas de lanches/refeições foram transferidas para áreas permanentes nos galpões dos produtores de frutas/hortaliças. Já a comercialização de carnes, foi totalmente transferida para uma área específica devidamente setorizada.

No tocante aos galpões previstos para 2000, estes não foram construídos por força de limitação de recursos que deverá ocorrer no ano 2001. A estrutura de frios na CEASA/CE, inclusive a climatização de banana, é toda particular (permissionários).



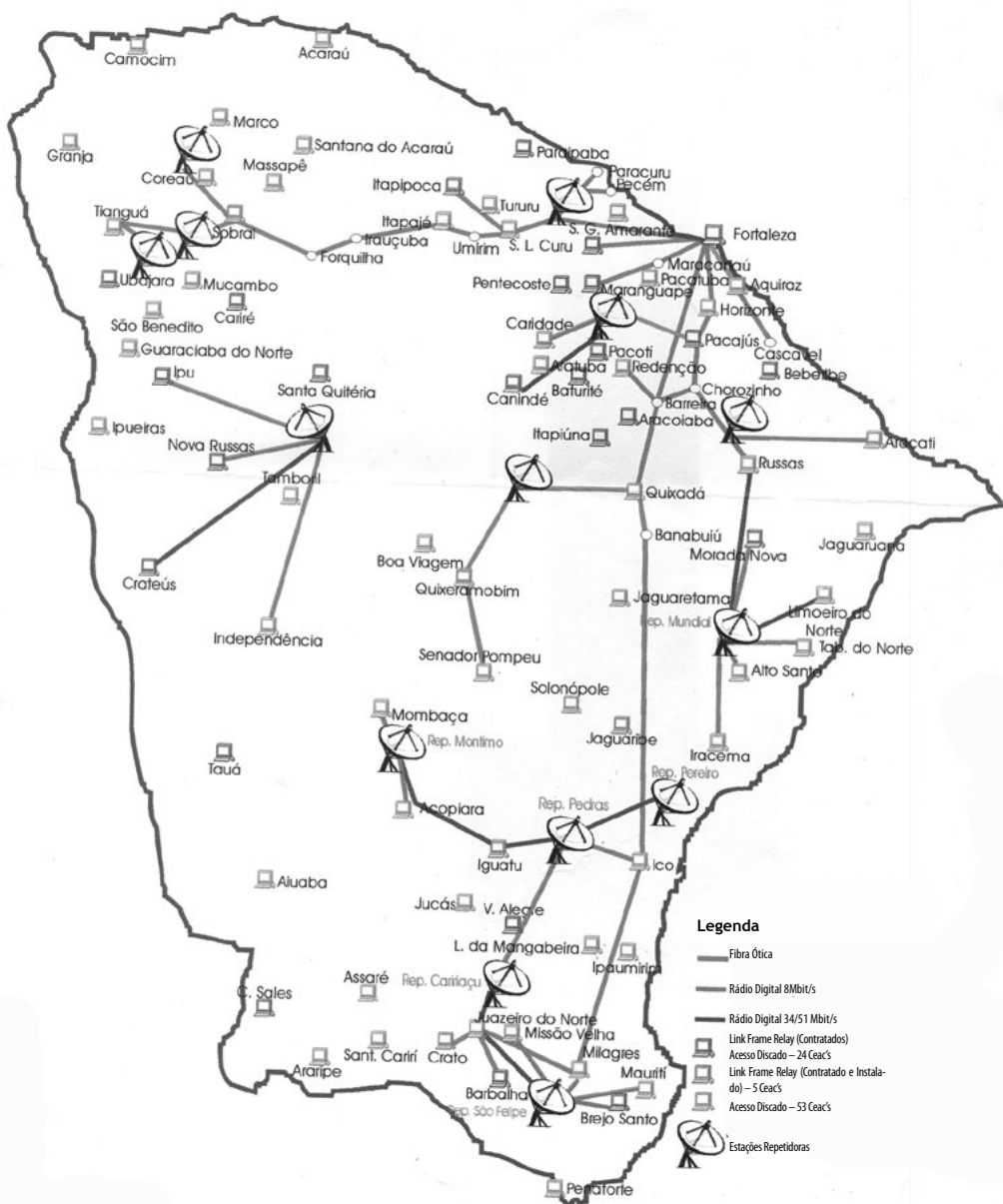
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentre as atividades do Programa de Tecnologia da Informação, cabe destacar o Projeto Modernização do Programa Hora de Plantar, que objetiva atender aos CEACs na operacionalização, auditoria e acompanhamento do sistema para descentralização do Programa.

Outro ponto que merece destaque é o Programa que controla a produção de grãos e hortifrutigranjeiros do Estado, gerando um banco de dados único no Estado. São informações reais de área plantada, área colhida, produção e produtividade de todos os produtos cultivados e acompanhados no Ceará pelos técnicos da EMATERCE.

Para execução destes Programas e dos demais, a SDR adquiriu equipamentos de informática e software com o propósito de melhorar o nível de eficiência e eficácia. Dentre eles, destacamos o adicional de quatro microcomputadores pentium 450, ultrapassando mais de 150 na SDR. Para operar esse sistema, foi instalada uma Rede Remota interligada por fibra ótica, estações repetidoras, telefonia e rádio digital. Assim, todos os CEACs estavam em comunicação com um fluxo de informações e dados com a Diretoria à central da EMATER-CE em Fortaleza e com alternativa de intercâmbio virtual entre as unidades operadoras da Empresa e centros de pesquisa e de assistência técnica e extensão de outros Estados. (Ver esquema ao lado)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATERCE
REDE REMOTA





QUARTA PARTE

Ano 2001

A falta de uma política adequada e abrangente para enfrentar a pobreza tem resultado na desintegração de quadro rural, sem que o progresso econômico da cidade e de campo sejam atingidas.





OS RESULTADOS DE 2001

O Plano de Ação da Secretaria de Desenvolvimento Rural para o Ceará, para o período de 1998-2002, objetiva acelerar a taxa de incremento da agropecuária do Estado, aumentar a produtividade do setor e integrar as atividades não agrícolas no meio rural.

Para o alcance dos propósitos acima, foram delineadas várias frentes de atuação. Destacam-se nesse particular o combate à pobreza, modernização da agricultura tradicional e atividades governamentais de apoio à agropecuária.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) atua através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE, do Instituto de De-

envolvimento Agrário do Ceará — IDACE e da Central de Abastecimento do Ceará — CEASA.

A seguir, estão indicados os principais resultados alcançados no ano de 2001, obtidos da parceria com as demais secretarias que atuam no meio rural, e a contribuição dos agentes financeiros (Banco do Nordeste e Banco do Brasil).



I

COMBATE À POBREZA RURAL





PROJETO SÃO JOSÉ

Este Projeto contabilizou, nos últimos anos importantes resultados qualitativos e quantitativos, notadamente no que se refere à ativa participação do seu público-alvo no planejamento e implementação dos subprojetos selecionados em suas comunidades. Assim, desde o seu início, em 1995 até 2001, o total de recursos aplicados foi da ordem de R\$ 211 milhões, permitindo o acesso das populações mais pobres às atividades produtivas, assim como aos benefícios da infraestrutura básica (eletrificação e abastecimento de água). Neste período, foram liberados recursos referentes a 5.809 subprojetos, atendendo a 5.032 comunidades (sem repetição) localizadas em 177 municípios, beneficiando diretamente 335 mil famílias rurais, o que corresponde a 68% do total da população rural do Estado.

Quanto à eletrificação rural, segundo dados do IBGE, em 1995 apenas 25% dos domicílios rurais do Estado estavam eletrificados. Com as ações do Projeto São José, em 2000, o percentual de domicílios rurais do Estado com eletrificação atingiu a cifra de 63%. Portanto, no período de 1995 a 2001, foram atendidas 2.835 comunidades, com 2.917 subprojetos de eletrificação, beneficiando 171 mil famílias em 173 municípios, com investimentos totais da ordem de R\$ 92,08 milhões.

No caso do abastecimento de água, foram financiados 970 subprojetos, beneficiando 72 mil famílias, em 951 comunidades, de 140 municípios, no valor de R\$ 46,9 milhões. Vale ressaltar que a maioria foi para implantação de rede de distribuição e ligação domiciliar, localizados especialmente na rota dos carros-pipa, visando solucionar definitivamente o problema de abastecimento de água para consumo humano, além de contar, via de regra, com um bom gerenciamento das próprias comunidades.

No período de 1996 a 2001, foram realizados 334 eventos de capacitação, com a participação de 11 mil pessoas envolvidas no Projeto São José, os quais foram habilitados para o uso de técnicas, aquisição de bens e contratação de serviços, elaboração de prestação de contas e procedimentos gerenciais na instalação e manutenção dos subprojetos. Também foi desenvolvida uma ampla

ação de capacitação, envolvendo membros de associações beneficiadas, e técnicas de Órgãos Estaduais coparticipantes do Projeto.

Tem sido preocupação constante da SDR a realização de acompanhamento e supervisão sistemática dos subprojetos em operação, com vistas a avaliar o grau de eficiência na gestão dos empreendimentos comunitários, bem como na orientação para solucionar os problemas que estejam dificultando o funcionamento pleno do investimento.

No apoio ao processo de Reforma Agrária clássico, recentemente foi concluído o segundo convênio entre o Governo do Estado (SDR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA), que atendeu a 205 subprojetos (eletrificação e abastecimento de água), beneficiando 10 mil famílias, com aplicação de recursos financeiros totais da ordem de R\$ 9,7 milhões.

O Projeto São José, ao longo da execução, vem gerando inúmeros aspectos positivos que foram capazes de melhorar realmente as condições de vida do público-meta do programa, bem como modificar, comportamentos, posturas e atitudes que dificultavam maior eficácia e eficiência das ações do poder público estadual. Entre estes aspectos, destacam-se:

- Processo de atuação integrada com órgãos setoriais do governo estadual, objetivando

partilhar estratégias com outros programas e projetos em implementação;

- Atendimento de serviços básicos a comunidades raramente beneficiadas pelos mecanismos institucionais centralizados;
- Desenvolvimento de amplo programa de capacitação, principalmente para os beneficiários das ações e conselheiros do CMDS;
- Custos mais baixos dos subprojetos (40% a 60%) em comparação com os mecanismos tradicionais;
- Melhoria no processo de organização das associações comunitárias, mediante conscientização e participação da população no planejamento e na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do município;
- Conforme estudo realizado pelo Banco Mundial, com base na avaliação de meio termo, no período de 1996 a 1999, 1.429 projetos de eletrificação implantados geraram os seguintes impactos: 67 mil famílias beneficiadas, 2.219 ligações comerciais, 29.248 ruas iluminadas, 103 mil aparelhos elétricos adquiridos, 374 turnos noturnos criados em escolas de comunidades rurais e 298 comunidades beneficiadas com a implantação de sistemas de irrigação.

Estudos recentes, realizados por entidade ligada à Universidade Federal do Ceará, indicam que o Índice de Qualidade de Vida de 700 famílias que vivem em imóveis adquiridos em caráter piloto, com recursos do Projeto São José, teve acréscimo de 70%.

A avaliação de meio termo realizada em 1997, revelou que o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – IDES das famílias beneficiadas com ações do Projeto São José é superior em 6,8% se comparado às famílias não atendidas; O mesmo estudo revelou que o Índice de Desenvolvimento de Vida – IDV das famílias beneficiadas é 20,04% maior em relação às unidades familiares que não participam do Projeto. Referido estudo mostrou também que, nas comunidades atendidas pelo Projeto São José, o índice de analfabetismo, em relação as não beneficiadas, é menor em 19,92%.

A experiência comprova, entretanto, que o benefício mais importante do Projeto São José é a forte contribuição na formação do capital social na comunidade. Representa um instrumento para fortalecer, na prática, a capacidade da comunidade de organizar para resolver seus problemas, exercendo, assim, o processo de cidadania.



PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, coordenada em nível de Estado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, em 2001 liberou recursos, através da Caixa Econômica Federal em convênio com os municípios, da ordem de R\$ 17,1 milhões, beneficiando 191 mil famílias de produtores rurais em infraestrutura rural nos 106 municípios do Estado incluídos no programa.

A Empresa de Assistência Técnica apoiou o programa de crédito do PRONAF executado pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Neste particular a EMATERCE preparou projetos para os pro-

dutores apresentarem aos bancos e assistiu, com orientação técnica, a 110 mil agricultores. Os bancos repassaram, em créditos de investimento e custeio, o montante de R\$ 53,0 milhões, atendendo cerca de 30 mil agricultores.



PRORENDA RURAL

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda, resultante de um convênio bilateral entre os Governos Brasileiro e Alemão, através do Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)/Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), vem capacitando comunidades de pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, em municípios do litoral cearense, para um melhor planejamento e gestão das suas atividades.

Foram muitas as atividades desenvolvidas por esse programa, em 2001, na área de capacitação de técnicos e produtores rurais.

Os dados são significativos, porém, mais importantes são os efeitos produzidos junto aos produtores. Em muitos casos, observou-se uma mudança de postura no aspecto de gestão de suas atividades e negócios comunitários.

No ano 2000, iniciou-se um trabalho com os técnicos da EMATERCE, dos municípios de Cascavel e Beberibe, respectivamente, nas comunidades de Balbino e Serra do Félix, pelos cinco técnicos alemães da Universidade de HUNBOLDT-UNIVERSITÄT ZU BERLIN, sobre o Monitoramento Qualitativo de Impacto e o desenvolvimento de Indicadores para Extensão Rural. Foi escrito um livro roteiro de como aplicar os dados para o ano de 2001, e realizou-se um seminário e visita aos cinco Centros de Atendimento aos Clientes da EMATERCE, onde foram aplicados questionários, esperando para o próximo ano os primeiros resultados da qualidade do trabalho e consequentemente, ampliação, no futuro, para toda área de ação.

Outro trabalho executado foi o de Gerenciamento do Trabalho da EMATERCE (Aracati, Cascavel, Itapipoca, S. Gonçalo e Paraipaba), onde foram abordados temas como Comunicação interna, Gerência participativa, de conflito, Planejamento, delegação e gerência, Relações interpessoais, Trabalho em equipe. Este trabalho desenvolveu-se, mensalmente, no período de abril – novembro,

onde os beneficiários tiveram a oportunidade de por em prática os ensinamentos recebidos, principalmente nos aspectos de sentimento de equipe, relacionamento e no gerenciamento dos trabalhos.

Os seminários e encontros constituíram-se em momentos importantes para avaliação dos trabalhos, permitindo correções e redirecionamento das ações, além da troca de experiências entre os participantes.

No assessoramento ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Beberibe, foram realizadas várias reuniões e seminários, visando a sua avaliação em caráter essencialmente participativo, em conjunto com extensionista da EMATERCE, Prefeitura e Comunidades.

Na comunidade de Tatajuba – Camocim, foram desenvolvidos estudos e elaborado um Manual para Análise de Impacto Social, visando oferecer uma avaliação de boa comparabilidade, adaptada à realidade local, para servir de instrumento de monitoramento.



AÇÃO FUNDIÁRIA

O Governo do Estado vem atuando no encaminhamento das questões agrárias, através do Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra, Titulação de Terras, Assentamentos Rurais Estaduais, e, como parceiro, na execução de trabalhos para melhoria e viabilização dos Assentamentos Rurais implantados pelo INCRA com apoio do Projeto São José.

O objetivo maior dessas ações é democratizar a posse e otimizar o uso da terra implementando um conjunto de atividades voltadas para a reestruturação fundiária do Estado do Ceará.



REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — BANCO DATERRA —

O Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra, trata-se da continuidade de uma experiência bem-sucedida, desenvolvida em caráter pioneiro, pelo Governo do Estado do Ceará, através do Projeto Piloto de Reforma Agrária Solidária, no âmbito do Projeto São José em 1997. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará em 44 imóveis na esfera deste Programa constatou que o índice médio de qualidade de vida das 700 famílias beneficiadas alcançou a taxa de 70%. A experiência ensinou que o Governo Federal criasse, a partir de 1998, com a mesma estratégia, um novo Programa, denominado inicialmente Cédula da Terra, em cinco (5) Estados; e, atualmente,



com expansão para vinte (20) Estados através do Banco da Terra.

O Programa tem como finalidade desenvolver novo modelo de reestruturação agrária, possibilitando a aquisição de imóveis através de apoio financeiro reembolsável por parte das organizações comunitárias, compostas por trabalhadores sem-terra ou minifundiários, no qual os próprios trabalhadores negociem a aquisição da terra diretamente com os proprietários rurais. É também objetivo do Programa dotar as áreas adquiridas ou assentamentos em condições de infraestrutura, através do financiamento de investimentos não reembolsáveis, às associações comunitárias dos próprios beneficiários, para que o imóvel se torne autossustentável. Um dos aspectos mais importantes do Programa é a estratégia de descentralização com as decisões ficando a cargo dos beneficiários.

No período de 1997 a dezembro de 2001, foram adquiridos 264 imóveis, com área total de 165,3 mil hectares, e liberados recursos destinados a 1.096 subprojetos, sendo 876 de infraestrutura produtiva e 220 de crédito de instalação, perfazendo uma quantia da ordem de R\$ 50,7 milhões, que beneficiou 4.200 famílias em 124 municípios.

Impactos

Estudo levado a efeito nos 44 imóveis adquiridos na fase piloto do Programa, no âmbito do Projeto São José, através de entidade ligada à Universidade Federal do Ceará, indica que ocorreu acréscimo, em média, de 70% no Índice de Qualidade de Vida das 700 famílias beneficiárias. O mesmo estudo revelou que este mesmo índice cresceu, nos imóveis localizados nos municípios de Quixadá, Cedro e Iguatu, em 152%, 104% e 77%, respectivamente.

Capacitação

Também no âmbito do Programa de Reforma Agrária Solidária — Banco da Terra é desenvolvido um amplo processo de capacitação, com recursos do Projeto São José. Neste sentido, foram ministrados treinamentos para os beneficiários do Programa, principalmente em processo licitatório e prestação de contas, bem como nos aspectos gerenciais dos empreendimentos, incluindo organização social, custo de produção, comercialização e administração rural.

Todos os conselheiros dos CMDS foram informados acerca das normas de operacionalização do Programa, permitindo, assim, que os colegiados pudessem desempenhar, com eficiência, suas missões.

Parcerias

Para a implementação das ações do Programa de Reforma Agrária Solidária – Banco da Terra, a Secretaria de Desenvolvimento Rural conta, de forma integrada, com a parceria de dez Secretarias de Estado e suas entidades descentralizadas, destacando-se, dentre elas, o IDACE, EMATERCE, SOHIDRA, SEINFRA, DERT e CAGECE, cada uma na sua área específica de atuação. A EMATERCE, em função de sua capilaridade e missão básica, tem importante papel tanto no processo de prestação de assistência técnica aos imóveis adquiridos como nos aspectos gerenciais e organizacionais.



OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO À REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

No âmbito do Programa de Reforma Agrária Institucional do Estado, em 2001, foram assentadas 501 famílias e redistribuídos 24 mil hectares. Atualmente existem 32 assentamentos estaduais, orientados pelo IDACE, com 800 famílias residentes.

O reassentamento rural involuntário consistiu na aquisição de áreas para relocação de famílias atingidas pela construção da barragem do Castanhão. Em 2001 foram reassentadas 345 famílias na área do Projeto.

O IDACE vem desenvolvendo trabalho de regularização fundiária e legalização das posses precárias das terras mediante titulação de imóveis. Em 2001 foram expedidos 988 títulos, beneficiando

do 1.185 famílias; muito desses documentos foram entregues aos respectivos beneficiários no ano de 2002.

Finalmente o IDACE tem executado a capacitação dos assentados pela reforma agrária na área de gestão e tecnologia e de produção dos seus empreendimentos, visando à melhoria no processo produtivo. Em 2001 foram capacitados 1.191 assentados.



II

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL





PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO DE SEQUEIRO

O Programa de Produção de Milho Híbrido de Sequeiro, em seu terceiro ano de execução e doravante com a área de atuação ampliada para as regiões de Crateús e Baturité, vem experimentando alentadores resultados. Além da aplicação e difusão de novas tecnologias nas unidades produtivas localizadas nas áreas de sequeiro, contribuiu para o aumento da produtividade média da cultura que alcançou 1.600 kg/ha.

Em relação aos resultados alcançados em 2001, de acordo com as linhas de ação do Programa, foram distribuídas 392 toneladas de sementes, implantadas tecnicamente, através das equipes que compõem os quinze Ceacs da EMATERCE

localizados na área produtora de milho híbrido. O aumento foi de 54% em relação ao ano de 1999.

O esforço conjunto da ação de governo com os produtores rurais, prefeituras municipais e entidades ligadas ao setor resultou numa produção total de 24 mil toneladas de milho híbrido. Ressalte-se, ainda, o atendimento ao crédito rural, através de repasse de recursos do Banco do Nordeste, Banco do Brasil, e, a assistência técnica a 23 mil produtores rurais por intermédio da EMATERCE, superando em 20% a meta prevista no Plano Operativo 2001.



DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA

O Programa da Cotonicultura vem sendo desenvolvido para oferecer aos cotonicultores incentivos no que se refere a sementes selecionadas, tecnologia gerada pela EMBRAPA, e assistência técnica fornecida pela EMATERCE. Com esses incentivos básicos, espera-se que os cotonicultores aumentem a sua produção e produtividade e possam atingir uma média em torno de 1.200 kg/ha.

O Governo do Estado, em 2001, disponibilizou para os cotonicultores 693 toneladas de sementes selecionadas e distribuiu aproximadamente 184 toneladas. Isso deveu-se às baixas precipitações ocorridas nesse ano, o que provocou uma redução muito grande na intenção de plantio. Outro fato ocorrido foi o grande receio dos cotonicultores

com relação ao ataque da praga do bicudo do algodoeiro.

Para atender aos cotonicultores, a Assistência Técnica já detém esta tecnologia capaz de controlar a praga do bicudo. A SDR e a EMATERCE vêm executando um amplo programa de arranquio e queima dos restos culturais e de distribuição de tubos mata bicudo. Esses são imprescindíveis no controle da praga e deverão ser instalados antes do plantio e depois da destruição dos restos culturais. Em 2001, foram adquiridos 70 mil tubos para serem distribuídos nos 34 municípios maiores produtores de algodão do Estado, mas, em virtude da grande resistência dos cotonicultores com relação ao arranquio e queima dos restos culturais do algodão, somente foram distribuídos cerca de 21 mil tubos, correspondendo à igual número de hectares erradicados.

A Assistência Técnica assistiu em torno de 12.000 mil cotonicultores, levando a tecnologia recomendada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de auxiliar uma grande parte dos cotonicultores com a elaboração de planos de crédito. Segundo dados do IBGE, em 2001, a cultura ocupou 29 mil hectares e obteve 14.000 toneladas de algodão em rama, com uma produtividade de cerca de 462 kg/ha.

Apesar das baixas precipitações ocorridas na maioria dos municípios produtores de algodão,

onde em alguns lugares a perda chegou a mais de 60%, hoje, devido à tecnologia empregada, conseguimos produtividade superior aos anos de estiaagem, como em 93, que não superou a casa dos 150 kg/ha.

Um grande passo para contribuir com o desenvolvimento da cotonicultura estadual está sendo dado este ano com o processo de deslintamento das sementes de algodão, que serão distribuídas no próximo ano. O processo traz inúmeras vantagens, principalmente a economia na quantidade de sementes por hectare, devido à retirada de todas as sementes chochas, imaturas e quebradas no processamento, ficando somente as que são capazes de germinar. Por outro lado, facilita também o trabalho dos cotonicultores, porque não é mais preciso fazer a prática do desbaste, e com as sementes deslintadas obteremos os stands mais uniformes, o que em consequência resultará num aumento de produtividade.



HORA DE PLANTAR

O Programa Estadual de Sementes foi reestruturado a partir de 1987, com a denominação de “Arrancada da Produção”, e continua sendo mantido pelo Governo do Estado, ano a ano, agora com o nome Hora de Plantar. Ele se destina a distribuir sementes de elevado potencial genético aos mini e pequenos agricultores cearenses, os quais, devido à situação de penúria em que vivem, não dispõem das sementes para o plantio das suas áreas no início da quadra invernos. Por essa razão, o Governo, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, disponibiliza para esse público, na época adequada para o plantio, as sementes de arroz, milho e feijão. O Programa exerce também ações de cunho social quando atende às necessidades da população

agrícola carente, tecnicamente, não é só pela oferta de sementes que o programa possibilita aos agricultores um significativo aumento da produção e produtividade, mas pela substituição dos grãos de baixo rendimento utilizados no plantio.

O programa Hora de Plantar destina-se à produção de culturas de subsistência como feijão milho e arroz. Seu público é constituído de mini e pequenos agricultores rurais. Sabe-se que a pequena produção desses agricultores situa-se na ordem de 800 kg/ha de feijão, 900 kg/ha de milho e 1.800 kg/ha de arroz de sequeiro. Para o presente exercício, o Programa pôs à disposição do seu público 1.465 toneladas de sementes de elevado padrão genético e de produtividade comprovada pela pesquisa. Desta quantidade ofertada, foram distribuídas 1.370 toneladas, atingindo um percentual de 83%, com uma área plantada de 63 mil hectares. Pelos dados apresentados, verificou-se uma sobra de 94,8 toneladas. Foram, contudo, beneficiados 68.064 agricultores. Segundo informações dos escritórios da EMATERCE, alguns agricultores deixaram de procurar as sementes, uns por estarem inadimplentes com o Programa, e outros, pela irregularidade das chuvas em suas áreas. Observa-se, claramente, que a ocupação da mão de obra familiar é um fato comprovado. À medida que o produtor aumenta a sua área de plantio, gera ocupação e renda nas comunidades rurais.



RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA DE SEQUEIRO

Ciente da importância econômica na produção de insumos para a indústria de doces, sucos e amêndoas de castanha, a cajucultura tem grande destaque social ao empregar mão de obra em larga escala durante a colheita, que se processa nos meses de entressafra de outras culturas.

Hoje, com o emprego de plantas anãs e precoces, novas práticas culturais estão sendo adotadas visando à obtenção de melhor produtividade com maior aproveitamento do pedúnculo pela facilidade de colheita. Para tanto, um maior adensamento de plantio e a substituição de copas em plantas improdutivas e/ou atípicas se fazem necessárias.

Em 2001, foram implantados 741 hectares de novas áreas e feita a substituição de copas em 503 hectares. A EMATERCE, por intermédio de 19 CEAC's, implantados nos polos da cajucultura, e com um total de 25 técnicos envolvidos, prestou assistência a 3.000 produtores em uma área de 45 ml hectares. E, em parceria com SDR/BN/FAEC/FETRAECE/DFA, foram ainda elaborados projetos no valor de R\$ 20 milhões de reais para dois anos.

No ano de 2001, foi criada a Plataforma do Caju, envolvendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia em parceria com o CNPq, financiou 20 bolsistas para trabalharem na região. Destes, cinco estão no Ceará, localizados nos pólos de Pacajus (2), Aracati (1), Itapipoca (1) e Granja (1), com o envolvimento de 17 escritórios da EMATERCE com o Agronegócio do Caju no Ceará.



DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA

O Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprino-cultura do Estado do Ceará vem difundindo e disseminando tecnologias modernas – utilização da inseminação artificial, monta controlada e demais práticas de manejo, dotando os criadores de condições para aumentarem a produtividade dos rebanhos, a melhoria dos produtos ofertados e a integração da cadeia produtiva com a indústria e o mercado.

Em 2001, a Secretaria de Desenvolvimento Rural apoiou a instalação de 871 unidades produtivas, com uma média de 100 matrizes para cada unidade, atingindo 110% da meta prevista. Ao Banco do

Nordeste coube a responsabilidade pela concessão de crédito aos empreendedores interessados.

A introdução destas 871 unidades produtivas proporcionou um melhoramento acentuado na qualidade do rebanho, fato observado pela excelência dos animais apresentados nas Exposições e comercializados nas Feiras Regionais. E a obrigatoriedade de se fazer uma reserva estratégica de forragens mediante orientação dada aos produtores, contribuiu para uma maior oferta de alimentos no período de estiagem, permitindo ao produtor reter seus animais no rebanho. O treinamento de produtores, fator indispensável para obtenção do crédito, melhorou muito os conhecimentos.



MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA

O Programa de Pecuária Leiteira foi bastante prejudicado pela estiagem. O programa de distribuição de sementes de sorgo forrageira (20t) contribui para o arraçoamento do rebanho assistido, no período seco, em forma de silagem. Com o treinamento de Inseminação Artificial proporcionado pela EMATERCE a cinco técnicos de seu quadro, serão dadas a curto prazo, respostas positivas na qualidade do rebanho leiteiro.



PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES

O objetivo principal desse Programa é estruturar a atividade da pesca continental e apoiar as pequenas comunidades que sobrevivem da pesca extrativista. Pretende-se assim, aumentar a oferta do pescado, com vistas à redução das deficiências protéicas da população, e a geração de renda, para oferecer novas oportunidades econômicas para pequenos investidores.

O Programa tem como linhas de ação o repovoamento de açudes com alevinos, para oferecer condições para pesca, e o incentivo de cultivo de pescado com a implantação de viveiros/tanques-redes.

Dentre as realizações, destacam-se: Repovoamento de 110 açudes em sete municípios com um

total de 1.250.000 alevinos, em convênio com a EMATERCE; outros açudes também serão contemplados com mais 2.500.000 alevinos. Destacam-se, ainda, como as principais atividades da SDR em apoio à pesca as seguintes: elaboração de subprojeto de cultivo intensivo de peixes em viveiros, no município de Itapiúna, Uruburetama e Assaré; apoio logístico para o fortalecimento da Associação Cearense de Aquicultores — ACEAq e Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado do Ceará — AEP/CE; realização de visitas de acompanhamento e supervisão a subprojetos de pesca e aquicultura financiados pelo Projeto São José; atendimento e orientação técnica ao público interessado em desenvolver a aquicultura e a pesca como fonte de renda; participação na elaboração do Decreto que regulamenta a exploração da aquicultura em águas de domínio do Estado, ou pela União delegadas; apoio técnico na elaboração do Projeto de piscicultura do Curupati/Castanhão.



III

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA





DEFESA AGROPECUÁRIA

O Programa de Defesa Agropecuária do Estado Ceará tem como objetivo a manutenção do sistema unificado de atenção à saúde animal e vegetal, mediante a execução descentralizada de ações e atividades delegáveis e inerentes à modernização e ao desenvolvimento institucional dos serviços de saúde animal e vegetal. O Programa também tem como finalidade direcionar ações de controle das enfermidades dos animais, das pragas e doenças dos vegetais, introduzidas pelo trânsito de animais vivos, vegetais, materiais vegetais (mudas, gêmulas, estacas e sementes), seus produtos e subprodutos, que circulam através das fronteiras do território cearense e entre as diversas regiões do Estado.

O trabalho, que recebe apoio da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante o provimento de recursos financeiros, na ordem de R\$ 600 mil, que, em 2001, somente foi liberado em novembro, é realizado através de cinco Postos de Fiscalização Zoofitossanitária, localizados nos municípios de Aracati, Jati, Crato, Parambu e Penaforte, mantendo em rodízio equipes de fiscalização durante 24 horas/dia. As ações de Defesa Agropecuária são realizadas pelas Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAVs), localizadas nos Centros de Atendimento ao Cliente – CEAC/EMATERCE, com atuação em 40 (quarenta) municípios do Estado do Ceará.

Embora enfrentando alguns obstáculos ocasionados pela escassez de recursos financeiros e pela seca imposta ao Estado, as atividades do Programa foram desenvolvidas a contento.

Alguns índices estão abaixo dos valores programados. Entretanto, essa situação promete mudar, uma vez que o Decreto nº 26.369, de 06/09/01, que regulamenta a Lei de Sanidade Animal, foi publicado em setembro de 2001. A Lei juntamente com o Decreto obrigarão os pecuaristas a vacinarem seus animais, sob pena de ficarem proibidos de comercializá-los internamente ou utilizá-los em qualquer transação comercial fora do Estado.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com a Secretaria de

Desenvolvimento Rural e a EMATERCE, estão desenvolvendo um Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica no Ceará, cuja meta é vacinar 1.000.000 de suínos contra a doença.

No que se refere ao segmento vegetal, o Programa desenvolveu ações junto aos hortigranjeiros da Região da Ibiapaba para o uso correto de agrotóxicos, ações estas que se baseiam no controle do uso de inseticidas, objetivando mudar a qualidade na produção vegetal das áreas contempladas com o uso de tecnologias apropriadas. A agricultura orgânica, bastante difundida entre os agricultores, foi utilizada como tecnologia alternativa para reduzir os efeitos deletérios do mau uso dos agrotóxicos e para garantir produtos com qualidade, sem riscos para a saúde dos consumidores. Unidades Demonstrativas sobre agricultura orgânica e práticas de compostagem foram instaladas na Região a fim de estimular os agricultores a adotarem essas tecnologias. Todas as ações de defesa sanitária vegetal terão, doravante, respaldo legal através da Lei de Sanidade Vegetal nº 13.066, de 17/10/00 e do Decreto nº 26.370, de 11/09/01.

Técnicos e produtores foram treinados sobre os mais variados assuntos do segmento defesa agropecuária, destacando-se o uso correto de agrotóxicos, manejo integrado de pragas em hortaliças, frutíferas e oleaginosas, agricultura orgânica, vacinação de bovinos e vacinação de suínos.



CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Por delegação do Ministério da Agricultura, a SDR realiza, no Ceará, o Serviço de Classificação de Produtos Vegetais, sendo que, para importação, é feito através de convênio, iniciando-se a partir de 01/11/2001, e para a execução desta importante atividade, a SDR, adequando-se à nova Legislação, conta atualmente com sete Postos de Classificação (Fortaleza, Quixadá, Iguatu, Juazeiro, Limoeiro, Sobral e Crateús) e dois Postos nos Portos do Pecém e Mucuripe. Entre outras vantagens, a Classificação garante a qualidade dos produtos vegetais comercializados no mercado interno, na importação e exportação, possibilitando a formação de preços justos. Permite também ao consumidor

uma escolha segundo suas preferências de qualidade e preço.

Ações Desenvolvidas Pela SDR

Classificação do Algodão em Pluma Produzido e Beneficiado no Estado

Com a nova Lei de Classificação (nº 9.972/00), apenas a Usina Eliba de Orós, continua a classificar este produto, totalizando 789,7 toneladas.

Classificação de Produtos Importados

Esta atividade continua sendo a mais importante com relação à quantidade de produtos classificados (média de 93%) e, conseqüentemente, à arrecadação de taxas, devido principalmente às importações de trigo (77,7%), milho e arroz, beneficiados, através de coletas em 102 navios.

O Laboratório do SENAI/CERTREM, até o mês de agosto/01, realizou os trabalhos de determinação da classe do Trigo através de contrato com a SDR.

Foram classificados no corrente ano 22.800 toneladas de amêndoas de caju para exportação através de 2.763 classificações (lotes), atendendo quinze indústrias dos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, que exportam através dos Postos do Mucuripe e Pecém, dando cumprimento à legislação.

Análises Laboratoriais

O Laboratório de análises Físico-químicas da SDR realizou os seguintes exames: 1) análises químicas da farinha de mandioca, incluindo as seguintes determinações: amido, cinzas, acidez e umidade; 2) 300 determinações de umidade na estufa para comparação de resultados em diversos produtos; 3) 10 classificações de cera de carnaúba, incluindo as seguintes determinações: umidade, cinzas, impurezas e índice de saponificação;

Estamos com um processo em andamento no Ministério da Agricultura, para o credenciamento deste Laboratório, dando cumprimento à Legislação em vigor.

Em 2001, foram classificados 1.186.132 toneladas de produtos, representando 108% do total programado, com destaque para os produtos importados e algodão em pluma produzido no Estado do Ceará.

O Serviço de Classificação também mantém uma equipe de instrutores técnicos, composta de engenheiros agrônômicos, que elaboram e promovem cursos de classificação de produtos de origem vegetal em nível estadual e nacional.



INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tem como objetivo examinar todos os produtos de origem animal, processados em estabelecimentos registrados na SDR, que façam comércio intermunicipal, propiciando a oferta de produtos sanitariamente compatíveis com o consumo da população.

Em 2001, foram inspecionados permanentemente 14 abatedouros frigoríficos, 5 estabelecimentos de embutidos, 41 estabelecimentos de laticínios e 3 de ovos de codorna, examinando-se mais de 1.332 mil bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves, registrando-se um decréscimo de 12,7% de bovinos e um acréscimo de 60% de suínos, 44% de

ovinos, 64% de caprinos e 68% de aves, em comparação ao ano de 2000.

O Serviço de Inspeção Estadual conta com o apoio do Laboratório Animal (UNILAN), administrado pela SDR (Convênio MA/SDR), que presta serviços à Defesa Sanitária Animal, com o diagnóstico de doenças infectocontagiosas e parasitárias, tendo sido realizados 23 mil análises no ano de 2001.



COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

A Central de Abastecimento do Ceará — CEASA é uma organização autossuficiente de recursos para operacionalização de suas despesas de custeio e de investimento; o Tesouro estadual não necessita aportar recursos para esta Instituição.

Em 2001, a CEASA comercializou 373 mil toneladas de hortigranjeiros, correspondendo a 98,7% do programado, que foi de 378 mil toneladas. Esta redução se deveu principalmente à diminuição de laranja pera, principal produto comercializado na Empresa. Contudo, o desempenho das ofertas de produtos oriundos do próprio Estado, tais como banana, mamão, melão, manga e melancia, foi suficiente para cobrir impacto da involução so-

frida pela laranja, não permitindo que a variação negativa observada nesse ano atingisse patamares representativos.

A composição da oferta contou com a participação de 49,1% do Ceará e 50,9% de outros estados. Esses números revelam crescimento de 33% na oferta do produto cearense. Quanto à circulação monetária do volume comercializado, totalizou R\$ 208,9 milhões, representando uma elevação no preço médio por tonelada da ordem de 13,2%.



PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS

O Programa de Exposições e Feiras Agropecuárias, promovido pela SDR, teve como finalidade primordial estimular o desenvolvimento da agropecuária, em todos os segmentos, mediante incentivo ao melhoramento dos rebanhos, através da comercialização de animais de elevado padrão genético; a adoção de novas tecnologias pelos produtores, contribuindo para a modernização da atividade; intercâmbio entre técnicos especialistas, empresas do setor primário, agropecuaristas e participantes em geral, motivando uma maior integração funcional do setor agropecuário.

Os eventos programados foram efetivados em todas as Regiões do Ceará, onde destacamos as

exposições realizadas em Sobral, na Região Norte, no município do Crato, na Região do Cariri e em Fortaleza.

Foi programada a realização de dezesseis exposições e três feiras agropecuárias, conforme o Calendário Oficial anexo. Por motivos diversos, especialmente as irregularidades climáticas, não foram realizadas seis exposições programadas para os municípios de Morada Nova, Tauá, Crateús, Senador Pompeu e Solonópole e duas feiras nos municípios de Crateús e Lavras da Mangabeira.

Observamos que 676 expositores participaram das dez exposições e das seis feiras realizadas (os eventos que não constam do Calendário Oficial foram efetivados com autorização prévia da SDR, em caráter excepcional, atendendo Normas Legais do Ministério da Agricultura). Esses expositores participaram com 17.828 (dezessete mil, oitocentos e vinte e oito) animais, tendo sido colocados para julgamento 2.655 (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco).

Os negócios realizados na comercialização de animais, máquinas e implementos agrícolas envolveram recursos financeiros no valor de R\$ 3,96 milhões de reais, contribuindo para a modernização da agropecuária. Destacamos a comercialização de 9.029 animais de bom padrão genético, que vão proporcionar a melhoria dos rebanhos, incremen-

tando a produção e a produtividade dos animais das diversas regiões do Estado, e, consequentemente, o aumento da oferta dos produtos – carne, leite e derivados – de qualidade superior, melhorando a renda dos agropecuaristas e fortalecendo, assim, a atividade.



PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS ATINGIDOS PELA ESTIAGEM DE 2001

O Plano de Mudanças do Governador Tasso Jereissati de 1987 e o Plano de Desenvolvimento Sustentável de 1995 estabeleceram uma filosofia administrativa que marcou a história do Ceará desde então. Especificamente no caso das ações para enfrentar a seca de 2001, o Governo Federal e Estadual criaram um Programa objetivando atender aos pequenos produtores de grãos com perdas de safras acima de 60%, estabelecendo critérios de seleção e atendimento dos beneficiários com base em princípios éticos, morais e técnicos, para, assim, romper com o clientelismo e a chamada “indústria da seca”.

Neste contexto, além dos critérios técnicos previamente estabelecidos para o processo de ca-

dastramento, o controle social de todas as ações foi priorizado e respeitado de forma plena em todas as etapas de operacionalização do programa.

Destacam-se a seguir as principais diretrizes:

1. Cadastramento dos beneficiários realizados e/ou homologados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDS.
2. Benefício pago diretamente ao produtor através dos Correios.
3. Transparência em todas as ações do Programa, inclusive com divulgação mensal pela Internet das listagens dos beneficiários, permitindo o exercício efetivo do controle pela sociedade.
4. Ênfase na educação e capacitação da população atingida pela seca.
5. Substituição das cestas básicas por equivalência monetária, contribuindo para melhoria da dinâmica do comércio local, etc.

Vale ressaltar que a implementação do Programa contou com uma ação colegiada, em nível estadual, integrada pelas Secretarias de Planejamento, Trabalho e Ação Social e Desenvolvimento Rural, cabendo a esta a coordenação geral.

Merece destaque o pioneirismo do Estado do Ceará em conceber uma nova estratégia de atendimento as situações de emergência, apresentada

ao Governo Federal, resultou na sua extensão para os demais Estados do Nordeste em situação de Calamidade Pública, sendo concretizada através dos Programas Bolsa Renda e Bolsa Renda Alimento.

No cômputo geral, o Programa foi desenvolvido em 2001, no período de julho a dezembro, contando com uma parceria firmada entre os Governos Federal e Estadual. Nessa época, foram concedidos 979 mil benefícios de R\$ 60,00 através do Programa Bolsa Renda, para atender uma média de 196 mil famílias mensalmente, beneficiando diretamente 787 mil pessoas. Foram recursos da ordem de R\$ 60 milhões, sendo R\$ 53 milhões do Governo Federal e R\$ 6,5 milhões do Governo Estadual, incluído neste montante as despesas administrativas.

Além deste Programa, o Governo Federal resolveu redirecionar a Distribuição de Cestas Básicas, anteriormente implementado pelo PRODEA/CONAB, concedendo um benefício de R\$ 15,00 equivalente ao valor da antiga Cesta Básica. Para esse fim, o Programa Bolsa Renda Alimento recebeu recursos da ordem de R\$ 2.853 mil destinados aos municípios em calamidade, para 190 mil famílias carentes nos meses de novembro e dezembro.

Segundo as diretrizes do Programa, foi estruturado no Ceará um Projeto de Educação com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Rural. Como suporte didático, foi produzido ma-

terial focando tecnologias de convivência com o semiárido, o qual já foi reconhecido pelo MEC e disseminado na rede de Ensino Público, Estadual e Municipal, para facilitar o processo de alfabetização e capacitação.

Em parceria com o Governo Federal, o Governo do Estado aportou R\$ 6.400 mil destinados à alfabetização de produtores rurais assistidos pelo Programa Bolsa Renda, através do Programa Alfabetização Solidária.

Em síntese, foram aplicados pelo Estado um total de R\$ 12.025 mil em pagamento de benefícios, alfabetização de produtores e despesas administrativas. Neste montante, não estão incluídos recursos alocados para o desenvolvimento de outras ações complementares inseridos no Plano Global de Emergência, tais como: carro-pipa, distribuição de Cestas Básicas, poços etc, desenvolvidos por outras Secretarias do Estado.

Por último, vale ressaltar que o Governo Federal, com base em proposta apresentada pelo Governo do Estado, criou um programa permanente de Seguro Safra para o Nordeste, que deverá resolver, de forma definitiva, o problema de assistência aos pequenos produtores atingidos por estiagens.

Referido Programa está em processo de normatização e deverá ser implementado a partir de janeiro de 2002.





QUINTA PARTE

Ano 2002

A reforma agrária consiste na mudança das relações entre a agricultura e a terra no sistema de arrendamento ou de propriedade.

DAVID HAPGOOD





DESEMPENHO DO SETOR RURAL — 2002

A renda da agropecuária do Ceará no ano 2002 foi estimada em R\$ 1.577 milhões. Em relação ao ano anterior, isto significa um acréscimo real de 19%. O desempenho do setor foi o melhor de todas as demais atividades, com impacto de 50% na taxa de crescimento da economia do Estado, que espera evoluir de 2,1% — 2,3% no ano de 2002. A proporção da participação da renda da agricultura na formação da renda total do Estado subiu de 6% em 2001 para 8% em 2002.

Esta inversão contraria o padrão de decréscimo relativo ao setor primário, mas, neste caso, atua como fator compensatório pela redução do desempenho da indústria e crescimento abaixo da média do setor de serviços.

O subsetor de excelente desempenho foi o de lavouras, com 39% de acréscimo em relação ao ano anterior e com a contribuição de 47% de toda a renda da agropecuária. A produção de 629 mil toneladas de milho foi o destaque recordista, com aumento de 155% na produção e 125% na produtividade. No total de 932 mil toneladas de grãos, o crescimento foi de 131% e a produtividade 107%. No tocante a frutas, a castanha de caju alcançou a maior safra de toda a história da cultura no Ceará. São 102 mil toneladas de castanha, com aumento de 51%; e a banana com 334 mil toneladas e 13% de acréscimo. A mandioca foi outra lavoura com produção de 815 mil toneladas e 11% de aumento.

Em suma, mesmo com chuvas irregulares no Cariri, Ibiapaba e Litoral Norte, foi possível, com sementes de alta produtividade, orientação técnica e empenho dos agricultores, obter um ano agrícola que se encontra entre os melhores do período de 1995-2002, que é o período de que trata esse livro. Convém lembrar que o Plano de Desenvolvimento Rural do Ceará estabeleceu como objetivos acelerar o crescimento da produção, buscar o aumento da produtividade e facilitar o acesso dos agricultores ao uso da terra por meio de uma reforma agrária integral, democrática e sustentável. Todos esses objetivos foram obtidos, conforme prova os dados e informações acima.



I

COMBATE À POBREZA RURAL





PROJETO SÃO JOSÉ

Este Projeto contabilizou, nos últimos anos, expressivos resultados qualitativos e quantitativos, notadamente no que se refere à ativa participação do seu público-alvo no planejamento e implementação dos subprojetos selecionados em suas comunidades. Desde 1995 até 2002, o total de recursos aplicados foi da ordem de R\$ 235,87 milhões, permitindo o acesso das populações mais pobres às atividades produtivas, assim como aos benefícios da infraestrutura básica (eletrificação e abastecimento de água). Neste período, foram liberados recursos referentes a 6.163 subprojetos, atendendo a 5.656 comunidades localizadas em 177 municípios, beneficiando diretamente 360 mil famílias rurais, o que corresponde a 72% do total da população rural do Estado.

Quanto à eletrificação rural, segundo dados da SEINFRA, em 1995, apenas cerca de 32% dos domicílios rurais do Estado estavam eletrificados. No final de 2002, com as ações do Projeto São José, o percentual de domicílios rurais do Estado com eletrificação atingiu o total de 62%. Portanto, nesse período de 1995 a 2002, foram atendidas 2.865 comunidades, com 2.947 subprojetos de eletrificação, beneficiando 172.176 famílias em 173 municípios, com investimentos totais da ordem de R\$ 94,44 milhões.

No caso do abastecimento de água, foram financiados 1.294 subprojetos, beneficiando 96.594 famílias, em 1.275 comunidades, de 149 municípios, no valor aproximado de R\$ 69,14 milhões. Vale ressaltar que a maioria está equipada com rede de distribuição e ligação domiciliar, localizada especialmente na rota dos carros-pipa, para solucionar definitivamente o problema de abastecimento de água para consumo humano, contando ainda com bom gerenciamento das próprias comunidades. Os subprojetos foram liberados prioritariamente, para atender a rota dos carros-pipa nos municípios onde a mortalidade infantil apresentava índices superiores a 35 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas.

No período de 1996 a 2002, foram realizados 351 eventos, capacitando 14.879 pessoas no âmbi-

to do Projeto São José, envolvendo uso de técnicas para a aquisição de bens e contratação de serviços, elaboração de prestação de contas e procedimentos gerenciais na instalação e manutenção dos subprojetos.

Constitui preocupação constante da SDR o acompanhamento e supervisão sistemática dos subprojetos em operação, com vistas a avaliar o grau de eficiência na gestão dos empreendimentos comunitários, bem como na orientação de soluções de problemas que estejam dificultando o devido uso do investimento.

No apoio ao processo de reforma agrária clássico, está em execução o terceiro convênio entre o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o atendimento de 238 subprojetos (eletrificação e abastecimento de água), beneficiando 11.770 famílias, com aplicação de recursos financeiros totais da ordem de R\$ 12,22 milhões.

O Projeto São José, ao longo da execução, vem gerando inúmeros impactos positivos, que foram capazes de melhorar as condições de vida do público-alvo do programa, bem como modificar comportamentos, posturas e atitudes que impediam maior eficácia e eficiência das ações do poder público estadual. Entre estes impactos, destacam-se: 1) processo de atuação integrada

com órgãos setoriais do Governo Estadual, objetivando partilhar estratégias com outros programas e projetos em implementação; 2) atendimento de serviços básicos a comunidades raramente beneficiadas pelos mecanismos institucionais centralizados; 3) desenvolvimento de amplo programa de capacitação, principalmente para os beneficiários das ações e conselheiros do CMDs; 4) custos mais baixos dos subprojetos (40% a 60%) em comparação com os mecanismos tradicionais; 5) melhoria no processo de organização das associações comunitárias por meio da conscientização da população que está mais diretamente envolvida no processo de tomada de decisões.

Ademais, conforme estudo realizado pelo Banco Mundial, com base na avaliação de meio termo, no período de 1996 a 1999, 1.429 projetos de eletrificação implantados geraram os seguintes impactos: 67 mil famílias beneficiadas, 2.219 ligações comerciais, 29 mil ruas iluminadas, 103 mil aparelhos elétricos adquiridos, 374 turnos noturnos criados em escolas de comunidades rurais e 298 comunidades beneficiadas com a implantação de sistemas de irrigação.

Outra avaliação de meio termo revelou que o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) das famílias beneficiadas com ações do Projeto São José é superior em 6,8% se comparado

com às famílias não atendidas. Já o Índice de Desenvolvimento de Vida (IDV) das famílias beneficiadas é 20,04% maior em relação às unidades familiares que não participam do projeto. Referido estudo identificou também que, nas comunidades atendidas pelo projeto, o índice de analfabetismo é menor em 19,92% com relação às não beneficiadas.

Avaliação recente, levada a efeito em comunidades beneficiadas pelo Projeto São José, no período de 1998 a 2001, e realizada por professores contratados pelo Banco Mundial, revelou:

- A renda bruta mensal das famílias aumentou em 85,5%, sem considerar a parcela de autoconsumo;
- O índice de pessoas acometidas de doença caiu de 23,8% para 8,0%;
- O percentual de famílias que residiam em casas dotadas de fossas sépticas aumentou de 16,6% para 40,7%;
- 87,0% das residências que possuíam energia elétrica e 90,0% eram dotadas de piso de cimento.

Em dezembro de 2001, a convite do Banco Mundial, a experiência do Projeto São José foi apresentada em Washington, por ocasião do Seminário Descentralização, Participação e Desenvol-

vimento, pelo Governador do Estado que estava acompanhado do Diretor Técnico da SDR e do Presidente de uma associação beneficiária.

Novas missões estrangeiras visitaram o Estado do Ceará com o objetivo de conhecer as experiências exitosas no combate à pobreza rural. Este ano estiveram no Estado missões dos seguintes países: Malawi, África do Sul, Turquia, Suíça e Filipinas.

A experiência comprova, entretanto, que o benefício mais importante do Projeto São José é a forte contribuição na formação do capital social em nível de comunidade. Representa um instrumento para fortalecer, na prática, a capacidade da comunidade se organizar para resolver seus problemas, exercendo, assim, a cidadania.

Projeto São José

Rumo ao Desenvolvimento Rural







PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR — PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) liberou, em 2001, recursos pela Caixa Econômica Federal, em convênio com os municípios, da ordem de R\$ 17,1 milhões, beneficiando 191 mil famílias de produtores em infraestrutura rural nos 106 municípios do Estado incluídos no programa.

A EMATERCE apoiou o programa de crédito do PRONAF, executado pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil, elaborando projetos para os produtores apresentarem aos bancos e assistindo, com orientação técnica, a 110 mil agricultores. Foram repassados créditos de investimento e custeio no montante de R\$ 53 milhões, beneficiando cerca de 30 mil agricultores.



PRORENDA RURAL

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda é resultado de um convênio bilateral entre os Governos Brasileiro e Alemão, mediado pelo Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)/Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Espera contribuir para a conquista da independência social, política, econômica e cultural das comunidades, através da participação cidadã efetiva, aumentando, os canais de debate, deliberação e controle social das ações que visem ao desenvolvimento local sustentável, estimulando a cooperação e união.

Para fortalecer sua atuação junto aos beneficiários, o PRORENDA redirecionou suas ações concentrando a metodologia participativa nas regiões de Beberibe, Itapipoca e Acaraú, basicamente nas comunidades atendidas pelo Programa de Reforma Agrária Solidária e Pescadores Artesanais. A estratégia prevê estreito relacionamento com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável e técnicos dos Centros de Atendimento ao Cliente – CEAC/EMATERCE.

O trabalho desenvolvido nas três regiões piloto, abrangendo um total de dez municípios, funciona como referência para expansão nas outras regiões do Estado, através de intercâmbio entre beneficiários dos Projetos de Combate a Pobreza Rural e equipes técnicas.



AÇÃO FUNDIÁRIA

O Governo do Estado vem atuando não só no encaminhamento das questões agrárias, por meio do Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra, Titulação de Terras, Assentamentos Rurais Estaduais. Mas também como parceiro na execução de trabalho para a melhoria e viabilização dos assentamentos rurais implantados pelo INCRA, com apoio do Projeto São José.

O objetivo maior dessas ações é democratizar a posse e otimizar o uso da terra mediante a implementação de um conjunto de atividades voltadas para a reestruturação fundiária do Estado do Ceará.



REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA — BANCO DATERRA —

O Programa de Reforma Agrária Solidária — Cédula da Terra é uma experiência bem-sucedida, desenvolvida em caráter pioneiro pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Projeto Piloto de Reforma Agrária Solidária, no âmbito do Projeto São José. Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, realizada em 44 imóveis financiados no âmbito do programa, constatou que o índice médio de qualidade de vida das 700 famílias beneficiadas alcançou a taxa de 70%. A experiência ensejou que o Governo Federal criasse, a partir de 1998, com a mesma estratégia, novo programa denominado, inicialmente, Cédula da Terra, em cinco Estados, expandindo, posteriormente para vinte Estados.

Recentemente entrou em execução o Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, ampliando mais ainda, em nível de Brasil, a experiência pioneira do Ceará iniciada em 1997. A estratégia do Programa garante a aquisição de Terra, implantação de infraestrutura, capacitação e crédito através do PRONAF.

Em convênio com a EMATERCE, é elaborado um Plano de Exploração para cada imóvel adquirido. O programa tem como finalidade desenvolver novo modelo de reestruturação agrária, possibilitando a aquisição de imóveis mediante apoio financeiro reembolsável por parte das organizações comunitárias, compostas por trabalhadores sem-terra ou minifundiários, em que os próprios trabalhadores negociem a aquisição da terra diretamente com os proprietários rurais. É também objetivo do programa dotar com áreas adquiridas ou assentamentos em condições de infraestrutura, via financiamento de investimentos não reembolsáveis, as associações comunitárias dos próprios beneficiários, contribuindo, assim, para a autossustentabilidade dos imóveis adquiridos.

No período de 1997 a 2002, foram adquiridos 270 imóveis, com área total de 169,2 mil hectares, e liberados recursos destinados a 1.102 subprojetos, sendo 882 de infraestrutura produtiva e 226 de crédito de instalação, perfazendo uma quantia

da ordem de R\$ 53,50 milhões, beneficiando 4.293 famílias em 129 municípios.

No âmbito do programa é desenvolvido amplo processo de capacitação, com recursos do Projeto São José. Neste intuito, foram ministrados treinamentos para os beneficiários do programa, principalmente em processo licitatório e prestação de contas, bem como nos aspectos gerenciais dos empreendimentos, incluindo organização social, custo de produção, comercialização e administração rural.

Todos os conselheiros que fazem parte dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) foram informados sobre as normas de operacionalização do programa, possibilitando aos colegiados desempenhar, com eficiência, suas missões.

Para a implementação das ações do programa, a SDR conta, de forma integrada, com a parceria de dez Secretarias de Estado e suas entidades descentralizadas, destacando-se o IDACE, EMATERCE, SOHIDRA, SEINFRA, DERT e CAGECE, cada uma na sua área específica de atuação. A EMATERCE, em decorrência de sua capilaridade e missão básica, cumpre importante papel não só no processo de prestação de assistência técnica aos imóveis adquiridos também nos aspectos gerenciais e organizacionais.



OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO À REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

No âmbito do Programa de Reforma Agrária Institucional do Estado, foram assentadas, em 2001, 501 famílias e redistribuídos 24 mil hectares. Atualmente existem 32 assentamentos estaduais, orientados pelo IDACE, com 800 famílias residentes.

O IDACE vem desenvolvendo trabalho de regularização fundiária e legalização das posses precárias das terras mediante titulação de imóveis. Em 2001, foram expedidos 988 títulos, beneficiando 1.185 famílias. Também tem promovido a capacitação dos assentados pela reforma agrária na área de gestão e tecnologia e de produção dos seus empreendimentos, visando à melhoria no processo produtivo. Em 2001, foram capacitados 1.191 assentados.



II

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL





PRODUÇÃO DE MILHO HÍBRIDO DE SEQUEIRO

O Programa de Produção de Milho Híbrido de Sequeiro, em seu quarto ano de execução e agora com área ampliada para a região de Tauá, vem experimentando excelentes resultados. Além da aplicação e difusão de novas tecnologias nas unidades produtivas localizadas nas áreas de sequeiro, contribuiu para o aumento da produtividade média da cultura, que alcançou 1.600 kg/ha.

Quanto aos resultados alcançados em 2002, de acordo com as linhas de ação do programa, foram distribuídas 670 toneladas de sementes, representando aumento de 48% em relação ao ano de 2001.

O esforço conjunto da ação de governo com os produtores rurais, prefeituras municipais e en-

tidades ligadas ao setor resultou numa produção total de 53.605 toneladas de milho. Ressalte-se, ainda, a assistência técnica a 11.979 produtores rurais pela EMATERCE.



DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA

No ano de 2002, foram assistidos 3.378 produtores em Cotonicultura e foram distribuídos 109.456 kg de sementes deslintadas. Desta quantidade, foram tratadas 50.000 kg, com fungicidas e inseticidas, que em média garantem o controle de pragas e doenças em torno de 45 dias após o plantio.

Segundo dados do IBGE de setembro de 2002, foram colhidos 14.977 hectares, com uma produção obtida de 12.786 toneladas de algodão em caroço e uma produtividade em torno de 854 kg/ha, sendo a maior produtividade média obtida no Estado do Ceará até hoje.

A quantidade de pluma de algodão representa, em média, 33% da produção do algodão em caroço, ficando calculada em 4.219 toneladas, o restante é caroço, ou seja, 8.567 toneladas.

Com vistas ao controle da praga do bicudo foram distribuídos 13.703 tubos mata bicudo cuja instalação foi realizada por ocasião do plantio. A importância efetiva do tubo foi notada tendo em vista produtividade média alcançada no Estado, ou seja, 928 kg/ha, em função do comprovado baixo índice de infestação da praga, segundo depoimentos de produtores de vários municípios.

Com esta produtividade alcançada em 2002, fica confirmado o sucesso do conjunto das tecnologias utilizadas no controle do bicudo do algodoeiro. Estamos, portanto, mais próximos de atingir a produtividade esperada para o algodão herbáceo de sequeiro, que é de 1.200 kg/ha.

Também foi decisivo nesse ganho de produtividade a capacitação de produtores de algodão. Foram instalados 30 UTDs — Unidades de Teste e Demonstração, com a participação de 402 produtores. Nessas UTDs, os produtores são capacitados em todas as etapas do desenvolvimento da cultura.

Ficou comprovado que nas UTDs, quando o produtor é assistido sistematicamente, ele desenvolve o seu método produtivo e consegue aumentar consideravelmente a sua produtividade, isso está estabelecido com produtores que alcançaram produtividade acima de 2.000 kg/ha. A metodologia voltará a ser implementada em 2003, o que garantirá, com certeza, alcançar a produtividade média esperada de 1.200 kg/ha.



HORA DE PLANTAR

O Programa Hora de Plantar continua sendo mantido pelo Governo do Estado, ano a ano, e se destina à distribuição de sementes de elevado potencial genético aos mini e pequenos agricultores cearenses, na época adequada, para o plantio de sementes de arroz, milho e feijão.

O Programa exerce ações de cunho social quando atende às necessidades da população agrícola carente; e, eminentemente técnicas, quando oferece sementes que possibilitam aos agricultores significativo aumento da produção e produtividade, e também pela substituição do grão de baixo rendimento utilizado no plantio.

Para o atual exercício, o Programa pôs à disposição dos interessados 1.444 toneladas de sementes de elevado padrão genético e de produtividade

comprovada tecnicamente. Desta quantidade ofertada, foram distribuídas e plantadas 1.405 toneladas, atingindo um percentual de 97,3%, com uma área plantada de 66.915 hectares. Beneficiaram-se 70.111 agricultores.



RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CAJUCULTURA DE SEQUEIRO

A par da importância econômica na produção de insumos para a indústria de doces, sucos e amêndoas de castanha, a cajucultura tem grande destaque social ao empregar mão de obra em larga escala durante a colheita, que se processa nos meses de entressafra de outras culturas.

Hoje, com o emprego de plantas anãs e precoce, novas práticas culturais estão sendo desenvolvidas visando à obtenção de maior produtividade com melhor aproveitamento do pedúnculo pela facilidade de colheita. Para tanto, um maior adensamento de plantio e a substituição de copas em plantas improdutivas e/ou atípicas se fazem necessárias.

Em 2002, foram implantados 220 hectares de novas áreas e feita a substituição de copas em 224



hectares, enquanto a EMATERCE prestava assistência a 7.500 produtores, em uma área de 33.777 hectares, e capacitava, na substituição de copas e produção de mudas, 100 produtores.

Com a criação da Plataforma do Caju, envolvendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Bahia, e a parceria do CNPq, foram contemplados 20 bolsistas por um período de dois anos (de outubro de 2001 a outubro de 2003) para trabalharem na região.

Para operacionalizar a Plataforma do Caju no Ceará, foi instalado o Comitê Executivo do Agronegócio Caju do Ceará, com envolvimento de técnicos das instituições: SDR (Coordenação), SECITECE, EMBRAPA/CNPAT, FAEC, SEBRAE e SINCAJU como membros; e participação dos cinco articuladores (bolsistas) do CNPq e 17 dos CEACs, localizados nos quatro Pólos da Cajucultura Cearense.



DESENVOLVIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA

O Programa de Desenvolvimento da Ovinocaprino-cultura do Estado do Ceará vem difundindo e disseminando tecnologias modernas – utilização da inseminação artificial, monta controlada e demais práticas de manejo, dotando os criadores de condições para aumentarem a produtividade dos rebanhos, a melhoria dos produtos ofertados e a integração da cadeia produtiva com a indústria e o mercado.

Em 2002, a Secretaria de Desenvolvimento Rural apoiou a instalação de 1.324 unidades produtivas, com uma média de 100 matrizes para cada unidade, atingindo 165% da meta prevista. Ao Banco do Nordeste coube a responsabilidade

pela concessão de crédito aos empreendedores interessados.

A introdução destas 1.324 unidades produtivas proporcionou acentuado melhoramento na qualidade do rebanho, fato observado pelo nível de apresentação dos animais nas exposições e comercialização nas feiras regionais.

Foram financiados 47.994 ovinos e caprinos (matrizes e reprodutores), atingindo um valor de R\$ 5,2 milhões. Verificou-se que houve uma melhoria na qualidade genética dos rebanhos ovinos e caprinos pela introdução de novas raças de corte para produção de carne. Entretanto, a ovinocultura cresceu mais que a caprinocultura pelo fato da maioria dos beneficiários dos recursos oriundos do PRONAF optarem pela criação de ovinos.



MODERNIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA

O Programa de gado de leite do Estado do Ceará, no corrente ano, teve continuidade com o serviço de assistência técnica da EMATERCE, priorizando o melhoramento genético do rebanho através de treinamento, execução e divulgação da inseminação artificial.

A priorização da citada prática deveu-se à reconhecida baixa produtividade de nosso rebanho leiteiro, sobretudo pela falta de aptidão leiteira de suas matrizes, agravada pelo deficit alimentar, com especialidade na época seca (verão).

Com vistas a obter um bom desempenho nos trabalhos de inseminação artificial, a EMATERCE proporcionou um treinamento, em um centro

especializado em inseminação artificial — Garanhuns-PE —, de 10 (dez) Médicos Veterinários, do seu quadro de pessoal, e de 30 (trinta) inseminadores dos 10 (dez) municípios maiores produtores de leite do Estado, onde os mencionados técnicos estão lotados.

Resultados alcançados

METAS	Unid.	Planejado	Realizado	Alcançado (%)
Produtores Assistidos	Nº	13.167	18.356	140
Comunidades Assistidas	Nº	1.119	1.560	139
Animais Assistidos	Cab	148.528	218.348	147
Animais Comercializados	Cab	3.738	15.284	408
Número de Matrizes	Nº	13.774	20.248	147
Produção obtida — leite	Mil kg	18.738	28.107	150



PESCA E AQUICULTURA — REPOVOAMENTO DE AÇUDES —

O objetivo primordial deste programa é fomentar a atividade pesqueira de um modo geral, através de ações de apoio às comunidades que sobrevivem da pesca extrativista. Pretende-se, assim, ensinar o aumento da oferta de pescado com vistas a reduzir as deficiências protéicas da população, gerar renda e oferecer novas oportunidades econômicas para pequenos investidores.

O programa teve, em 2002, suas linhas de ação centradas tanto no repovoamento de açudes públicos estaduais, comunitários e de áreas de assentamento visando à recomposição do estoque pesqueiro e, conseqüentemente, o oferecimento de melhores condições para pesca, como também no

incentivo e apoio técnico para o desenvolvimento sustentável e competitivo da piscicultura (cultivo de peixes) através da implantação de viveiro e/ou tanques-rede.

Entre as realizações, destacam-se: repovoamento de 318 reservatórios, contemplando 61 municípios situados nas diferentes regiões administrativas do Estado, com uma distribuição global de 2,4 milhões alevinos, em parceria com a EMATERCE; elaboração de subprojetos de criação de peixes em viveiros/tanques-rede, nos municípios de Nova Russas, Pacajus e Umirim, em parceria com a EMATERCE; Coordenação do Projeto Curupati-Peixe, no Açude Castanhão, já em fase de organização interna e dinamização dos grupos de pequenos produtores; participação nas discussões do Projeto de Lei que dispõe sobre a Política de Proteção à Fauna e à Flora Aquáticas, o desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura Continental no Estado do Ceará e que cria o Sistema Estadual da Pesca e da Aquicultura Continental – SEPAC; elaboração da Instrução Normativa nº 01 de 24.05.2002, que regulamenta o uso da água em açudes públicos estaduais para a aquicultura; participação no Projeto de Cooperação Técnica de Cultivo de Algas em Pequena Escala no Nordeste Brasileiro, com apoio da FAO, nas comunidades de Flexeiras e Guajiru, município de Trairi; apoio logístico para o fortalecimento da As-

sociação Cearense de Aquicultores – ACEAq e da Associação dos Engenheiros de Pesca do Estado do Ceará – AEP/CE; realização de visitas de acompanhamento e supervisão a subprojetos de pesca e aquicultura financiados pelo Projeto São José; atendimento e orientação técnica a produtores e outros profissionais interessados em desenvolver a aquicultura e a pesca como fonte de renda; participação na elaboração da Instrução Normativa SEFAZ Nº 33/2002, que estabelece valores mínimos para o cálculo do ICMS no pescado de água doce vindos de outros estados.



III

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGROPECUÁRIA





DEFESA AGROPECUÁRIA

O Programa de Defesa Agropecuária tem como objetivo a manutenção do sistema unificado de atenção à saúde animal e vegetal, mediante a execução descentralizada de ações e atividades delegáveis e inerentes à modernização e ao desenvolvimento institucional dos serviços de saúde animal e vegetal.

As ações de Defesa Agropecuária são realizadas pelas Unidades Locais de Atenção à Saúde Animal e Vegetal (ULSAVs), localizadas nos Centros de Atendimento ao Cliente (CEAC/EMATERCE), com atuação em 40 (quarenta) municípios do Estado do Ceará, através do Convênio MA/SDR: Segurança, Proteção e Defesa Agropecuária.

Em 2002, o controle realizado de doenças e pragas dos animais resultou na vacinação contra a febre aftosa, contra a raiva dos herbívoros e contra a brucelose bovina, além de aves, contra a doença de newcastle. As principais ações de Defesa Agropecuária estão discriminadas na tabela a seguir:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e a EMATERCE, está desenvolvendo um Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica cuja meta é vacinar 1.000.000 de suínos contra a doença.

No que se refere ao segmento vegetal, o programa desenvolveu ações com os hortigranjeiros da Região da Ibiapaba, para o uso correto de agrotóxicos, e incentivou a agricultura orgânica como alternativa para reduzir os prejuízos causados pelo uso inadequado dos agrotóxicos.

Está em projeto de reconhecimento junto ao MAPA a Área Livre de Mosca-das-cucurbitáceas, com vistas às exportações do melão produzido no Baixo Jaguaribe. Há também boas perspectivas de exportação do mamão produzido no Baixo Jaguaribe e no Araras Norte. Ações de manejo e monitoramento estão sendo desenvolvidas nestas regiões.



CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Através de Credenciamento e contrato com o Ministério da Agricultura, a SDR realiza, no Estado do Ceará, a Classificação de Produtos de Origem Vegetal quando destinados diretamente à alimentação humana, nas compras de estoques governamentais e por ocasião das importações.

Para a execução desta atividade auxiliar da comercialização, a SDR, adequando-se à Lei Federal nº 9972/00, conta com 9 (nove) Postos de Classificação: Fortaleza/SDR, Fortaleza/Porto do Mucuripe, Porto do Pecém, Quixadá, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Sobral e Crateús. Entre outras vantagens, a classificação garante a qualidade dos produtos vegetais comercializados

no mercado interno, na importação e exportação, possibilitando a cobrança de preços justos. Permite também ao consumidor uma escolha segundo suas preferências de qualidade e preço.

Em 2002, foram classificadas 882.000 toneladas, representando apenas 80% do total programado devido à redução nas importações de milho, algodão em pluma e trigo.



INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tem como objetivo examinar todos os produtos de origem animal processados em estabelecimentos registrados na SDR, que façam comércio intermunicipal, propiciando a oferta de produtos sanitariamente compatíveis com o consumo da população.

Em 2002, foram inspecionados permanentemente 26 estabelecimentos frigoríficos e/ou de processamento, 57 estabelecimentos laticínios e 3 de codorna, examinando-se mais de 1,8 milhões de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves, registrando-se um decréscimo de 0,93% de bovinos, 0,84% de suínos, 0,94% de caprinos, e um acréscimo de

1,38% de ovinos e 1,24% de aves, em comparação ao ano de 2001.

O Serviço de Inspeção Estadual conta com o apoio do Laboratório Animal (UNILAN), administrado pela SDR (Convênio MA/SDR), que presta serviços à Defesa Sanitária Animal, com o diagnóstico de doenças infectocontagiosas e parasitárias, tendo sido realizados quase 30 mil análises no ano de 2002.



COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Em 2002, a CEASA/CE comercializou 378 mil toneladas de hortigranjeiros (foram projetados os dados referentes a novembro e dezembro), correspondendo a uma elevação de 1,4% em relação ao exercício de 2001 e a -4,7% da projeção para o corrente exercício, que é da ordem de 397.000 toneladas. A exemplo do que ocorreu no exercício anterior, a laranja pera, principal produto comercializado, também não conseguiu apresentar volume compatível com o ano de 2000, ficando na mesma casa dos dados referentes ao exercício passado. Paralelamente a este fato, registraram-se evoluções na comercialização de banana prata, mamão, maracujá, melancia, chuchu, pimentão e

tomate, suficientes para suplantar o volume comercializado em 2001, a despeito de não terem atingido a meta prevista para o exercício.

A composição da oferta contou com a participação de 53,7% do Ceará e 46,3% de outros estados. A circulação monetária do volume comercializado totalizou aproximadamente R\$ 195 milhões, representando uma redução no preço médio por tonelada da ordem de 7,1%.



PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS

O Programa de Exposições e Feiras Agropecuárias, promovido pela SDR, teve como finalidade primordial estimular o desenvolvimento da agropecuária em todos os segmentos, sobressaindo: incentivo ao melhoramento dos rebanhos via comercialização de animais de elevado padrão genético; adoção de novas tecnologias pelos produtores, contribuindo para a modernização da atividade; intercâmbio entre técnicos especialistas, empresas do setor primário, agropecuaristas e participantes em geral, motivando maior integração funcional do setor agropecuário.

Da programação oficial de 2002 foram efetivadas 15 exposições e 3 feiras. Participaram desses

eventos 1.095 expositores, com 23.683 animais, utilizando recursos no valor de R\$ 4,3 milhões.

Os 17 eventos realizados, do Calendário Extraoficial de 2002, movimentaram recursos no valor de R\$ 1,6 milhões, e tiveram a participação de 343 expositores e 12.760 animais. Em todos os certames efetivados em 2002, participaram 1.428 expositores, com 36.443 animais, utilizando um total de recursos financeiros no valor de R\$ 6 milhões.

Os negócios concretizados na comercialização de animais, máquinas e implementos agrícolas, contribuíram para a modernização da agropecuária. Destaca-se a comercialização de 27.609 animais de bom padrão genético, que vão proporcionar a melhoria dos rebanhos, com incremento da produção e da produtividade dos animais das diversas regiões do Estado, e, conseqüentemente, o aumento da oferta dos produtos — carne, leite e derivados — de qualidade superior, elevando, assim, a renda dos agropecuaristas e fortalecendo a atividade.



PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS PEQUENOS PRODUTORES AGRÍCOLAS ATINGIDOS PELA ESTIAGEM DE 2002

Quanto ao atendimento de pequenos produtores atingidos por estiagens, as ações do Governo, no exercício de 2002, foram concentradas na consolidação e implantação do Programa Seguro Safra 2002/2003.

O Fundo Seguro Safra foi criado pelo Governo Federal, através da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e regulamentado pelo Decreto nº 4.363, de 6 de setembro de 2002. O Programa tem por objetivo assegurar, no caso de perdas por estiagem iguais ou superiores a 60%, uma renda mínima aos pequenos produtores de base familiar de até R\$ 600,00, com pagamento em seis parcelas.

Para a safra 2002/2003, foram reservadas para o Ceará 215.500 vagas no Programa, distribuídas nos 134 municípios que compõem o semiárido cearense.

Os recursos do Fundo Seguro Safra são oriundos de uma taxa de adesão do produtor de R\$ 600,00 por ano, da contribuição anual da Prefeitura equivalente a 3% do valor dos benefícios previstos para o Município, da contribuição do Governo Estadual equivalente a 6% do valor dos benefícios previstos para o Estado e do aporte mínimo do Governo Federal de 20% da previsão anual de benefícios para o Estado, com aporte complementar, se necessário.

O Programa é administrado por um Comitê Gestor composto de participantes de seis ministérios em diversos Estados. Em nível estadual, o Programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR juntamente com a Secretaria de Planejamento – SEPLAN e a Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETAS.

A agricultura é um “Problema de Sistemas” e que funciona de modo eficaz quando os vários órgãos governamentais atuam de modo coordenado.

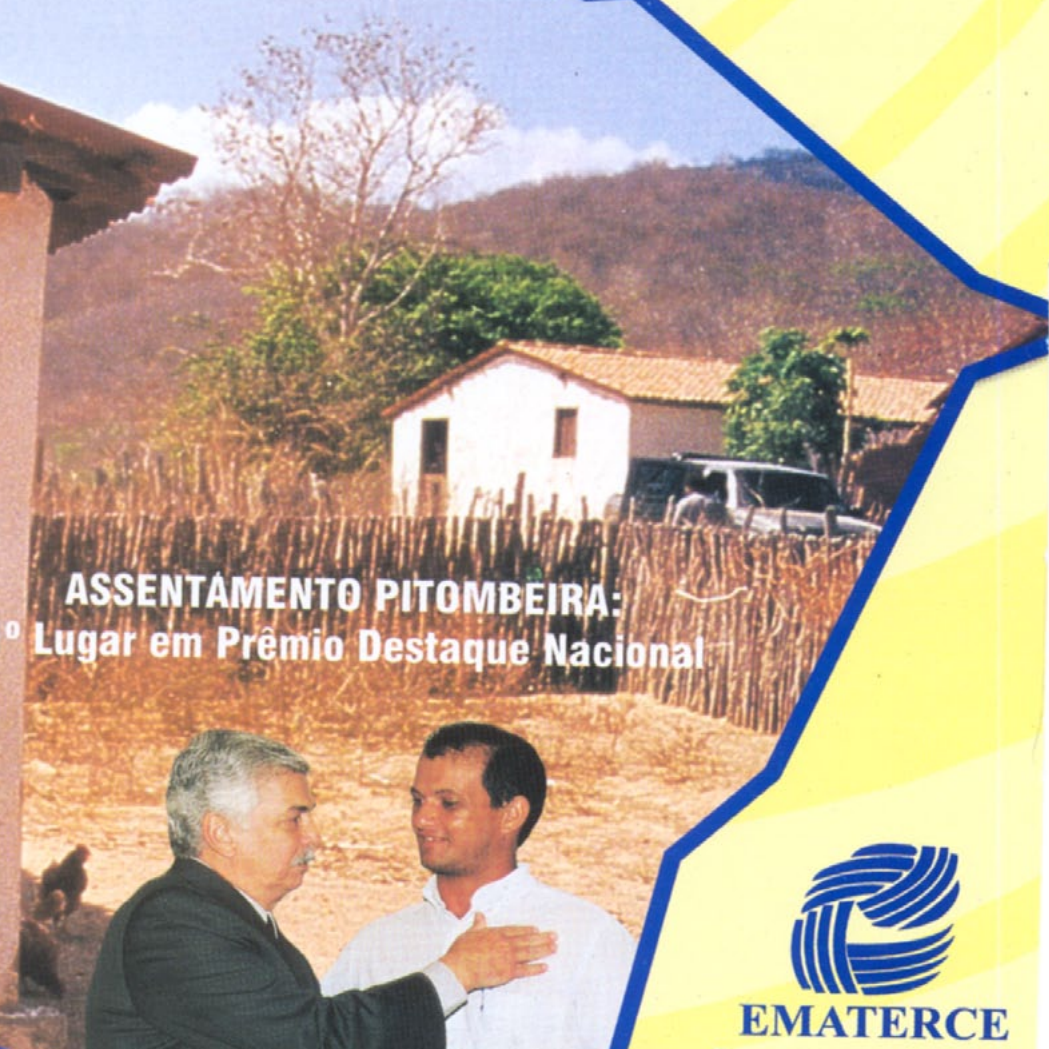
ICONOGRAFIA

**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

2002



**ASSENTAMENTO PITOMBEIRA:
o Lugar em Prêmio Destaque Nacional**



EMATERCE

REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA

CÉDULA DA TERRA
UNINDO O CAMPO
CONQUISTANDO A TERRA

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

GOVERN
FEDER

De 1997 a 1999

2.568

Famílias beneficiadas

PROJETO DE LEI

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999

de 1999



Ministro do Desenvolvimento Agrário
e o Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará.

Sucesso no Encontro Estadual do Projeto São José



Cerca de 3 mil pessoas, das quais 2.500 produtores rurais, além de autoridades e representantes das diversas instituições coparticipantes do **Projeto São José**, participaram, em outubro último, do **Encontro Estadual** sobre o **Projeto São José**, no Centro de Convenções em Fortaleza. A Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR é a Coordenadora do Programa no Estado. Na foto, o Governador Tasso Jereissati ao lado de autoridades.

Projeto São José: Sucesso no Encontro Estadual

O encontro atendeu plenamente os objetivos de estimular a integração entre o Governo e a Sociedade civil organizada no meio rural, proporcionar um intercâmbio de experiências positivas implementadas nos diversos municípios e apresentar um balanço de desempenho operacional do Projeto no período de 1995/2001 e as metas do novo São José II para o período 2001/2004.



Líder Comunitário expõe sobre importância do Projeto.

Secretário
fala sobre
diretrizes
para reduzir
a pobreza
rural





Fernando Henrique fez um discurso inflamado e destacou o início do fim da indústria da seca

seguro-safra

"Não ouvi mais inhumana só reclamação de efeitos, deputados e vereadores que estejam usando dinheiro público para fim eleitoral"



SECA

Governadores do NE encampam idéia do seguro agrícola

Os governadores nordestinos solicitaram o empenho do ministro Raul Jungmann no sentido de reforçar os investimentos em recursos hídricos e acelerar a liberação de recursos orçamentários assegurados aos estados

Um seguro agrícola permanente direcionado à agricultura familiar, possibilitando aos agricultores conhecerem os riscos e possibilidades que terão a cada plantio. A proposta foi apresentada pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, ontem em Recife, durante a reunião que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, manteve com os nove governadores do Nordeste para discutir formas de combate à seca que assola a região.

O seguro, que obteve parecer favorável de todos os dirigentes estaduais presentes, começaria a ser destinado a partir deste ano aos produtores que perderam as safras. Nesse primeiro ano, o seguro seria bancado inteiramente pelo Governo Federal, pagando indenizações mínimas de R\$ 500, e máximas de R\$ 1.000. Em contrapartida, os beneficiados assumiriam o compromisso de frequentarem escolas para se alfabetizar.

A questão da educação para o homem do campo no Nordeste foi uma das temáticas enfatizadas durante a reunião, que começou por volta do meio-dia e ficou encerrada cerca de 16 horas. De ações emergenciais semelhantes as



EVALAZO BEZERRA

Sisnando participou do encontro

aplicadas em secas anteriores, a exemplo da distribuição de água através de carros-pipa e distribuição de cestas básicas de alimentos, somadas a ações estratégicas que elevem a capacidade da região Nordeste para responder ao quadro de estiagem que assola a área, é que deverá ser composto o Programa de Convívio com o Semi-árido e Inclusão Social que o Governo Federal pretende pôr em prática este ano.

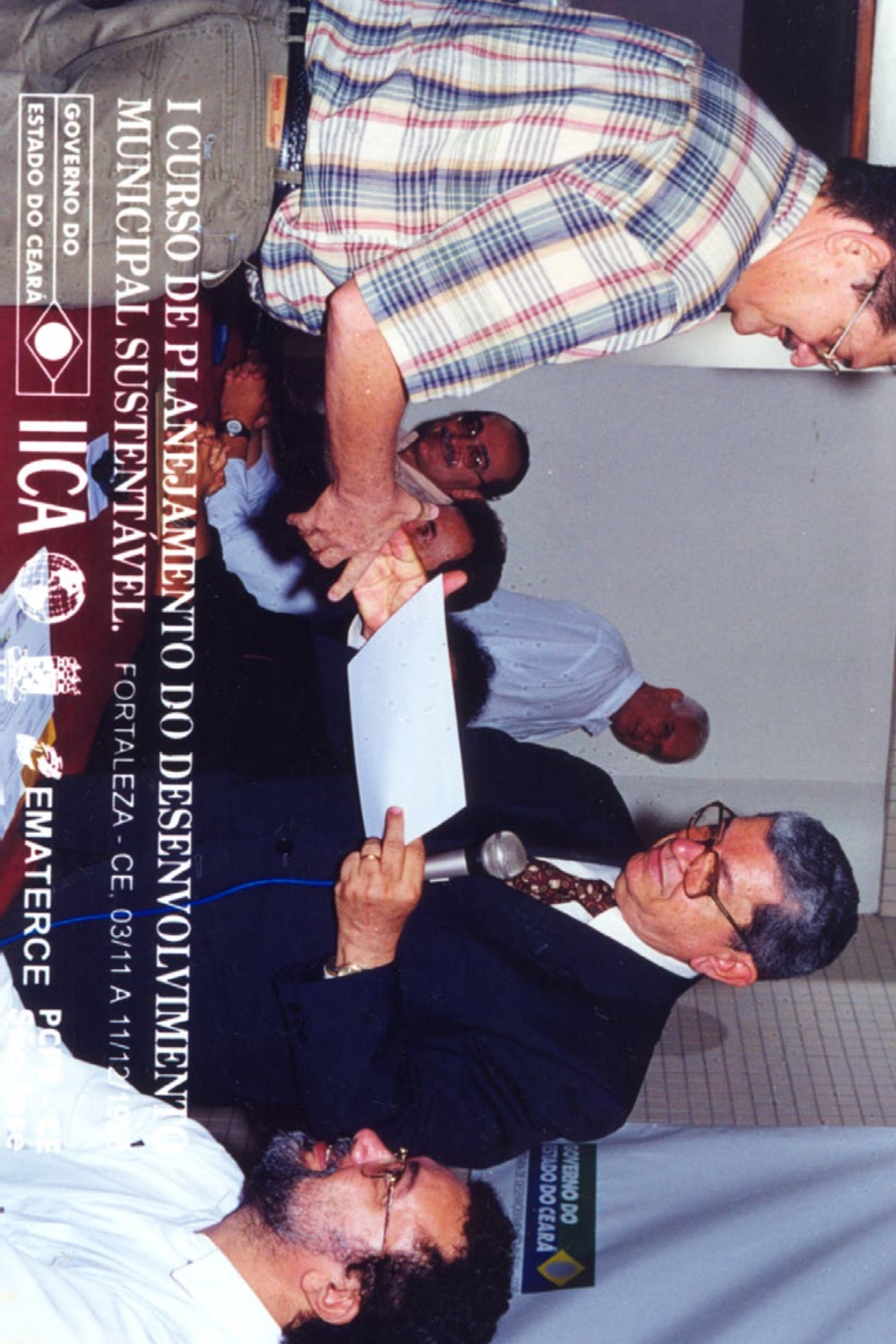
Uma nova reunião com os governadores ficou agendada

para o dia 15 de junho, na Bahia. De acordo com o secretário do Desenvolvimento Rural do Ceará, Pedro Sisnando, que participou do encontro e falou com O POVO por telefone, o ministro Jungmann detalhou aos governadores, as metas do programa que dará início a uma política de formação de mão-de-obra nas localidades afetadas pela estiagem.

A idéia, disse Sisnando, passaria tanto pelo que diz respeito à educação massiva de crianças quanto pela qualificação profissional de jovens e adultos. O programa também está voltado a assegurar o fornecimento de água a longo prazo às comunidades, por meio da perfuração de poços profundos e tubulares, construção de cisternas, açudes e barragens subterrâneas, obras que seriam feitas nas áreas atendidas por carros-pipa atualmente.

Para Sisnando, a reunião foi muito positiva, pela presença massiva dos governadores e a oportunidade dada a cada um de externar suas preocupações e apresentar suas idéias. Ele ressaltou a transparência do encontro e a capacidade do ministro Jungmann para conduzir o processo.





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

I CURSO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL.

FORTALEZA - CE, 03/11 A 11/12/1998

GOVERNO DO

ESTADO DO CEARÁ



IICA



EMATERCE

PCN

PCN

PCN

PCN

PCN

PCN

Ceasa abastece três milhões



Ceasa/CE: fruto de parceria vitoriosa

A EMATERCE



Extensão Rural do Ceará





Fabricação de queijo
obedecendo aos padrões de
qualidade e higiene.



Aproveitamento
de frutas em nível
de pequena pro-
priedade rural.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

IDACE – Instrumento de uma Reforma Agrária Solidária

O IDACE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará é uma autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural, que tem por finalidade a promoção e execução de uma política agrária estadual. O Instituto é responsável pelo desenvolvimento das atividades relativas à organização da estrutura fundiária, com ênfase no assentamento e reassentamento rural, e possui amplos poderes para promover a distribuição de terras devolutas, conforme legislação específica.

Utilizando como instrumentos a Cartografia Básica e o Geoprocessamento, tem ainda competência para reconhecer posses legítimas e titular os respectivos possuidores, bem como incorporar ao seu patrimônio, terras devolutas, ilegitimamente ocupadas ou que se encontrarem desocupadas, destinando-as segundo os objetivos legais.



Visão de Futuro

Ser referência no ordenamento do espaço rural e na execução de programas que viabilizem a inclusão social.



Ações para o desenvolvimento sustentável

- Promoção e execução da Política Agrária do Estado.
- Condução através de um processo educativo-cooperativo, da capacitação de famílias assentadas.
- Promoção da titulação das posses havidas como legítimas ou regularizáveis, respeitada a legislação aplicável à espécie.
- Revisão das concessões, títulos provisórios, cartas de anuência, remissões e transferências dos aforamentos das terras públicas estaduais.
- Execução das atividades concernentes ao Assentamento e Reassentamento Rural.
- Distribuição das terras devolutas arrecadadas e incorporadas ao patrimônio do Estado.
- Utilização da cartografia básica e o geoprocessamento como apoio as ações de Reforma Agrária.



Ações que transformam a realidade

1. Assentamento de Famílias Rurais sem Terra

É o serviço disponibilizado através do Programa Reforma Agrária Solidária, coordenado pela SDR e executado pelo IDACE, que possibilita o assentamento de famílias rurais sem terra ou proprietários de pequenas áreas, através do financiamento de imóveis rurais.

2. Titulação de Terras

É um processo de legalização da posse de terras agrícolas, onde a SDR através do IDACE concede um título definitivo ou provisório para áreas de domínio precário.

3. Reassentamento Rural

Consiste no deslocamento de famílias rurais atingidas pela implantação de grandes obras governamentais, considerando a minimização do trauma social involuntário criado.

4. Capacitação de Famílias Assentadas

Consiste em transferir conhecimentos e habilidades nas áreas de gestão e tecnologia às famílias assentadas, visando a melhoria qualitativa e quantitativa do negócio agrícola.

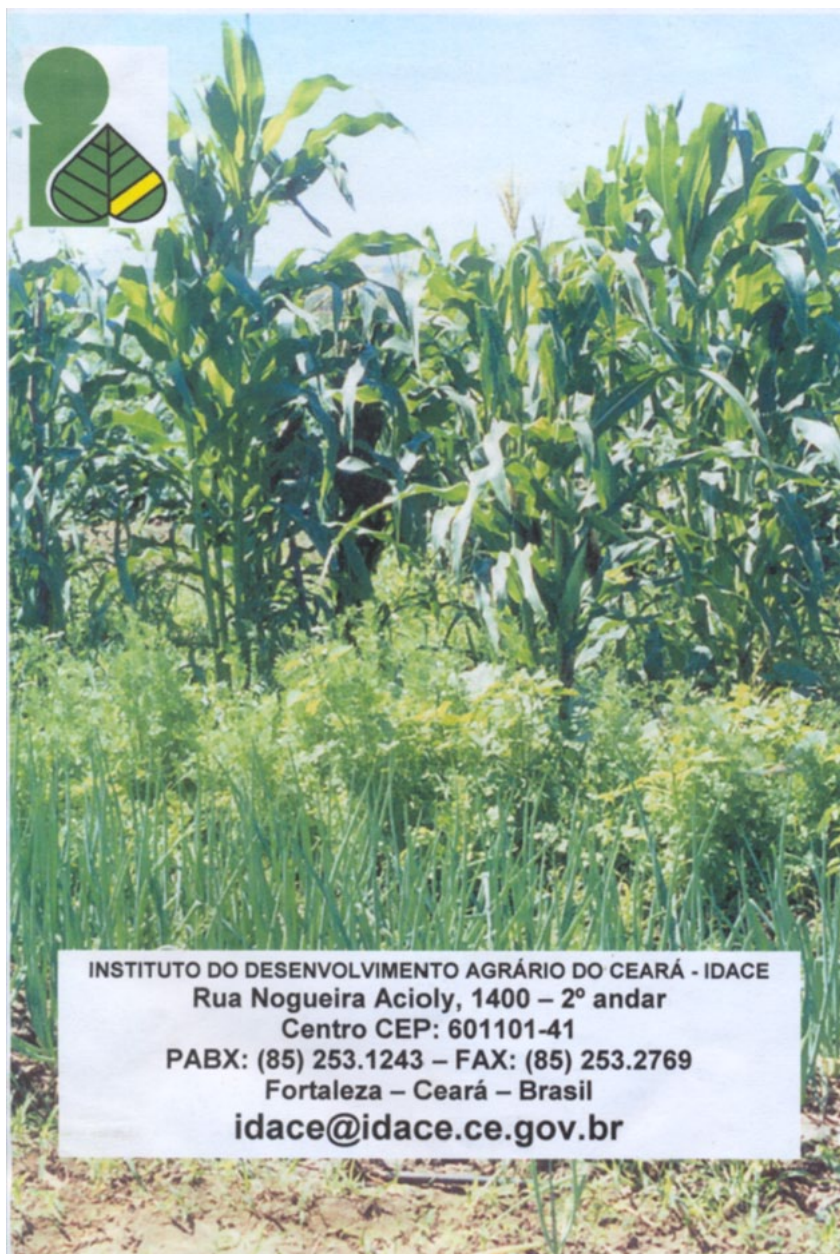
5. Reorganização Fundiária

É a forma de ação fundiária que objetiva agregar novas áreas de terras agricultáveis em zonas de concentração de minifúndios, visando a melhoria das famílias e a sustentabilidade dos seus empreendimentos.



A MISSÃO DO IDACE

Executar a política agrária do Estado do Ceará, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.



INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE

Rua Nogueira Acioly, 1400 – 2º andar

Centro CEP: 601101-41

PABX: (85) 253.1243 – FAX: (85) 253.2769

Fortaleza – Ceará – Brasil

idace@idace.ce.gov.br

Secretaria de Desenvolvimento Rural





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL



**Tempo de
Avançar**

Educação para mudar
a vida da gente!







Tempo de Jantar
Média

ABC
DO BERTÃO

ABC

ABC

ABC
DO BERTÃO

FORÇA NACIONAL PARAGUAIENSE
LENTE TRABALHO DESENVOLVIDO NA
TALA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE



Modernização da Pecuária de Leite



Vacinação contra febre aftosa



Produção de Mel em Comunidade
Mombaça-CE









**POPULAÇÕES HÍBRIDAS
NOVAS LINHAGENS**





Ceará faz reforma agrária sem conflito

FOTO: ANTONIO CORDEIRO



No Interior do Estado, o governador Tasso Jereissati entrega os títulos de propriedade aos agricultores beneficiados



Um amplo projeto de ação fundiária está sendo desenvolvido em todo o Ceará. Mais de 10 mil títulos de propriedade de terras serão entregues até o fim do ano. De janeiro a junho, 8.373 famílias de agricultores foram

beneficiadas em 13 municípios do Interior, com o direito de posse sobre 56.626 hectares de terras. A Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) também já regularizou a situação de 31 assentamentos em uma área total de 25.286 hectares.

Foram assentadas 724 famílias nos municípios de Canindé, Baturité, Itapipina, Madalena, Quixeramobim, Aratuba, Morada Nova, Jaguaruata, Solonópole, Beberibe, Ipuirás, Tamboirá, Crato, Irapuoca e Tuiú. Mas é no campo da solidariedade que o Programa de Reforma Agrária do Estado tem avançado consideravelmente. Sem conflitos, o Governo serve como intermediário na negociação entre agricultores e proprietários rurais para a compra de imóveis produtivos. É o próprio agricultor que escolhe e negocia a terra, com orientação do Governo.

A compra é financiada, através do Banco do Nordeste, com recursos do Banco Mundial (Bnd) e contrapartida do tesouro estadual. A reforma agrária cearense, pioneira no País, está servindo como modelo para o Governo Federal, que deve implantá-la, a partir do segundo semestre, nos estados do Maranhão,

Pernambuco, Bahia e Minas Gerais ■

Programa atinge propriedades produtivas e gera emprego

O Programa de Reforma Agrária SDR do Ceará beneficiou, em seis meses (novembro de 96 a maio deste ano), 167 famílias de agricultores, que já estão usufruindo das terras que compraram. Outras 171 famílias deverão ser atendidas imediatamente com a liberação de recursos, ao Fundo Rotativo de Terras, pela Secretaria do Planejamento (Seplan) e respectiva contrapartida pelo Banco do Nordeste.

Isso significa que em um ano, a meta de beneficiar 500 famílias rurais com 80 mil hectares de terras produtivas em todo o Estado deve ser atingida. A expectativa é que sejam gerados dois mil empregos diretos e seis mil indiretos.

Lançado oficialmente no último dia 31 de março, o Programa Reforma Agrária SDR tem como finalidade desenvolver um novo modelo de reestruturação fundiária. Através dele, os trabalhadores sem terra e minifundiários, organizados em associações, negociam diretamente a compra da terra.

A própria associação tem a responsabilidade de escolher a propriedade que quer comprar, de negociar o preço com o dono das terras e de apresentar um projeto de exploração e produção. Cabe ao Estado verificar se o preço está de acordo com o mercado e se o projeto é viável do ponto de vista econômico. A associação tem quatro anos de carência para começar a pagar o empréstimo e mais onze anos para quitá-lo.

São José garante infra-estrutura

Os 13 projetos financiados até agora pelo Programa Reforma Agrária SDR do Ceará beneficiaram 8.373 famílias de agricultores, que já estão usufruindo das terras que compraram. Outras 171 famílias deverão ser atendidas imediatamente com a liberação de recursos, ao Fundo Rotativo de Terras, pela Secretaria do Planejamento (Seplan) e respectiva contrapartida pelo Banco do Nordeste.

Isso significa que em um ano, a meta de beneficiar 500 famílias rurais com 80 mil hectares de terras produtivas em todo o Estado deve ser atingida. A expectativa é que sejam gerados dois mil empregos diretos e seis mil indiretos.

O ACESSO À TERRA PASSO A PASSO

- Apresentar uma proposta à unidade técnica do Projeto São José ou ao Idace.
- A Comissão Comunitária do Projeto São José analisa a proposta de compra e venda de terra, e, em caso de aprovação, a envia para o Idace.
- O Idace avalia as propriedades em negociação.
- O parecer do Idace é enviado à Seplan.
- Aprovada a proposta, o Idace autoriza o Banco do Nordeste a contratar a operação e orienta a associação sobre como, quando e onde assinar o contrato de financiamento e a escritura de compra e venda.
- Os contratos serão firmados pela associação e por todos os beneficiários, que se responsabilizam pelo pagamento de suas respectivas cotas-partes.
- Será de responsabilidade do comprador o pagamento dos impostos sobre o imóvel até a data da transação e transcrição do registro.
- Serão incorporados ao financiamento os recursos necessários para a escritura e registro do imóvel adquirido.
- O imóvel será registrado em nome da associação e em seguida feita a divisão e definição dos lotes ou parcelas, permanecendo como propriedade da associação até que seja saldado o débito junto ao agente financeiro.
- Caso algum participante individual decida deixar o grupo, poderá ser substituído. O novo membro deve assumir integralmente a responsabilidade pelo débito verificado.
- Cabe aos membros decidir sobre a utilização das áreas adquiridas, devendo observar os requerimentos legais quanto à terra de reserva e preservação.

para o Governo financiar a compra de terras do que desproporcion. Bancos do Estado e do Brasil, o Governo Federal pretende, a partir de agosto, estender a reforma agrária aos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Em breve, a verba de R\$ 32.432,00 será liberada para a aquisição de prédios, equipamentos e capital de giro. Já as 11 famílias de Yacunzeiro, em Acaraú, querem ampliar a exploração de seu imóvel, com aplicação de adubo e irrigação mais 20 hectares (até com o coque, além de outros 20 ha com mandioca, milho e feijão, entretanto com coqueiro amio precoce e irrigação de

terra para produzir melão e melancia, após um estudo de mercado. Hoje, a comunidade já produz cerca de 420 toneladas de frutos de mandioca, 7,8 de feijão e 7,8 de milho em 52,5 ha plantados, beneficiando 38 famílias. A área plantada crescerá em torno de 60%, com uma média de plantação de 2,5 ha contra 1,5 ha antes da organização das famílias. Os resultados dos investimentos, assegura o secretário Cláudio Ferreira Lima, reverter-se-ão em benefícios para toda a comunidade, ampliando ainda mais o raio de ação do São José.

Agricultores cearenses regularizados em imóveis sem registro de propriedade estão recebendo do Governo do Estado os títulos de posse definitiva de suas terras. Até o momento, o governador Tasso Jereissati entregou 7.147 títulos, equivalentes a 56.626 hectares, beneficiando 8.373 famílias, em 13 municípios do Interior. Nos próximos meses serão entregues mais 2.853 novos títulos, sendo até o final do ano um total de dez mil títulos devidamente regularizados.

Os imóveis em questão são áreas devolutas ocupadas por agricultores durante muitos anos, sem que eles pudessem efetivamente fazer um bom uso da terra, já que não tinham a garantia da propriedade. Agora poderão investir em projetos de infra-estrutura e assegurar a rentabilidade do imóvel, contando inclusive com o apoio do Governo do Estado e outros agentes que proporcionam financiamentos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste etc.).

Antes de emitir o título definitivo, a primeira providência é

tornar a propriedade de domínio do Estado. Em seguida, o Idace providencia a emissão do título provisório e procede ao levantamento de toda a situação do imóvel. Se não houver qualquer impedimento legal, o título definitivo é emitido imediatamente. O Estado assume todas as despesas com o processo.

A regularização dos títulos acontece desde o início do ano, e faz parte da política fundiária do Estado, que visa garantir ao homem do interior a propriedade do imóvel que ele ocupa, assegurando assim a sua permanência no campo. Com isso, o Governo tem solucionado problemas, sem que eles pudessem efetivamente fazer um bom uso da terra, já que não tinham a garantia da propriedade. Agora poderão investir em projetos de infra-estrutura e assegurar a rentabilidade do imóvel, contando inclusive com o apoio do Governo do Estado e outros agentes que proporcionam financiamentos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste etc.).

Antes de emitir o título definitivo, a primeira providência é

TÍTULOS CONCEDIDOS EM 1997

Município/Localidade	Documentos	Área (HA)	Famílias Beneficiadas
Aratuba	311	1.041	357
Itapipina	163	2.609	187
Aracoiaba	253	1.860	290
- Corrego	21	108	24
- Sereiro de Baixo	26	246	30
- Sereiro	92	1.035	105
Capistrano	197	1.791	226
Itó			
- Gleba A	1.201	9.264	1.381
- Gleba B	2.446	14.766	2.813
Vale do Jaguaribe			
- Castanhão	670	12.849	905
Cascavel			
- Balbino	1	245	184
Orós	579	4.002	665
Vigosa do Ceará	1.043	5.421	1.200
Massa Velha	144	1.384	165
Total	7.147	56.624	8.373



■ Damiano Duó trabalha em sua propriedade

Títulos garantem paz na comunidade de Balbino

Títulos de paz. Assim a comunidade de Balbino, no litoral de Cascavel, define os títulos de 245 hectares de terra, doados pelo Governo do Estado, no último dia 30 de maio, que beneficiaram 184 famílias da região. Após uma luta de quase dois séculos pela posse das terras, os moradores hoje acreditam que as invasões por parte de imobiliários e de grandes empreendedores fazem parte do passado.

"Meus avós nasceram aqui, meus pais nasceram aqui, minha esposa e meus filhos nasceram aqui, mas não nunca tivemos paz em nossas terras", por conta de gente importante, que chegava aqui com campanhas e discursos, que mostravam que as terras eram delas", afirmou Pedro Francisco Faustino, 60, presidente da Associação de Moradores do Povoado de Balbino.

As ameaças que sempre colocavam em risco a segurança de uma comunidade composta, praticamente, por agricultores e pescadores. "Em julho de 1987, a gente desceu nossas embarcações na praia como de costume e, pela manhã, para nossa surpresa, a praia estava toda cheia de cercas e de pessoas importantes dizendo que as terras eram delas. A gente conseguiu derrubar as cercas, mas, no final da tarde, incendiaram casebres e derribaram 120 coqueiros.

O QUE MUDOU COM A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS?

"Agora acho que todos nós aqui em Balbino estamos felizes e de cabeça fria. Confesso que cheguei a pensar, muitas vezes, que perderia a minha terra, pois a reação das imobiliárias era muito grande. Somos muito fracos e eles muito fortes. O que me deixa feliz é que agora eu sei que aquilo que eu plantar poderei colher, sem o perigo de acordar sem a minha terra. Nunca tinha experimentado o que é bom dormir tranquilo."

Damiano Batista Duó, 57, agricultor.

"Minha família fundou este povoado e quando as imobiliárias invadiram as nossas terras, confesso que acreditava que tudo estava perdido. Mas o Governo cumpriu com a palavra e o nosso sonho finalmente se concretizou. A gente hoje dorme tranquilo em uma terra que todo mundo sabe que agora é nossa, mas a gente já sabia disso, desde o tempo dos nossos avós."

Francisco Balbino, 78, pescador.

Em outras vezes, tentaram nos forçar a assinar documentos, com promessas de indenizações e empregos em outros Estados. Quando a gente dava entrevistas em jornais e as nossas fotos apareciam, sempre surgia alguém com uma arma na cintura, e como o jornal na mão querendo nos encontrar", recordou Raimundo Ferreira Sena, 51, vice-presidente da Associação.

A história da resistência da comunidade de Balbino teve personagens que não puderam estar na solenidade da entrega de títulos, feita pelo próprio governador Tasso Jereissati: mas que serviram de ideal para a conquista da terra. "Meu pai, Francisco Ferreira Faustino, morreu há 52 anos, mas sempre me disse que eu continuasse a lutar pela terra, pois um dia ela seria de fato minha", ressaltou Pedro Faustino.

Apesar da condição de donos legítimos das terras de Balbino, os moradores da comunidade acreditam que as imobiliárias não desistiram. "A gente acha que elas tentaram comprar terras de alguns de nós, terras pelas quais tanto lutamos. Mas a Associação está reunindo todo mundo para firmarmos um pacto para que toda proposta seja cuidadosamente avaliada por todos. O importante é que hoje sabemos o que é nosso e que estamos livres da perseguição delas", afirmou Sena.

"Quando aqueles homens brancos e boatas chegavam aqui e tentavam nos obrigar a assinar documentos que não sabíamos o que era, eu ficava com muito medo, mas tinha a certeza de que não deveria assinar para não perder a terra que meus pais e meu avô tanto trabalharam e lutaram por ela. Eles tentavam nos enganar de todo jeito, mas graças a Deus, o Governo nos deu documentos legítimos."

Brigida Maria Batista, 58, agricultora.

"Há 20 anos tive que deixar o mar, por causa da minha idade, mas sabia que nunca poderia deixar de lutar pela minha terra, apesar de achar que eu perderia essa luta. Ainda bem que o Governo liberou a terra para a gente, e agora eu sei que posso dormir tranquilo pela primeira vez em minha vida. Não estou mais feliz com o título da minha terra, porque a minha esposa, Hilda Lúcia Costa, morreu em dezembro e não conseguiu ver um sonho."

Antônio Pessoa de Oliveira, 71, agricultor.

Projeto descentraliza distribuição de terras

Preocupado em conceder aos agricultores propriedades produtivas, o Governo do Estado adota o modelo pacífico de distribuição de terras. O secretário Pedro Simão destaca a ação atual e rebate as críticas feitas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Para ele, o importante é superar os conflitos e estimular a negociação no campo

Pergunta - Qual é a principal filosofia do projeto fundiário do Ceará?

Pedro Simão - A filosofia principal é permitir a concessão de terras produtivas para que os agricultores possam desenvolver atividades produtivas para sua família, dentro do espírito de uma reforma descentralizada, sem conflito, e que realmente venha em benefício da produção do Estado.

P - E os assentamentos? Qual a diferença com relação aos títulos?

PS - Os projetos de assentamento do Estado seguem praticamente a mesma filosofia do projeto de Reforma Agrária, realizada pelo Incra. São áreas adquiridas pelo Estado, desapropriadas, e ali se colocam as famílias dentro de um programa de ajuda com infra-estrutura produtiva.

P - Qual a diferença do Fundo Rotativo de Terras?

PS - O Fundo Rotativo de Terras é uma concepção, uma reengenharia financeira que idealizamos para permitir financiamento para as associações e comunitários que queiram adquirir terras no mercado. Com isso, a gente procura criar uma situação de negociação, entre produtores e proprietários. Este Fundo foi criado e administrado pelo Banco do Nordeste, com recursos do tesouro do Estado. Está complementado a este Fundo tem uma

contrapartida do Banco Mundial, que se destina a financiar o projeto produtivo ou o projeto de infra-estrutura complementar dos programas de Reforma Agrária Solidária.

P - E o valor da terra?

PS - Esse é outro ponto que tem sido muito comentado. Dizem que este projeto pode favorecer os produtores, que a terra esteja com um preço muito elevado. Isso é um equívoco, um erro que não se justifica. O Governo não compra terra, mas faz o financiamento para que as comunidades comprem a terra. Elas estão sabendo que vão pagar pela terra o preço que elas mesmas quiserem pagar, pelo menor preço possível.

P - O senhor concorda com a tese do MST de que o Ceará está sendo transformado em uma imobilidade rural?

PS - Pelo contrário. O exatamento é que negamos. O programa de Reforma Agrária Solidária é descentralizado e descentralizado. O Estado não compra terra, e hoje, dada à estabilização da economia, o preço da terra não mudou muito. Ao ponto de que os agricultores agora observam não com menos de R\$ 200 mil por hectare, quando o Incra, que desapropriava terras improdutivas, gastava pelo menos cinco vezes mais.

P - Uma das críticas do MST é de



■ Pedro Simão defende reforma agrária sem conflito

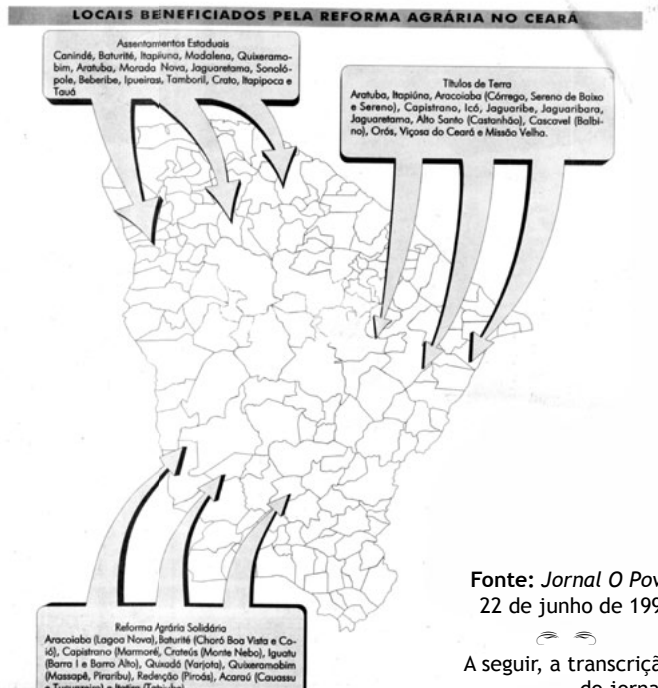
P - Os assentamentos do Governo do Estado não estão sendo realizados nas áreas de conflito.

PS - Nós não entramos em áreas de conflito. Este é um acordo que está no regulamento e nas normas de funcionamento do Projeto de Reforma Agrária Solidária. Vivemos numa democracia, onde o principal é a negociação, a eliminação dos conflitos. Em todos os países democráticos não se resolve o conflito por meio da violência. O MST tem e tem dificuldade de assimilar a Reforma Agrária Solidária porque o programa busca uma terra democrática da população, que faz uma opção pelo terreno e pelo preço.

P - O Ceará está partindo na frente

em busca de uma solução para o problema agrário no País?

PS - O Estado do Ceará foi pioneiro no ponto de vista de muitas ideias que têm sido adotadas pelo Governo Federal e por outros estados. Há muito de um ano que estamos levando propostas ao Incra. É preciso haver uma reforma agrária em que os conceitos abrangam o critério de distribuição desta política sejam diferenciados, consistentes e referenciados a necessidade de uma integração dentro da Reforma Agrária integral. O que quer que não possa ser questionado. Tem que haver apoio de iniciativas intersectoriais, de apoio à produção, à organização, à educação e sobretudo uma reforma agrária que tenha a participação da sociedade.



Fonte: Jornal O Povo
22 de junho de 1997

A seguir, a transcrição
do jornal.

Ceará faz reforma agrária sem conflito

Um amplo projeto de ação fundiária está sendo desenvolvido em todo o Ceará. Mais de 10 mil títulos de propriedade de terras serão entregues até o fim do ano. De janeiro a junho, 8.373 famílias de agricultores foram beneficiadas em 13 municípios do Interior, com o direito de posse sobre 56.626 hectares de terras. A Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) também já regularizou a situação de 31 assentamentos em uma área total de 25.286 hectares.

Foram assentadas 724 famílias nos municípios de Canindé, Baturité, Itapiúna, Madalena, Quixeramobim, Aratuba, Morada Nova, Jaguaratama, Solonópole, Beberibe, Ipueiras, Tamboril, Crato, Itapipoca e Tauá. Mas é no campo da solidariedade que o Programa de Reforma Agrária do Estado tem avançado consideravelmente. Sem conflitos, o Governo serve como intermediário na negociação entre agricultores e proprietários rurais para a compra de imóveis produtivos. É o próprio agricultor que escolhe e negocia a terra, com orientação do Governo.

A compra é financiada, através do Banco do Nordeste, com recursos do Banco Mundial (Bird) e contrapartida do tesouro estadual. A reforma agrária cearense, pioneira no País, está servindo como modelo para o Governo Federal, que deve implantá-la, a partir do segundo semestre, nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Agricultores cearenses residentes em imóveis sem registro de propriedade estão recebendo do Governo do Estado os títulos de posse definitiva de suas terras. Até o momento, o governador Tasso Jereissati entregou 7.147 títulos, equivalentes a 56.626 hectares, beneficiando 8.373 famílias, em 13 municípios do Interior. Nos próximos meses serão entregues mais 2.853 novos títulos, somando até o final do ano um total de dez mil títulos devidamente regulamentados.

Os imóveis em questão são áreas devolutas ocupadas por agricultores durante muitos anos, sem que eles pudessem efe-

tivamente fazer um bom uso da terra, já que não tinham a garantia da propriedade. Agora poderão investir em projetos de infraestrutura e assegurar a rentabilidade do imóvel, contando inclusive com o apoio do Governo do Estado e outros agentes que proporcionam financiamentos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, etc.).

Antes de emitir o título definitivo, a primeira providência é tornar a propriedade de domínio do Estado. Em seguida, o Idace providencia a emissão do título provisório e procede um levantamento de toda a situação do imóvel. Se não houver qualquer impedimento legal, o título definitivo é emitido imediatamente. O Estado assume todas as despesas com o processo.

A regularização dos títulos acontece desde o início do ano, e faz parte da política fundiária do Estado, que visa garantir ao homem do interior a propriedade do imóvel que ele ocupa, assegurando, assim, a sua permanência no campo. Com isso, o Governo tem solucionado problemas antigos de terras, como o da comunidade de Balbino, em Cascavel, onde 184 famílias foram beneficiadas com a regularização de 245 hectares de terras.

Até o momento, foram distribuídos títulos nos municípios do Maciço de Baturité (Aracoiaba, Aratuba, Capistrano e Itapiúna), em Orós, Viçosa do Ceará, Missão Velha, Icó, Cascavel, além do Vale do Jaguaribe e do Pecém.

Títulos concedidos em 1997			
Município/ Localidade	Documentos	Área(HA)	Famílias Beneficiadas
Aratuba	311	1.041	357
Itapiúna	163	2.609	187
Aracoiaba	253	1.860	290
- Córrego	21	108	24
- Sereno do Baixo	26	246	30
- Sereno	92	1.035	105
Capistrano	197	1.791	226
Icó	-	-	-
- Gleba A	1.201	9.264	1.381
- Gleba B	2.446	14.766	2.813
Vale do Jaguaribe	-	-	-
- Castanhão	670	12.849	905
Cascavel	-	-	-
- Balbino	1	245	184
Orós	579	4.002	665
Viçosa do Ceará	1.043	5.421	1.200
Missão Velha	144	1.384	165
Total	7.147	56.624	8.373

Programa atinge propriedades produtivas e gera emprego

O Programa de Reforma Agrária Solidária no Ceará beneficiou, em seis meses (novembro de 96 a maio deste ano), 167 famílias de agricultores, que já estão usufruindo das terras que compraram. Outras 171 famílias deverão ser atendidas imediatamente com a liberação de recursos ao Fundo Rotativo de Terras pela Secretaria do Planejamento (Seplan) e respectiva contratação pelo Banco do Nordeste.

Isso significa que, em um ano, a meta de beneficiar 800 famílias rurais com 40 mil hectares de terras produtivas em todo o Estado deve ser atingida. A expectativa é que sejam gerados dois mil empregos diretos e seis mil indiretos.

Lançado oficialmente no último dia 31 de março, o Programa Reforma Agrária Solidária tem como finalidade desenvolver um novo modelo de reestruturação fundiária. Através dele, os trabalhadores sem-terra e minifundiários, organizados em associações, negociam diretamente a compra da terra.

A própria associação tem a responsabilidade de escolher a propriedade que quer comprar, de negociar o preço com o dono das terras e de apresentar um projeto de exploração e produção. Cabe ao Governo do Estado verificar se o preço está de acordo com o mercado e se o projeto é viável do ponto de vista econômico. A associação tem quatro anos de carência para começar a pagar o empréstimo e mais onze anos para quitá-lo.

O financiamento é feito pelo Projeto São José, via Fundo Rotativo de Terras, utilizando recursos oriundos da Contrapartida estadual ao Contrato entre o Banco Mundial (Bird) e o Governo do Ceará. O Programa dispõe, inicialmente, de R\$ 10 milhões para financiamento, sendo R\$ 4 milhões do Tesouro Estadual e R\$ 6 milhões do Bird. Até agora, já foram liberados R\$ 1.043.259,00 para 13 projetos, que beneficiaram 880 pessoas em uma área total de cerca de 500 hectares.

Segundo o secretário do Desenvolvimento Rural (SDR), Pedro Sisnando, o preço médio do hectare foi de R\$ 198,00. Até

agora, gastou-se uma média de R\$ 5,3 mil para assentar uma família, considerando-se apenas os gastos com a aquisição da terra. Esse custo é cerca de três vezes inferior aos R\$ 16,4 mil que o Governo Federal previu para assentar uma única família no programa desenvolvido atualmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Para o secretário, o mérito do novo modelo é permitir a realização de uma reforma agrária pacífica. “Grande parte da população necessita de terra, mas não quer invadir. Com menos ideologia é possível alterar rapidamente a situação no campo”, completa.

Pioneiro no País, o Programa de Reforma Agrária Solidária implantado no Ceará parte do pressuposto de que é mais ágil, mais barato e mais eficiente para o Governo financiar a compra de terras do que desapropriar. Baseado no Programa cearense, o Governo Federal pretende, a partir de agosto, estender a reforma agrária aos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

O Banco Mundial emprestou cerca de R\$ 95 milhões e a União entrará com uma contrapartida de R\$ 75 milhões, segundo o Ministério da Política Fundiária. Nessa fase inicial, o Governo espera assentar em torno de 16 mil famílias no período de três anos.

O Acesso à Terra passo a passo

- . Apresentar uma proposta à unidade técnica do Projeto São José ou ao Idace
- . A Comissão Comunitária do Projeto São José examina a proposta de compra e venda de terra e, em caso de aprovação, a envia para o Idace.
- . O Idace avalia as propriedades em negociação.
- . O parecer do Idace é analisado pela Seplan.
- . Aprovada a proposta, o Idace autoriza o Banco do Nordeste a contratar a operação e orienta a associação sobre como, quando e onde assinar o contrato de financiamento e a escritura de compra e venda.
- . Os contratos serão firmados pela associação e por todos os beneficiários, que se responsabilizarão pelo pagamento de suas respectivas cotas-partes.
- . Será de responsabilidade do vendedor o pagamento dos impostos sobre o imóvel até a data da transação e transcrição do registro.
- . Serão incorporados ao financiamento os recursos necessários para a escritura e registro do imóvel adquirido.
- . O imóvel será registrado em nome da associação e, em seguida, feita a escolha e definição dos lotes ou parcelas, permanecendo como propriedade da associação até que seja saldado o débito junto ao agente financeiro.
- . Caso algum participante individual decida deixar o grupo, poderá ser substituído. O novo membro deve assumir integralmente a responsabilidade pelo débito vencido.
- . Cabe aos membros decidir sobre a utilização das terras adquiridas, devendo observar os requerimentos legais quanto às áreas de reserva e preservação.

São José garante infraestrutura

Os 13 projetos financiados até agora pela Reforma Agrária Solidária localizam-se em áreas férteis e apresentam condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades produtivas. Através do Projeto São José, desenvolvido pela Secretaria do Planejamento (Seplan), as famílias cooperadas recebem apoio para o desenvolvimento de subprojetos de infraestrutura básica, produtivos e de benefícios sociais. Os recursos, de acordo com o secretário do Planejamento Cláudio Ferreira Lima, são a fundo perdido.

Os subprojetos são financiados de acordo com as necessidades de cada grupo. A comunidade define o que é prioritário para garantir o sucesso de seu empreendimento. Para as 11 famílias de Tatajuba, em Itatira, a primeira necessidade era a eletrificação rural e o desenvolvimento da pecuária — especificamente a criação de ovinos e caprinos.

Depois de análise cuidadosa por parte das demais secretarias envolvidas, a Secretaria do Planejamento liberou os R\$ 22 mil solicitados para a eletrificação de 3,4 km e R\$ 32,6 mil para o segundo subprojeto. As sete famílias de Barro Alto, no município de Iguatu, optaram por uma padaria comunitária.

Em breve, a verba de R\$ 32.432,00 será liberada para a aquisição do prédio, equipamentos e capital de giro. Já as 11 famílias de Tucunzeiros, em Acaraú, querem ampliar a exploração de seu imóvel, com aplicação de adubo e implantação de mais 20 hectares (ha) com coco, além de outros 20 hectares com mandioca, milho e feijão, enxertia com cajueiro anão precoce e irrigação de terra para produzir melão e melancia, após um estudo de mercado.

Hoje, a comunidade já produz cerca de 420 toneladas de raízes de mandioca, 7,8 de feijão e 7,8 de milho em 52,5 hectares plantados, beneficiando 38 famílias. A área plantada cresceu em torno de 60%, com uma média de plantação de 2,5 hectares contra 1,5 hectares antes da organização das famílias. Os resultados dos investimentos, assegura o secretário Cláudio

Ferreira Lima, revertem-se em benefícios para toda a comunidade, ampliando ainda mais o raio de ação do São José.

Projeto descentraliza distribuição de terras

Preocupado em conceder aos agricultores propriedades produtivas, o Governo do Estado adota o modelo pacífico de distribuição de terras. O secretário Pedro Sisnando destaca a ação estadual e rebate as críticas feitas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Para ele, o importante é superar os conflitos e estimular a negociação no campo.

Pergunta — Qual é a principal filosofia do projeto fundiário do Ceará?

Pedro Sisnando — A filosofia principal é permitir a concessão de terras produtivas para que os agricultores possam desenvolver atividades produtivas para sua família, dentro do espírito de uma reforma descentralizada, sem conflito, e que realmente venha em benefício da produção do Estado.

P — E os assentamentos? Qual a diferença com relação aos títulos?

PS — Os projetos de assentamento do Estado seguem praticamente a mesma filosofia do projeto de Reforma Agrária realizada pelo Incra. São áreas adquiridas pelo Estado, desapropriadas, e ali se colocam as famílias dentro de um programa de ajuda com infraestrutura.

P — Qual o diferencial do Fundo Rotativo de Terras?

PS — O Fundo Rotativo de Terras é uma concepção, uma reengenharia financeira que idealizamos para permitir financiamento para as associações e comunidades que queiram adquirir terras no mercado com base na oferta e procura ou numa situação de negociação, entre produtores e proprietários. Este Fundo foi criado e administrado pelo Banco do Nordeste, com recursos do tesouro do Estado. Em complemento a este Fundo tem uma contrapartida do Banco Mundial, que se destina a financiar o

projeto produtivo ou o projeto de infraestrutura complementar dos programas de Reforma Solidária.

P — E o valor da terra?

PS — Esse é outro ponto que tem sido muito comentado. Dizem que este projeto pode favorecer os produtores, que a terra esteja com um preço muito elevado. Isso é um equívoco, um erro que não se justifica. O Governo não compra terra, mas faz o financiamento para que as comunidades comprem a terra. Elas estão sabendo que vão pagar pela terra e têm uma preocupação especial em conseguir o menor preço possível.

P — O senhor concorda com a tese do MST de que o Ceará está sendo transformado em uma imobiliária rural?

PS — Pelo contrário. É exatamente isso que negamos. O programa de Reforma Agrária Solidária é democrático e descentralizado. O Estado não compra terra, e hoje, dada à estabilização da economia, os preços da terra são muito baixos, a ponto de se perceber que os casos até agora observados são com menos de R\$ 200,00 por hectare, quando o Incra, que desapropriou terras improdutivas, gasta pelo menos cinco vezes mais.

P — Uma das críticas do MST é de que os assentamentos do Governo do Estado não estão sendo realizados nas áreas de conflito.

PS — Nós não entramos em áreas de conflito. Este é um acordo que está no regulamento e nas normas de funcionamento do Projeto de Reforma Agrária Solidária. Vivemos numa democracia, onde o principal é a negociação, a eliminação dos conflitos. Em todos os países democráticos, não prevalece o regime de invasão. O MST teme e tem dificuldade de assimilar a Reforma Agrária Solidária porque o programa busca uma decisão democrática da população, que faz uma opção pelo terreno e pelo preço.

P — O Ceará está partindo na frente em busca de uma solução para o problema agrário no País?

PS — O Estado do Ceará foi pioneiro do ponto de vista de muitas ideias que têm sido adotadas pelo Governo Federal e por outros estados. Há mais de um ano que estamos levando propostas ao Incra. É preciso haver uma reforma agrária em que os conceitos, a abrangência e os critérios de condução desta política sejam diferenciados. Insistimos e defendemos a necessidade de uma integração dentro da Reforma Agrária integral, de maneira que não possa ser apenas a terra. Tem que haver apoio das iniciativas intersetoriais, apoio à produção, à organização, à educação e, sobretudo, uma reforma agrária que tenha a participação da sociedade.

Títulos garantem paz na comunidade de Balbino

Títulos de paz. Assim a comunidade de Balbino, no litoral de Cascavel, define os títulos de 245 hectares de terra, doados pelo Governo do Estado, no último dia 30 de maio, que beneficiaram 184 famílias da região. Após uma luta de quase dois séculos pela posse das terras, os moradores hoje acreditam que as invasões por parte de imobiliárias e de grande empreendedores fazem parte do passado.

“Meus avós nasceram aqui, meus pais nasceram aqui, minha esposa e meus filhos nasceram aqui, mas nós nunca tivemos paz em nossas terras, por conta de gente importante, que chegava aqui com capangas e nos ameaçavam com falsos documentos, que mostravam que as terras eram deles”, afirmou Pedro Francisco Faustino, 60, presidente da Associação de Moradores do Povoado de Balbino.

As ameaças quase sempre colocavam em risco a segurança de uma comunidade composta, praticamente, por agricultores e pescadores. “Em julho de 1987, a gente deixou nossas embarcações na praia como de costume e, pela manhã, para nossa surpresa, a praia estava toda cheia de cercas e de pessoas importantes dizendo que as terras eram delas. A gente conseguiu derrubar as cercas, mas, no final da tarde, incendiaram casebres e derrubaram 120 coqueiros.

Em outras vezes, tentaram nos forçar a assinar documentos, com promessas de indenizações e empregos em outros Estados. Quando a gente dava entrevistas em jornais e as nossas fotos apareciam, sempre surgia alguém com uma arma na cintura e com o jornal na mão querendo nos encontrar”, recordou Raimundo Ferreira Sena, 51, vice-presidente da Associação.

A história da resistência da comunidade de Balbino teve personagens que não puderam estar na solenidade da entrega de títulos, feita pelo próprio governador Tasso Jereissati, mas que serviram de ideal para a conquista da terra. “Meu pai, Francisco Ferreira Faustino, morreu há 52 anos, mas sempre me disse que eu continuasse a lutar pela terra, pois um dia ela seria de fato minha”, ressaltou Pedro Faustino.

Apesar da condição de donos legítimos das terras de Balbino, os moradores da comunidade acreditam que as imobiliárias não desistirão. “A gente acha que elas tentarão comprar terras de alguns de nós, terras pelas quais tanto lutamos. Mas a Associação está reunindo todo mundo para firmarmos um pacto para que toda proposta seja cuidadosamente avaliada por todos. O importante é que hoje sabemos o que é nosso e que estamos livres da perseguição delas”, afirmou Sena.

O que mudou com a regularização das terras?

“Agora acho que todos nós aqui em Balbino estamos felizes e de cabeça fria. Confesso que cheguei a pensar, muitas vezes, que perderia a minha terra, pois a reação das imobiliárias era muito grande. Somos muitos fracos e eles muito fortes. O que me deixa feliz é que agora eu sei que aquilo que eu plantar poderei colher, sem o pesadelo de acordar sem a minha terra. Nunca tinha experimentado como é bom dormir tranquilo.” *Damião Batista Duó, 57, agricultor.*

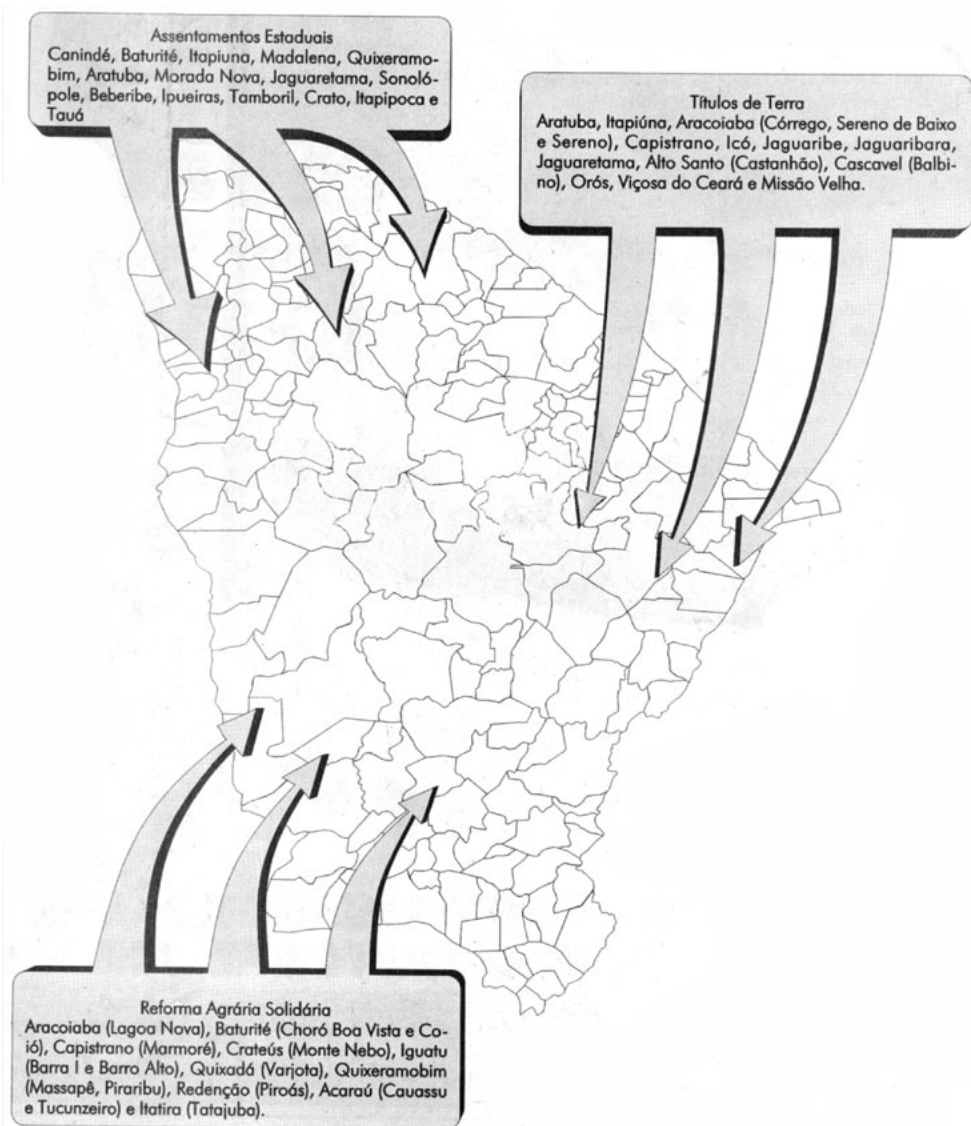
“Minha família fundou este povoada e quando as imobiliárias invadiram as nossas terras, confesso que acreditava que tudo estava perdido. Mas o Governo cumpriu com a palavra e

o nosso sonho finalmente se concretizou. A gente hoje dorme tranquilo em uma terra que todo mundo sabe que agora é nossa, mas a gente já sabia disso, desde o tempo dos nossos avós.” *Francisco Balbino, 78, pescador.*

“Quando aqueles homens brancos e bonitos chegavam aqui e tentavam nos obrigar a assinar documentos que não sabíamos o que era, eu ficava com muito medo, mas tinha a certeza de que não deveria assinar para não perder a terra que meu pai e meu avô tanto trabalharam e lutaram por ela. Eles tentavam nos enganar de todo jeito, mas graças a Deus, o Governo nos deu documentos legítimos.” *Brígida Maria Batista, 58, agricultora.*

“Há 20 anos tive que deixar o mar, por causa da minha idade, mas sabia que nunca poderia desistir de lutar pela minha terra, apesar de achar que eu perderia essa luta. Ainda bem que o Governo liberou a terra para a gente, e agora eu sei que posso dormir tranquilo, pela primeira vez em minha vida. Só não estou mais feliz com o título da minha terra, porque a minha esposa, Hilda Lúcio Costa, morreu em dezembro e não conseguiu ver um sonho.” *Antônio Pessoa de Oliveira, 71, artesão.*

Locais Beneficiados pela Reforma Agrária no Ceará



ANEXO

RUMO AO
DESENVOLVIMENTO
RURAL DO CEARÁ

SÍNTESE DO PLANO
DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR

Av. Bezerra de Menezes, 1820

São Gerardo

60.325-002 – Fortaleza, CE

Telefone: (085) 3288-1500

Fax: (085) 3287-2176

Caixa Postal: 1481

E-mail: sdr@sdr.ce.gov.br

C387r CEARÁ. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.
Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará –
1999/2002. Fortaleza, 1999. 97p.

CDU: 338.984:63(813.1)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL — SDR

Governador

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCÂNTARA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Secretário

PEDRO SISNANDO LEITE

Subsecretário

JOSÉ DÍRCIO CHAVES DE LUCENA

Secretário Geral

MARCOS VINÍCIUS ASSUNÇÃO

Diretor de Coordenação Técnica

JOSIAS FARIAS NETO

Diretor de Apoio à Produção, Comercialização e Abastecimento

FRANCISCO ALVES DE SOUZA

Diretor Administrativo-Financeiro

FRANCISCO SÁTIRO DA COSTA

VINCULADAS

Presidente da EMATERCE

JOSÉ LUCIANO CHAGAS RABELO

Presidente da CEASA

ANTÔNIO JEOVÁ PEREIRA LIMA

Superintendente do IDACE

ANTÔNIO BEZERRA PEIXOTO

Superintendentes

ACÚRCIO ARAÚJO ALENCAR FILHO

AROLDO AGUIAR HOLANDA

FAUSTINO ALBUQUERQUE SOBRINHO

JUAREZ NOVAES PONTES

APRESENTAÇÃO

O processo de planejamento atualmente adotado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará se desenvolve em dois níveis: Plano Estratégico e Planos Operativos Plurianuais de atividades ou produtos.

Apresentamos aqui o II Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará – 1999-2002. Seu aspecto fundamental é a flexibilidade de sua concepção e a máxima participação das instituições e da sociedade rural na sua elaboração.

O Plano se baseia no princípio do crescimento e modernização da agricultura numa estratégia de desenvolvimento equilibrado. Nesse sentido, é uma proposta de combate à pobreza e melhoria da distribuição de renda e de geração de empregos no quadro rural.

Essa estratégia de desenvolvimento, com ênfase no social busca melhorar, substancialmente, o nível de renda e de emprego no quadro rural e erguer, de igual modo, a qualidade de vida dos outros setores da economia do Ceará. O crescimento e a modernização da agropecuária do Estado são essenciais para forçar o avanço das mudanças em busca de um desenvolvimento mais harmônico, justo socialmente, e sustentável.

O quadro dominante do atraso agropecuário cearense exige ajustes na alocação de recursos para o setor tanto do Governo como da iniciativa privada. Mantendo-se os níveis de investimentos do passado, não será possível alterar o quadro atual do Setor, mesmo com maior eficiência no uso de tais recursos. O compromisso com a educação e a profissionalização dos produtores é considerado como vital para realizar a modernização e o crescimento sustentável da agropecuária do Ceará.

É fundamental que o desenvolvimento seja realizado sem mobilidade geográfica da população. Isto é, o progresso deve ser levado para o campo, e não o contrário, como vem acontecendo há muitos anos, com o esvaziamento da população rural que, emigrando, vai marginalizar-se nas metrópoles.

Os programas prioritários formulados neste documento obedeceram a diversos critérios de relevância, oportunidade e de impacto ao desenvolvimento estipulado para o Ceará. As fontes de referências mais importantes utilizadas foram o Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará – 1995-1998, estudos do Projeto Áridas 2020; propostas dos órgãos técnicos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Rural; contribuições e sugestões de organizações públicas Federais, Estaduais e Municipais; associações de produtores e empresariais; e sugestões de lideranças políticas, de técnicos e de acadêmicos especialistas em agropecuária.

À medida que novos estudos forem sendo desenvolvidos e a experiência prática na execução desse plano indicar, serão feitos os ajustes e revisões nas ações e atividades aqui propostas. Trata-se, enfim, de um enfoque de planejamento flexível que levará em consideração as mudanças que ocorrerem a cada estágio do processo de desenvolvimento econômico.

É preciso não esquecer também que o subdesenvolvimento da agricultura do Ceará está apoiado em uma complexa herança geográfica, ecológica, antropológica, bem como em distorções de políticas econômicas e sociais do passado. As restrições climáticas e instabilidades pluviométricas têm sido notórias em certas ocasiões. Os totais anuais de precipitações são expressos pelas isoietas de 500 a 1800 milímetros, geralmente com irregulares distribuições no período do inverno.

O presente Plano Indicativo procura descrever como o Governo do Estado pretende trabalhar com os produtores rurais para obter o desenvolvimento agrícola e rural sustentável, com redução da pobreza absoluta.

A experiência histórica internacional mostra que a execução de uma tarefa dessa necessita de investimentos em Infraestruturas básicas de água, habitação e serviços sociais de saúde e educação. A estratégia bem-sucedida de desenvolvimento rural carece de organização institucional, de participação da população beneficiada na discussão de suas próprias prioridades, além de disponibilidade de fundos de capital fixo para o início do autodesenvolvimento comunitário.

O maior desafio com o qual os governantes se deparam, porém, é como identificar atividades econômicas rentáveis e competitivas para incrementarem a renda e gerarem empregos produtivos para a mão de obra desempregada ou subutilizada do quadro rural.

A necessidade de produzir mais e de realizar a modernização do setor, contudo, somente será alcançada com a vontade dos agricultores de se associarem à política governamental e de se encarregarem do seu próprio desenvolvimento.

A agricultura familiar será o foco principal da ação do setor público. São nestes estabelecimentos onde se encontram os maiores problemas de subdesenvolvimento e ocorre 70% do emprego agrícola do Ceará.

Cabe ao segmento empresarial agrícola, entretanto, o papel inovador e transformador da agricultura, dada a sua liderança na adoção das novas tecnologias. O que importa não é ser pequeno ou grande, mas se contribui para o desenvolvimento econômico e social do Ceará.

O presente Plano pretende ajudar a tornar realidade esta ação solidária. “Que Deus nos ilumine”, disse o Senhor Governador Tasso Jereissati em sua posse. E, “para Deus... não há nada impossível.” (Ma. 10,27).

Pedro Sisnando Leite
Secretário de Desenvolvimento Rural

ECONOMIA RURAL DO CEARÁ

A Produção do setor agropecuário do Ceará é realizada em 324 mil estabelecimentos, com 8,9 milhões de hectares. A superfície total do Estado é de 14,6 milhões de hectares. Portanto, 5,7 milhões de hectares são de domínio público, tais como terras de marinha, águas interiores, estradas, cidades e terras devolutas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995, estavam ocupadas por lavouras temporárias 1.379 mil hectares e por lavouras permanentes 951 mil hectares. São ao todo 169 mil estabelecimentos nessa categoria de exploração. As pastagens naturais cobrem 4,3 milhões de hectares, ou 48% da superfície total dos estabelecimentos agropecuários. Áreas de uso misto com lavouras e pastagens utilizam 2,0 milhões de hectares. Os 236 mil hectares de florestas naturais estão dentro de apenas 7 mil estabelecimentos. Há também 928 mil hectares de solos produtivos, mas não utilizados economicamente. Completam a superfície dos estabelecimentos as terras com horticultura, as pastagens e as matas cultivadas, e com outras finalidades pouco expressivas.

Quanto à condição do estabelecimento, 88% das terras são exploradas pelo próprio produtor, 7% por ocupantes e o restante por arrendatários e parceiros.

De modo geral, os melhores solos para as lavouras encontram-se na região do Cariri, no Sul do Estado e nas terras altas das serras da Ibiapaba e de Baturité. Manchas importantes de solos de aluviões são encontrados no Médio e Baixo Jaguaribe, com destaque para os municípios de Iguatu e Quixelô no Sertão Central. São muitas as áreas férteis localizadas em microbacias e no município de Quixeramobim. Destacam-se também, como terras de grande potencial de aproveitamento com sistema de irrigação, Tabuleiros do Apodi, Russas e Baixo Acaraú.

As terras de limitada capacidade produtiva estão localizadas no Sertão Central e Inhamuns, onde também prevalecem regimes pluviométricos deficientes e irregulares. Ainda depen-

dente de melhores estudos para bem caracterizar sua capacidade produtiva, encontra-se uma larga faixa de solos arenosos no litoral cearense, com precipitações pluviométricas de bastante regularidade e boa distribuição. A cajucultura desenvolve-se nessas terras.

Registre-se, ainda, que o crescimento da produção agrícola no Ceará vem se fazendo de modo extensivo. Tal processo parece haver chegado ao fim. Entre os Censos Agropecuários de 1985/95 ocorreu, de fato, um decréscimo na área total dos estabelecimentos. De 11 milhões de hectares, para 8,9 milhões. Há registros também da redução da área explorada para algumas finalidades, como é o caso das pastagens naturais e de lavouras. Isto pode significar uma advertência quanto à limitada disponibilidade de áreas para expansão das culturas de sequeiro.

Dependendo ainda de melhores estudos, pode-se dizer, com base nos conhecimentos existentes, que doravante o crescimento da agricultura do Ceará somente poderá ocorrer através de investimentos nas terras antigas de produtividade decrescente. Não há estudos sobre as áreas de bons solos ainda inexploradas nos grandes estabelecimentos. Quanto às áreas irrigáveis, por serem restritas, devem ser utilizadas com as mais avançadas tecnologias disponíveis, para melhor aproveitá-las.

A população do Ceará atualmente é de 6,9 milhões de habitantes, dos quais 35% estão radicados no campo. São cerca de 2,3 milhões de pessoas, afora aquelas residentes nos vilarejos e pequenas cidades interioranas, dependentes da agricultura.

Aspecto notório a registrar, no tocante à situação demográfica do Estado, é o decréscimo da população rural, em termos absolutos, a partir da década de oitenta. Assim, a população que mora hoje no campo é semelhante à de 1960.

Segundo o Censo de 1995, a população ocupada na agricultura era de 1.170 mil pessoas com mais de 10 anos, representando 40% do total de pessoas ocupadas no Estado. Essa proporção, que já foi de 60% em 1970, caracteriza a tendência histórica de redução da posição relativa do emprego agrícola

no contexto da economia geral. No período de 1999-2002 será alcançado um novo estágio, quando o emprego absoluto começará a cair. O prêmio Nobel em economia Simon Kuznets (1984) prova em seus estudos, que isto é um padrão normal do processo histórico do desenvolvimento econômico.

Calcula-se que, até o final de 2000, desapareçam entre 90 e 100 mil postos de trabalho diretamente ligados à produção agrícola. Esse contingente será empregado em atividades não agrícolas na zona rural, conforme propõe este plano.

O Produto Bruto da Agricultura tem sido, em média, R\$ 1,3 bilhão, nos últimos anos, correspondendo a 8% do produto total do Estado. Vale registrar que esta contribuição era de 30% no início da década de setenta. A meta a ser alcançada é de R\$ 1,6 bilhão no ano 2002, com uma participação de 7% do PIB total do Estado.

Tomando por base um ano normal de produção, verifica-se que as lavouras temporárias e permanentes participaram com 43% do produto agrícola, cabendo 45% ao item animais e derivados. Nos anos de seca, este item sobe para 50%, em detrimento da queda nas lavouras. A produção extrativa participa com 12%.

Os produtos agrícolas mais importantes são feijão, banana, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, castanha-de-caju, milho e algodão. Destacam-se na produção animal aves e ovos, carne bovina e leite. Cera de carnaúba e carvão vegetal são os produtos mais expressivos do nosso extrativismo vegetal.

A agricultura é historicamente o setor que tem suprido parte dos recursos de capital e mão de obra para que a economia cearense chegasse ao ponto em que se encontra hoje. A população urbana se beneficiou com alimentos relativamente baratos, bem como o setor agroindustrial com matérias-primas. Praticamente todas as divisas do Estado foram geradas por exportações de produtos agrícolas e seus derivados, possibilitando fontes de recursos em moedas estrangeiras para importações de máquinas, equipamentos e outros insumos industriais.

Do ponto de vista do agricultor, entretanto, a situação não tem sido tão favorável nos últimos anos. Na prática, a ten-

dência tem sido um aumento gradual e persistente dos preços reais dos bens que os produtores rurais utilizam no processo produtivo e no seu dia a dia, contrapondo-se aos preços dos produtos agrícolas, que não têm subido proporcionalmente. Assim, ocorrem perdas causadas pela diferença entre os custos de produção e os preços pagos aos produtores. Outro efeito danoso desse processo tem sido a evasão do pouco capital próprio do setor para outras atividades mais rentáveis e de menores riscos.

Os estudos do Projeto Áridas e de outros pesquisadores apresentam vários argumentos para explicar essa situação de estagnação da economia rural do Ceará, principalmente nos últimos vinte anos. A queda na produtividade agrícola, decorrente do esgotamento dos solos e do uso inadequado de tecnologias, certamente é a questão mais complexa dessa crise. A maior frequência e intensidade das secas, nos últimos anos, também devem ter influenciado as tendências observadas.

Reconhece-se, contudo, que o elemento mais prejudicial para o setor foi a descapitalização, motivada tanto pela escassez como pela inadequada alocação dos recursos destinados às atividades diretamente produtivas e de infraestrutura do quadro rural. O baixo nível de instrução dos agricultores é outra barreira que tem estancado muitos programas inovadores.

O resultado desse modelo é que a maioria dos agricultores, por não terem participado do processo de crescimento do Estado, encontram-se atualmente em situação deplorável de pobreza e em generalizado desânimo para engajamento em novos programas agrícolas.

O Governo e muitos líderes políticos estão preocupados com esta relativa estagnação da agricultura, no contexto da economia cearense, e os graves desequilíbrios sociais dela decorrentes. Muitas pequenas cidades e áreas rurais perdem população e poderão ser vazios demográficos, caso não sejam tomadas medidas para neutralizar tal tendência.

Devem ser mencionados, ainda, o duplo processo de concentração fundiária e o minifundismo da propriedade. O mesmo pode-se dizer das altas taxas de juros do crédito rural e da

abertura do processo de importação. Com isso, muitos produtos como milho, arroz, algodão e laticínios produzidos localmente, ficaram sem condições de competir com os produtos importados subsidiados na sua origem.

A recente desvalorização cambial brasileira, entretanto, poderá alterar essas relações de troca do comércio internacional de produtos agrícolas a favor da agricultura local.

Outro aspecto que caracteriza a economia agrícola cearense é a sua dependência das irregularidades pluviométricas. Com 95% do seu território no semiárido e com predominância de solos cristalinos, também é limitada a disponibilidade de águas subterrâneas. O que oferece certa tranquilidade aos produtores cearenses é a existência de uma grande rede de açudes públicos e privados espalhados em todo o Estado. São cerca de dez bilhões de metros cúbicos de água acumulados nesses reservatórios nos anos de bom inverno. São atualmente cerca de 2.000 km de rios perenizados para a pequena irrigação.

Vale registrar, além disso, que nos anos de pluviosidade normal, o Ceará garante uma grande produção agrícola, suficiente para atender a quase todo o consumo local de produtos agrícolas alimentícios. Somente são importados algodão, frutas de clima temperado, carnes, leite industrializado, e milho em alguns anos.

Considerável volume de produtos agropecuários também são exportados para outras regiões do País e para o exterior. Destacam-se, nesse particular, a castanha de caju, lagosta, peles, coco da baía, cera de carnaúba e produtos hortigranjeiros.

VETORES ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

O desenvolvimento é um processo que envolve aspectos políticos, econômicos e sociais. Para realizar o desenvolvimento rural, por sua vez, é necessário o atendimento de vários pré-requisitos, enquanto outras condições ocorrem durante o próprio processo de transformação econômica.

A agricultura tende a crescer em conformidade com o que acontece nos demais setores da economia. Assim, o princípio básico de um plano para o desenvolvimento rural é levar em conta os vetores estratégicos macroeconômicos e as ações a serem executadas a médio e longo prazos.

A proposta para o desenvolvimento econômico geral do Ceará no próximo quadriênio, que serviu de plataforma para a campanha eleitoral do Governador Tasso Jereissati, contém as seguintes prioridades estratégicas:

- 1. Avanços no crescimento econômico** do Estado com base na consolidação da Infraestrutura econômica e social. A atração de investimentos externos e estímulos aos grupos econômicos constituirão outras ações para aumentar os investimentos e criar mais empregos.
- 2. Fortalecimento do meio rural e convivência com a seca.** O que se busca neste particular é criar uma nova agricultura menos dependente das irregularidades pluviométricas e de natureza sustentável. É uma alta prioridade do governo do Estado implantar uma política de gestão dos período de seca.
- 3. Capacitação da população cearense,** melhorando a educação e profissionalizando os trabalhadores em todos os setores da atividade econômica. Como a agricultura é o maior e mais tradicional setor no processo produtivo, certamente será aí que se produzirão as ações de capacitação mais intensas. Um dos segmentos a serem considerados é a alfabetização de adultos na idade de 15 a 39 anos.

4. **Melhoria da qualidade de vida da população.** Todas as ações a serem executadas pelo poder público serão para oferecer oportunidades e condições de acesso da população ativa ao emprego e aos bens e serviços sociais. A convergência das ações visará ao combate à pobreza e à redução da exclusão social no processo de desenvolvimento do Ceará.
5. **O objetivo central do projeto de desenvolvimento do Ceará, finalmente, é “garantir a continuidade do crescimento econômico e alcançar a justiça social”.**

Com base nesses indicadores estratégicos, foram definidos os novos rumos para o desenvolvimento agrícola e rural do Ceará para o período de 1999-2002.

Ao setor rural cabe um importante papel no desenvolvimento econômico estadual. A agricultura é a atividade dominante da população do interior. Efetivamente toda a vida econômica depende da agricultura ou destina-se aos habitantes do campo e dos pequenos vilarejos. Afora as grandes cidades regionais e outras poucas concentrações humanas de maior expressão populacional, tudo o mais é agricultura.

A agricultura emprega em média cerca de 40% de todas as pessoas que trabalham no Estado. Mas é comum em certas áreas esta proporção chegar a 80%. É nesse setor que se concentra a maior pobreza, segundo estudos do Banco Mundial. Atualmente 77% da população empregada na agricultura do Estado está abaixo da linha da pobreza. Isso significa tecnicamente um rendimento “per capita” inferior a U\$ 65,00 mensais.

Durante o processo histórico de desenvolvimento da agricultura, transcorreram vários estágios sucessivos. Verifica-se, às vezes, que setores isolados em áreas diferenciadas, adotam tecnologias modernas, enquanto o restante permanece subdesenvolvido.

No quadro geral do setor rural do Ceará, três estágios são encontrados. A agricultura tradicional de subsistência é que predomina atualmente. Os projetos de irrigação pública e

privada, distribuídos em vários locais do Estado, representam pontos isolados de produção organizada. Plantios de fruticultura e hortícolas são outras exceções. O mesmo se pode dizer do setor pecuário, no qual prevalecem tecnologias rotineiras. Poucas são as bacias leiteiras com práticas de exploração mais racionais e organizadas.

Na agricultura de subsistência, em que se encontra a maior parte da pobreza rural, a produtividade é baixa, os equipamentos utilizados são simples e os investimentos mínimos. A mão de obra é subutilizada, com períodos sazonais de plena ocupação, mas inativa nos períodos de entressafra.

A primeira tarefa estratégica para transformar os processos produtivos de subsistência é melhorar o uso dos fatores, criando unidades produtivas mais adaptadas à modernização. A agricultura diversificada é a solução mais plausível. Reduz o risco de perdas e ocupa a população durante a maior parte do ano. A produção de grãos deve ser combinada com a fruticultura, a horticultura, as forrageiras e a criação de animais. A utilização de melhores sementes e manejo da água na fazenda aumentam a capacidade de produção da agricultura familiar.

A evolução da estrutura do estabelecimento agrícola só ocorrerá se o produtor também for preparado para as mudanças. É o treinamento e a capacitação dos produtores, assim como mais investimentos, melhor administração e o fortalecimento dos serviços de apoio, que criarão as condições para um maior desenvolvimento sustentável. São serviços tais como: assistência técnica, apoio à comercialização, sanidade animal e vegetal e processamento agroindustrial no próprio campo. É o chamado agronegócio.

Somente após o alcance desse segundo estágio de desenvolvimento é possível preparar-se para a fase da agricultura especializada. Este último sistema somente tem condições de funcionar nas economias altamente desenvolvidas. No caso específico do Ceará, planeja-se antecipar a introdução de segmentos altamente qualificados na agricultura irrigada nos novos

projetos públicos ou mesmo na recuperação dos antigos projetos de colonização.

De modo geral, a política agrícola cearense será voltada, no curto prazo, para os investimentos rurais destinados ao aumento de produção e de produtividade, simultaneamente. Sabe-se que a modernização agrícola implica liberar mão de obra das atividades diretamente produtivas. Serão fomentadas outras ocupações no quadro rural, de natureza Não Agrícola. Esta é a ampliação do conceito de agrícola para rural, conforme explicita a própria denominação de Secretaria de Desenvolvimento Rural.

Os objetivos futuros serão voltados especialmente para o aumento da eficiência, a redução dos desequilíbrios setoriais e para criar uma economia agrícola sustentável. É a preparação para a agricultura especializada de uma economia desenvolvida.

As Secretarias de Desenvolvimento Rural e de Agricultura Irrigada trabalharão coordenadamente de modo a obter melhores resultados na modernização da agricultura cearense.

AVANÇOS E DESAFIOS

O desenvolvimento rural, como está sendo considerado neste plano, é um conceito abrangente.

Significa desenvolvimento agrícola e desenvolvimento social, e não se restringe a atividades produtivas de bens originados da terra. O importante a considerar é o espaço rural, onde ocorrem variadas atividades de apoio ao processo produtivo. São insumos agrícolas, beneficiamento de matérias-primas, serviços de turismo rural, por exemplo. Esse novo enfoque dá grande importância ao crescimento do setor rural paralelamente ao crescimento do setor agrícola.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural não pode ser realizado separadamente da economia como um todo. O crescimento da agricultura, na prática, está relacionado à economia em geral, à infraestrutura rural, a tecnologia para produção agrícola e ao acesso aos modernos insumos. Há dependência do crédito rural adequado e das facilidades de mercado de consumo interno ou de exportação. O desenvolvimento rural depende também das instituições governamentais e da organização dos produtores. Nesse particular, encontram-se a boa administração dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente e conservação dos solos. Por outro lado, a vulnerabilidade econômica e social da agricultura do Ceará encontra-se vinculada à base educacional. Segundo levantamentos recentes do IBGE, são 78% de analfabetos funcionais, ou seja, abaixo de quatro anos de estudo. Dentro desse limite, é muito difícil alargar-se a fronteira do conhecimento organizacional e tecnológico da moderna agricultura.

Nos últimos anos, vários fatores estão favorecendo a existência de um ambiente mais adequado ao desenvolvimento rural do Ceará.

Do ponto de vista institucional, o Sistema Estadual de Agricultura passou por uma profunda reorganização em 1996-97. Foi executado um amplo programa de treinamento de Qualidade Total, abrangendo todos os níveis técnicos e administra-

tivos da Secretaria de Desenvolvimento Rural e das instituições vinculadas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE) e a Central de Abastecimento (CEASA).

A partir de 1995, foi realizado o planejamento de todas as atividades e ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural. A proposta macroeconômica e de estratégia geral foi delineada no Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural (1995-98) e detalhadas as ações específicas em minuciosos planos operativos. Esses documentos fundamentaram a ação do Governo do Estado do Ceará e lançaram as bases para assinatura de convênios com os bancos oficiais e os órgãos públicos federais. Assim, muitos recursos financeiros foram mobilizados para investimentos produtivos e de custeio, para aquisição de equipamentos de informática, veículos e melhoria das instalações dos prédios do Sistema Estadual de Agricultura.

Isso sem falar em muitos empreendimentos executados pelas demais Secretarias, em apoio à população do interior e aos produtores da zona rural. A melhoria do sistema de estradas, comunicação, urbanização, saúde e educação são exemplos que não podem deixar de ser mencionados.

Outros fatores positivos e avanços em curso são representados pela construção de Infraestruturas de apoio à agricultura e gestão de recursos d'água, através da Secretaria de Recursos Hídricos/COGERH. Essa Secretaria está executando a construção de 40 açudes de porte médio e, com o Governo Federal, o Açude Castanhão, com capacidade para 6,7 bilhões de m³. Juntamente com um engenhoso sistema de interligação de bacias, será gerenciada uma grande malha de rios que beneficiarão milhares de hectares de terras agrícolas e o rebanho pecuário. O sistema abastecerá também a população humana nos povoados e vilas que ainda não possuem garantia d'água.

As novas áreas de irrigação de Tabuleiro de Russas, Baixo Acaraú e do Projeto Apodi, que abrangem quase 25 mil hectares, vão possibilitar a produção de fruticultura para exportação, sob o comando da Secretaria de Agricultura Irrigada.

Em vista do exposto, quais são os principais desafios que o Governo do Estado terá de enfrentar nos próximos anos?

A realização do desenvolvimento rural com equidade é a nova tarefa que o Governador Tasso Jereissati está executando para tornar realidade seu grande projeto de melhoria da qualidade de vida da população cearense. Até porque é no setor rural onde se encontram as raízes das desigualdades e da pobreza no Ceará.

Vencer o subdesenvolvimento rural é uma meta difícil. Assegurar a equidade tem sido uma tarefa de gerações. Na verdade, são poucas as nações que conseguiram essas duas façanhas. Tais observações servem para advertir-nos da seriedade desse problema. Mesmo assim, tudo indica que a próxima década será dedicada à reversão da situação de pobreza reconhecida como inaceitável nestes dias de globalização e competitividade onde quer que ela exista. No caso do Ceará, faltam ricos solos agrícolas, há irregularidades pluviométricas e inexistente capacitação da população rural para o alcance de uma agricultura moderna.

Em resumo, os maiores desafios nos próximos anos no Ceará, com vistas a tornar a agricultura um elemento essencial para o desenvolvimento econômico geral do Estado, são:

Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades Econômicas e Sociais da População Rural

Esse objetivo é muito importante porque a incidência da pobreza no quadro rural do Ceará é muito elevada. Quase 60% de todos os pobres do Ceará estão morando no ambiente rural. Além disso, acham-se incluídos entre os trabalhadores empregados milhares de crianças entre 10-14 anos. Outros 350 mil trabalhadores não recebem nenhuma renda monetária pelo trabalho que realizam. De um contingente de 1,2 milhão de pessoas ocupadas na agricultura, 600 mil são analfabetas.

A população pobre é representada por pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores sem-terra, empregados autônomos e prestadores de serviços nas pequenas vilas. É alta a

proporção de mulheres em lides agrícolas, com pequena capacidade de trabalho manual. Como explica o economista Bertrand M. Grass, do Centro de Ciências de Berlim, “nós devemos começar a pensar em pobreza em termos de pobreza de renda, pobreza de recursos e pobreza de serviços públicos”.

Uma das estratégias para erradicar a pobreza é acelerar a taxa de crescimento da economia rural. Outro desafio é assegurar o acesso dos pobres a ativos econômicos essenciais, como terra, crédito e habitação. É fundamental para a eliminação das desigualdades a oferta da educação e dos conhecimentos tecnológicos necessários ao aumento da produtividade, e ao exercício da cidadania.

Redução do Desemprego e Subemprego

A absorção dos desocupados envolve a provisão de muitas atividades para a população rural.

Estas atividades são definidas não somente como de produção de bens agrícolas, mas atividades complementares de prestação de serviços no setor agrícola. Estão entre tais oportunidades a fabricação de móveis, o conserto de veículos e a oferta de outros serviços necessários à vida rural.

A capacitação da população desempregada será essencial para que se alcance esse objetivo.

Aumento da Produtividade da Terra e do Trabalho.

A produtividade média da terra e da mão de obra agrícola pouco se alterou nos últimos 25 anos no Ceará. Foram altos e baixos, mas, em média, tem havido uma certa estagnação, com melhorias localizadas em alguns estabelecimentos empresariais, mas com poucos avanços na exploração da agricultura familiar de subsistência.

Com o crescimento da produtividade, será possível economizar para investir no próprio setor e para financiar as despesas de manutenção do negócio agrícola. De fato, é viável o incremento da produtividade através da melhoria das tecnologias, com o uso de fertilizantes, pesticidas e sementes melhoradas.

O maior problema é que o Ceará tem muita mão de obra no campo e poucas terras férteis e disponíveis para os agricultores familiares. O que prevalece é a grande propriedade, geralmente pouco utilizada, e a super exploração de minifúndios de agricultura tradicional e antieconômica. Nos dois casos, são inadequadas as modalidades de cultivo e uso dos fatores produtivos, com raras exceções.

Interiorizar a Urbanização e Melhorar a Infraestrutura do Campo

Grande parte da população que vive no campo, no Ceará, não conta com energia elétrica, habitações adequadas, estradas de acesso aos estabelecimentos e instrumentos de uso agrícola modernos. O Projeto São José tem melhorado esse quadro, mas ainda são precárias as condições de vida no meio rural.

A solução para esse problema poderá ser dada com a urbanização ou construção de pequenas vilas e povoados, localizados nas proximidades das áreas agrícolas. Essas concentrações são pólos de apoio à oferta de maiores comodidades para os agricultores que habitam essas áreas. É também aí que surgem as novas oportunidades de trabalho Não Agrícola no quadro rural.

Enfim, tudo o que está proposto no presente Plano de Desenvolvimento Rural tem por finalidade mudar a situação em que se encontra a agricultura no Ceará. Em outras palavras, como fazer com que o setor rural seja um lugar capaz de ser habitado dignamente, com mais renda e mais emprego.

SÍNTESE DO II PLANO INDICATIVO 1999/2002

A estratégia de ação do Governo do Ceará, em busca do desenvolvimento da economia e do ataque à pobreza rural no Estado, tem natureza multissetorial. Essa orientação toma por base as evidências de que a agropecuária faz parte do desenvolvimento mais abrangente de todo o espaço rural, o qual, por sua vez, está interligado a todo o processo de desenvolvimento econômico.

As intervenções governamentais serão concentradas em programas integrados e localidades prioritárias. Tal enfoque decorre da experiência de que a expansão da agropecuária deve ocorrer simultaneamente com a evolução dos setores industrial e de serviços.

O objetivo referencial para o desenvolvimento rural do Estado e dos programas prioritários será resolver os problemas econômico-sociais das comunidades do interior, segundo padrões de justiça social e equidade econômica. Outra preocupação fundamental será o aumento acentuado nos índices de produtividade e a diminuição das flutuações anuais da produção agropecuária.

O êxito dessa estratégia de desenvolvimento sustentável e equilibrado com mudança social, entretanto, está relacionado à participação efetiva de técnicos, servidores públicos e principalmente dos agricultores e empresários, que serão os seus efetivos executores e beneficiários.

Desse modo, serão referidas, a seguir, as principais opções para o desenvolvimento agropecuário e para o ordenamento do espaço e da organização fundiária.

Além das ações destacadas, a Secretaria de Desenvolvimento Rural desenvolverá, em parceria com outras secretarias, trabalhos relativos à geração, adaptação e transferência de tecnologias, beneficiamento de produtos agropecuários e criação de empregos Não Agrícolas no quadro rural.

Produtos e atividades como mandiocultura, cana-de-açúcar, hortigranjeiros e suinocultura serão atendidos através de programas especiais.

Combate à Pobreza

Um plano para o desenvolvimento econômico do Ceará não pode deixar de priorizar um projeto do combate direto à pobreza. O custo da desigualdade existente é inaceitável do ponto de vista econômico, social e ético.

Uma das certezas do Governo, no que se refere ao desenvolvimento econômico sustentável, é a necessidade de manter o homem do campo em sua terra. Para isso, é preciso dar-lhe condições de trabalhar e exercer uma atividade perto de onde vive, e dela retirar o sustento de sua família.

Dentro desse contexto, a Secretaria de Desenvolvimento Rural atuará através de seis projetos específicos. São eles: o Projeto São José, Projeto de Ação Fundiária, Prorenda Rural, Agricultura Familiar, Hora de Plantar e Organização e Capacitação do Agricultor.

Tendo isso em vista, o Governo oferece, através desses projetos, oportunidades de trabalho que vão beneficiar todos os que acreditam no esforço próprio e da comunidade. Com esses projetos, a comunidade pode desenvolver, em sua localidade, uma grande variedade de negócios no setor produtivo, na oferta de serviços essenciais básicos e na construção de Infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento.

O Projeto São José é o carro-chefe. É um projeto do Governo do Estado com apoio financeiro do Banco Mundial. A coordenação é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Rural, com a participação das demais Secretarias afins.

No Projeto de Ação Fundiária, o Governo visa a democratizar a posse e otimizar o uso da terra por meio de um conjunto de ações voltadas para a promoção e à reestruturação agrária, com enfoque para a sustentabilidade da agricultura familiar cooperada. O Programa de Reforma Agrária Solidária é o modelo adotado com essa finalidade.

O Governo do Estado apoia a agricultura familiar através do Programa Hora de Plantar. Ao tempo em que leva as sementes fiscalizadas de alta produtividade ao pequeno agricultor, o programa também tem finalidade educativa de modernização

desse setor. Nos últimos anos, tem sido marcante o aumento da produtividade das culturas beneficiadas com esse Programa.

Já o Prorenda Rural funciona como um laboratório que sugere mudanças nos métodos e estratégias do desenvolvimento da pequena produção rural. Ele atua em áreas selecionadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da pequena agricultura.

O que se pretende com esses projetos não é só contribuir para a geração de emprego e renda para a população carente do interior. É, principalmente, uma forma de deixar o assistencialismo e o clientelismo no passado, fazendo com que cada pessoa participe diretamente da construção do seu futuro e do desenvolvimento do Estado.

Modernização da Agricultura Tradicional

A finalidade desse programa é modernizar as atividades agrícolas de sequeiro no Ceará, no contexto do desenvolvimento sustentável. Com tal objetivo, serão intensificadas ações governamentais de prestação de serviços de apoio à iniciativa privada, com o intuito de obter maior eficiência e competitividade no setor.

Será elevada a oferta de sementes fiscalizadas das principais culturas do Ceará e se atuará para amenizar os problemas de intermediação na comercialização dos produtos e insumos agropecuários.

Esse programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e conta com a participação dos produtores e dos órgãos de classe. A Secretaria fornece orientações técnicas, através da Ematerce, e monitora com dados da Funceme, para que o plantio seja feito no momento mais adequado, considerando a umidade do solo e a pluviosidade. O programa atua de forma concentrada nos principais produtos e regiões selecionadas, levando em conta o zoneamento agrícola.

Serão parceiros fundamentais na execução desses projetos o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e, especialmente, o Ministério da Agricultura.

O Estado oferece o apoio para realização de pesquisas e transferência de tecnologias aos produtores rurais, especialmente de culturas mais adequadas às condições ecológicas do semiárido. O Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária (IPDA) terá um papel importante nesse particular. A Embrapa, através de seus Centros de Pesquisa, e as Universidades Federal e Estadual serão suportes científicos estratégicos.

As medidas visando à modernização do desenvolvimento agrícola estão sendo gradativamente aperfeiçoadas. Um novo enfoque mais específico para a agricultura irrigada, por exemplo, está sendo implantado pelo Governo do Estado do Ceará.

Destaca-se, nesse particular, a criação da Secretaria de Agricultura Irrigada. Um dos motivos para a organização desse novo órgão foi a transferência para o Estado de projetos federais de irrigação. Neste caso, estão os projetos de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú, além do Projeto do Apodi, que representam quase 25 mil hectares disponíveis para serem operacionalizados nos próximos dois anos. Além disso, existem 14 mil hectares de áreas públicas irrigadas na modalidade de colonização. Há também o propósito de reorganizar e buscar uma melhor utilização dessas áreas agrícolas.

A pesca oceânica, por sua vez, é uma fonte importante de produção de proteína para consumo local e para a exportação. Mas necessita de uma nova organização e reaparelhamento e de formas mais econômicas de exploração. Aquicultura e a maricultura são atividades promissoras e merecerão grande apoio do Governo do Estado.

A proteção do meio ambiente é também um desafio e uma opção de atuação governamental no semiárido. Sabe-se que a interrupção da degradação ambiental no quadro rural significará mais potencial produtivo. Por outro lado, áreas esgotadas e destruídas poderão retornar a uma adequada utilização.

Este programa deverá contemplar áreas prioritárias onde se desenvolverão ações de orientação quanto ao uso e manejo das áreas de florestas e reflorestadas; combate à expansão da desertificação; conservação de solos e dos mananciais; e conservação e recuperação da biodiversidade.

Novas Oportunidades de Trabalho Não Agrícola no Meio Rural

Onde são decrescentes as oportunidades de criação de emprego diretamente na produção agrícola, torna-se fundamental idealizar e descobrir outras oportunidades de ocupação Não Agrícolas no próprio quadro rural. São pequenas indústrias e agroindústrias, produção de insumos e bens elementares de consumo ou prestação de serviços.

Na verdade, a ocupação da mão de obra da família do agricultor em atividades Não Agrícolas é comum nos países mais desenvolvidos. Nações como os Estados Unidos apresentam hoje elevada proporção da renda na agricultura familiar nesse tipo de ocupação Não Agrícola.

Serviços Governamentais de Apoio à Agropecuária.

O Sistema Estadual de Agricultura atual do Estado do Ceará foi instituído pela Lei N° 12.692 de 16 de maio de 1997.

O objetivo central do Sistema é induzir o desenvolvimento rural do Ceará mediante a normalização das ações e gastos públicos, com o propósito de elevar a eficácia e a efetividade dessas realizações.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural tem a responsabilidade de promover o desenvolvimento do campo de forma integrada. O objetivo é não só a produção de gêneros básicos e abastecimento dos centros urbanos, como também a concretização das condições necessárias para o desenvolvimento sustentado, representado pelo crescimento econômico com justiça social, assentado na proteção do meio ambiente.

Com essa finalidade, foram atribuídas à Secretaria a missão de planejar, promover a execução, regular, fiscalizar, controlar, ampliar as atividades no meio rural e suprir necessidades, que assegurem o incremento da produção e da produtividade agrícola, com melhor distribuição da renda.

Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Rural, ainda, sistematizar as ações governamentais nas articulações com os municípios, para que o planejamento dos segmentos da agricultura,

pecuária e pesca possam direcionar os investimentos numa perspectiva de médio e longo prazo, reduzindo as incertezas do setor.

Podem ser citadas, ainda, como tarefas da Secretaria: estimular a agroindustrialização, junto às respectivas áreas de produção do Estado, visando à agregação de valor aos produtos do setor primário; difundir a concepção de agricultura sustentável, de modo a estimular a preservação, a conservação e o uso racional dos recursos naturais; promover a integração da agricultura, da pecuária e da pesca e apoiar a recuperação de culturas de sequeiro compatíveis com as condições do semiárido.

É também encargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural compatibilizar as ações de políticas agrícolas e agrária, possibilitando aos beneficiários acesso ao crédito, assistência técnica, armazenagem e Infraestrutura.

Praticamente todas as ações e responsabilidades até aqui atribuídas ao Sistema Estadual de Agricultura dizem respeito diretamente ao processo produtivo. Cabe, no entanto, ao Governo também prestar apoio ao pequeno produtor rural e promover a execução de serviços públicos em complementação às ações com os municípios.

No âmbito do presente Plano, estão programados alguns serviços pertinentes às ações governamentais de apoio à agropecuária. Os serviços de assistência técnica são um exemplo desse trabalho. A Ematerce foi reorganizada e reaparelhada para oferecer tais serviços.

Outra ação fundamental do Governo do Estado é possibilitar o suprimento de frutas e verduras à zona metropolitana de Fortaleza. Isso é feito através da Central de Abastecimento (Ceasa). O controle e fiscalização de produtos agropecuários é realizado como parte das atividades de defesa agropecuária, assim como a inspeção de produtos de origem animal, com o suporte do Laboratório Animal.

Finalmente, o Sistema de Extensão fornece informações climáticas diretamente aos agricultores, através pela Funceme. Outras informações gerenciais e de mercado serão também disponibilizadas pelo sistema telemático da Secretaria.

OBJETIVO E DIRETRIZES

O objetivo síntese do presente Plano é realizar o crescimento da agricultura com melhor distribuição da riqueza, redução da pobreza e a criação de novas oportunidades de emprego com dignidade, proporcionando o desenvolvimento rural com equidade.

São diretrizes:

- Elevar a taxa de crescimento da produção agropecuária do Estado do Ceará para uma média anual de 5%, no período de 1999-2002, com vistas a transformar a agricultura num acelerador e não num freio do desenvolvimento, como tem ocorrido nas últimas décadas;
- Melhorar substancialmente a produtividade do setor no tocante ao uso da terra, mão de obra e capital, para tornar a agricultura competitiva e fator de melhoria das condições de vida do quadro rural;
- Integrar produção agrícola e agroindústria com visão de agronegócio, para criar mercado para a produção do setor e oferecer novas oportunidades de renda e trabalho não-agrícola no quadro rural;
- Adotar tecnologias agrícolas que permitam alcançar a sustentabilidade da agricultura sem destruir o meio ambiente, adaptando-a à convivência com os fenômenos climáticos adversos à produção agrícola;
- Viabilizar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem-terra ou minifundiários, juntamente com outros investimentos que lhes assegurem um desenvolvimento rural sustentável e emancipado.

ESQUEMA DE AÇÃO ESTRATÉGICA

• A CURTO PRAZO

Acelerar
a taxa de
crescimento da
produção



Aumentar a
Produtividade
da terra e de
mão de obra



Criar mais
emprego
produtivo



• OBJETIVOS FUTUROS

Acelerar
a taxa de
crescimento da
produção

Aumentar a
Produtividade
da terra e de
mão de obra

Criar mais
emprego
produtivo

**DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E COM EQUIDADE**

ENFOQUE DAS PRIORIDADES

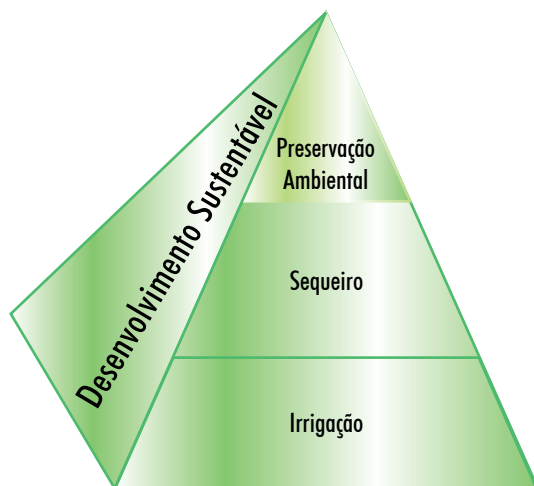
1

Socioeconômico



2

Espacial



ANEXO I

RESULTADOS DE ALGUNS PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO CEARÁ 1995-2002





Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará SDR

AVANÇAR NO CRESCIMENTO ECONÔMICO

OS TRÊS PRINCIPAIS OBJETIVOS

1. ELEVAR A TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.

PARA:

Transformar a agricultura em acelerador e não freio do crescimento econômico geral.

2. MELHORAR A PRODUTIVIDADE DA TERRA, DO CAPITAL E DA MÃO-DE-OBRA.

PARA:

Tornar a agricultura competitiva e fator de melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

3.

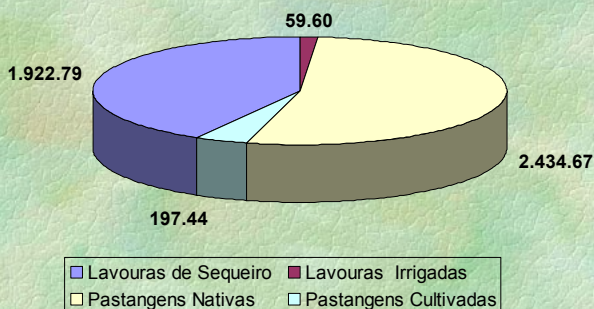
**VIABILIZAR O ACESSO À TERRA
AOS TRABALHADORES RURAIS E DE
INFRA-ESTRUTURA ESSENCIAIS.**

PARA:

*Assegurar o desenvolvimento
rural sustentável e emancipado.*

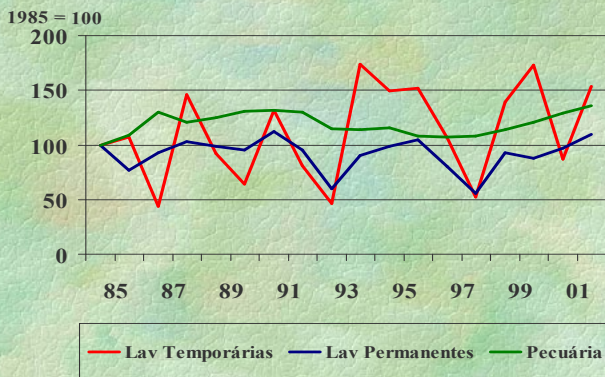
**SÍNTESE: OBTER O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E COM MAIOR
EQUIDADE.**

Área Cultivada (ha)-2002



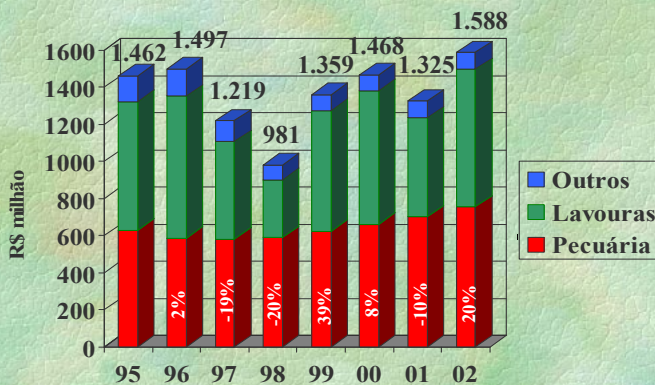
Fonte: IBGE/SDR

Variação da Renda Agrícola, 1985-02



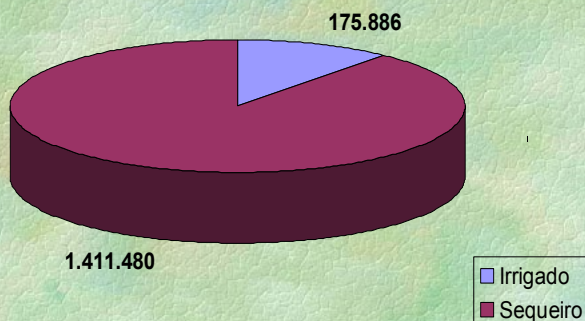
Fonte: IBGE/SDR

Variação da Renda Agropecuária



Fonte IBGE

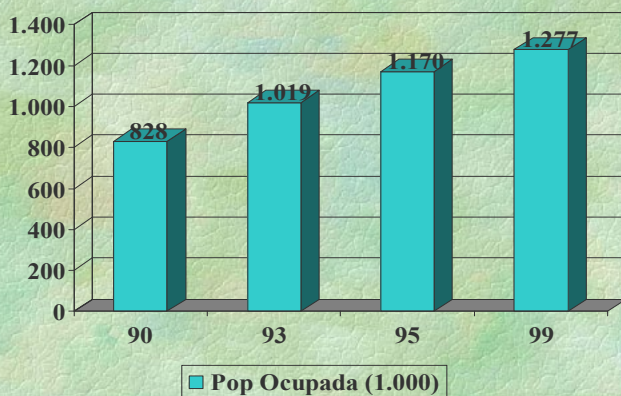
Renda Agropecuária (R\$ mil)



Fonte: IBGE

População Agrícola Ocupada

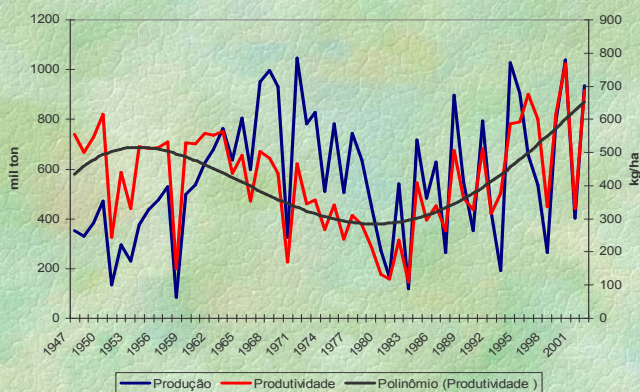
1990-99



Fonte: IBGE

Produção de Grãos

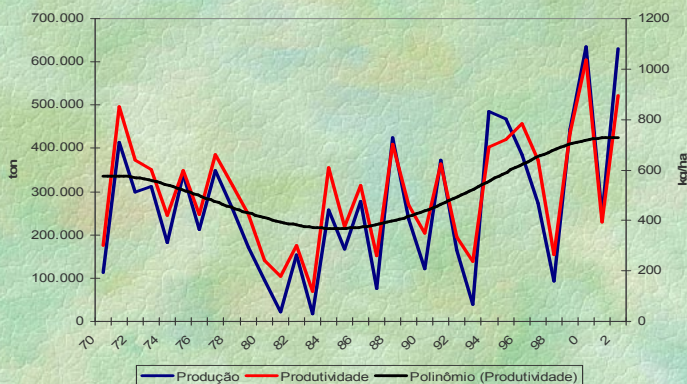
1970-2002



Fonte: IBGE

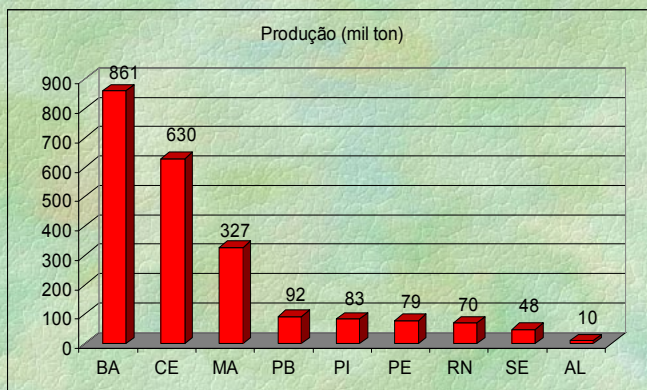
Milho

1970-2002



Fonte: IBGE

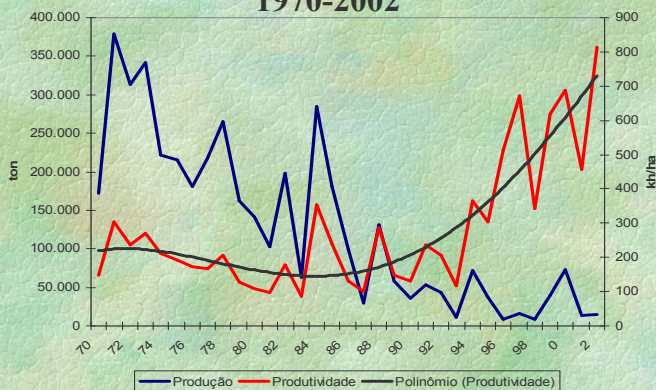
Milho no Nordeste-Produção 2002



Fonte: IBGE

Algodão

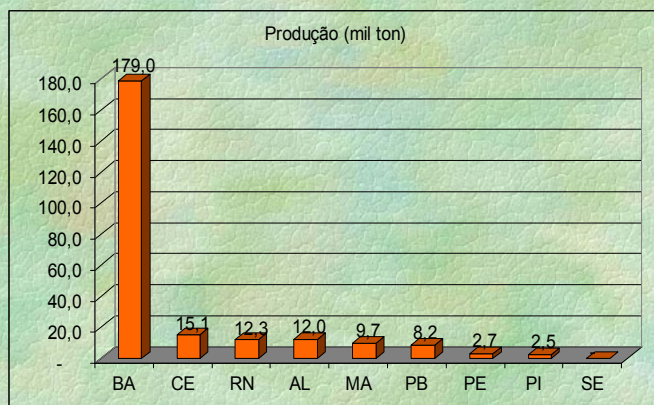
1970-2002



Fonte: IBGE

Algodão no Nordeste-Produção

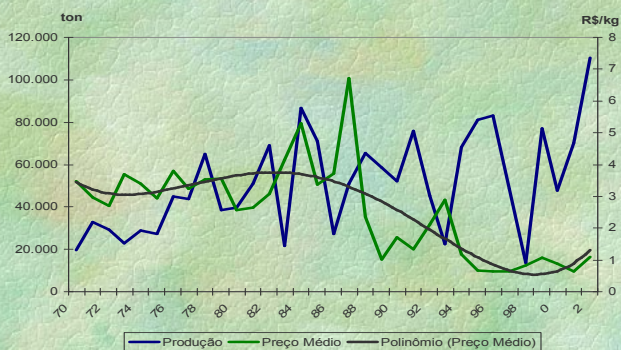
2002



Fonte: IBGE

Castanha de Caju

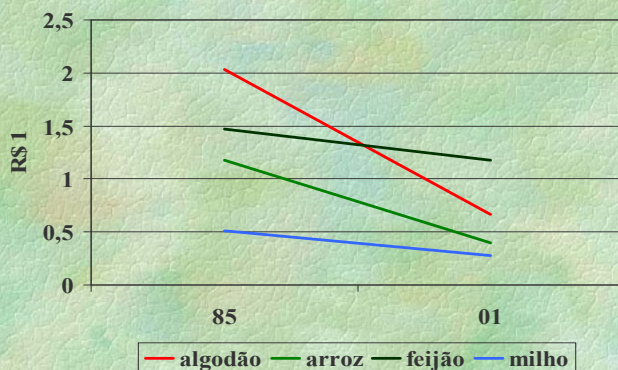
1970-2002



Fonte: IBGE

Preço de Grãos

1985-2001



Fonte: IBGE

Pecuária

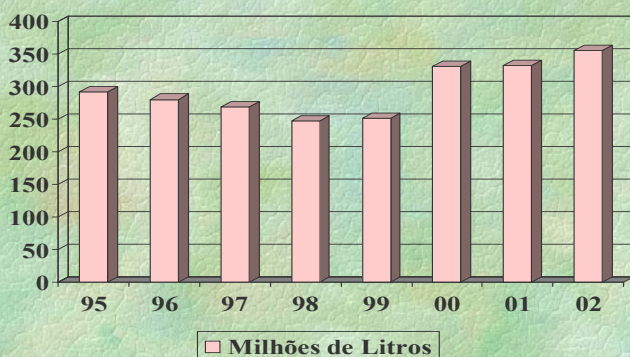
2001

Discriminação	Mil Cab	Posição
Bovinos	2.194	3°
Ovinos	1.666	2°
Caprinos	815	4°
Suínos	1.039	4°

Fonte: IBGE

Produção de Leite

1970-2002



Produtividade Leiteira

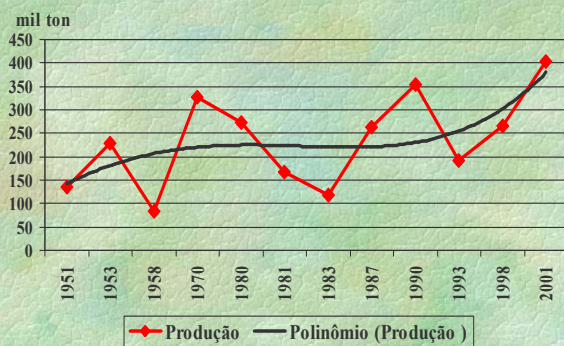
2001

Estado	Litro/ano	Var. % 95/2001
Maranhão	497	16
Ceará	750	10
Bahia	486	6
Nordeste	651	19

Fonte: IBGE/SDR

Produção de Grãos

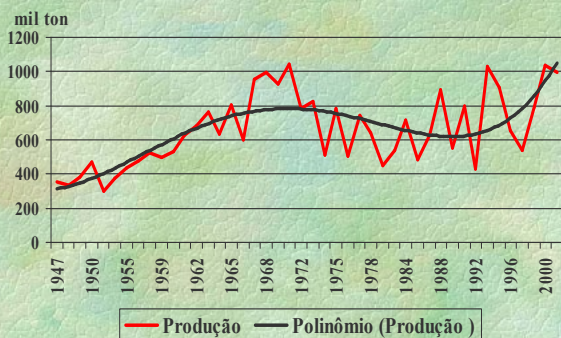
Seca



Fonte:IBGE

Produção de Grãos

Normal

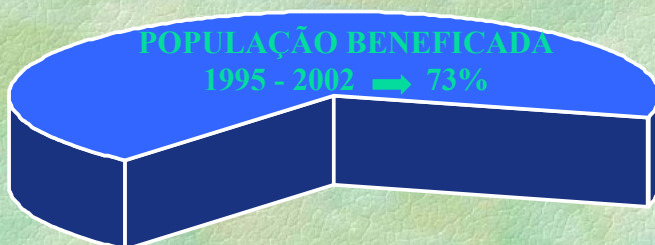


Fonte:IBGE

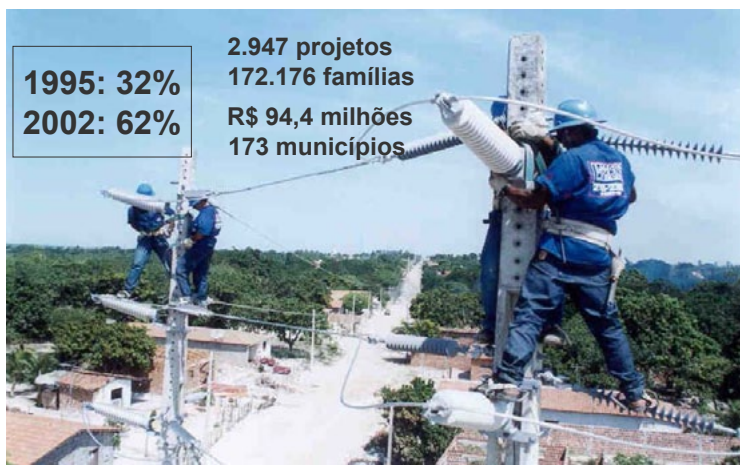
Projeto São José

Discriminação	1995-2002
Municípios	177
Comunidades	5.357
Famílias	359.258
Recursos Aplicados (R\$1.000)	234.000
Fonte: SDR	

CEARÁ
POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA (*)
2.466 mil



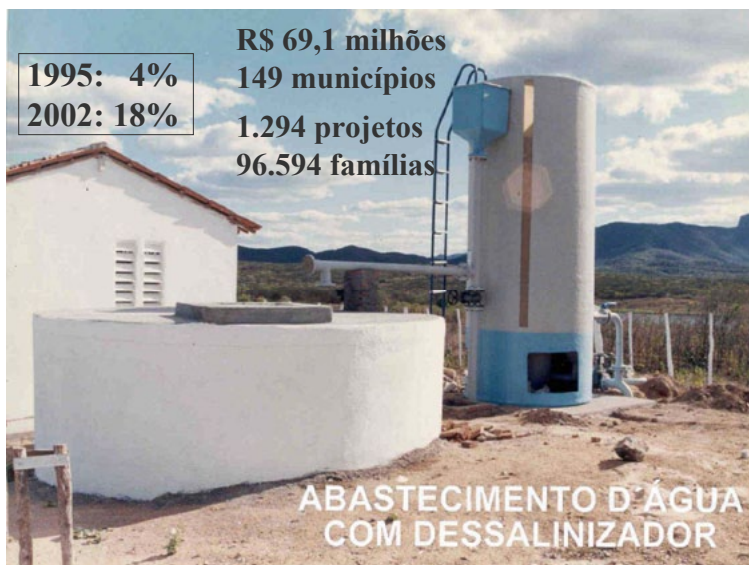
Fonte: SDR



1995: 32%
2002: 62%

2.947 projetos
172.176 famílias
R\$ 94,4 milhões
173 municípios

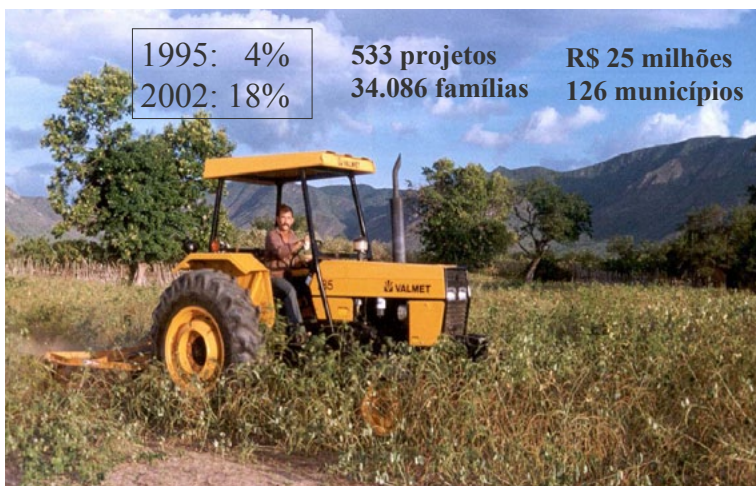
ELETRIFICAÇÃO



1995: 4%
2002: 18%

R\$ 69,1 milhões
149 municípios
1.294 projetos
96.594 famílias

ABASTECIMENTO D'ÁGUA COM DESSALINIZADOR



Mecanização Agrícola

Reforma Agrária Solidária

Discriminação	1995-2002
Famílias	4.878
Nº Imóveis	271
Área (ha)	172.354
Recursos Aplicados (R\$1.000)	53.024
Fonte: SDR	

PRONAF

1996-2002

Discriminação	Total
Número de Municípios Atendidos	120
Número de Contratos (1.000)	61.8
Número de Produtores Capacitados(1.000)	25.1
Crédito para Infra-estrutura (R\$1.000.000)	54.6
Obras Hídricas	42%
Obras Viárias	36%
Agroindústrias	12%
Outras Obras e Serviço	10%

Fonte: SDR

